

PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL
E PROJETOS ESPECÍFICOS PARA O
V E T O R I P I T A N G A

PRODUTO Nº 13 - RELATÓRIO DE ANDAMENTO XIII

RELATÓRIO 29 - ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa
Governador

Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

Cássio Ramos Peixoto
Secretário

Superintendência de Saneamento

Carlos Fernando Gonçalves de Abreu
Superintendente

Diretoria de Saneamento Urbano

Geraldo de Senna Luz
Diretor

Coordenador

Anésio Miranda Fernandes

Equipe Técnica de Acompanhamento

Engenheiro Civil Anésio Miranda Fernandes

Analista Técnica

Tônia Maria Dourado Vasconcelos

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Carlos Martins
Secretário

Superintendência de Planejamento e Gestão

Lívia Maria Gabrielli Azevedo
Superintendente

Superintendência de Habitação

Adalva Tonhá
Superintendente

Superintendência de Mobilidade

Grace Gomes
Superintendente

Equipe Técnica de Acompanhamento

Arquiteta/Urbanista Maria de Lourdes Costa Souza
Arquiteta/Urbanista Silvia Verena Escudero
Arquiteta/Urbanista Sara Cristina Medeiros Cavalcante
Arquiteta/Urbanista Maria Dulce Lavigne de Lemos Mota

**CONSÓRCIO
HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S/A
FFA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA**

RESPONSÁVEL TÉCNICO - HYDROS

Engº Sílvio Humberto Vieira Regis

RESPONSÁVEL TÉCNICO - FFA

Arq. Floriano Freaza

DIRETOR

Engº Sílvio Humberto Vieira Regis

COORDENAÇÃO GERAL

Engº Ulysses Fontes Lima

COORDENAÇÃO SETORIAL

Geol. Sandro Camargo

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arq. Floriano Freaza

Arq. Liana Viveiros

GERENTE DO CONTRATO

Arq. Liana Viveiros

EQUIPE TÉCNICA

Arq. Floriano Freaza Amoedo
Arq. Rodolfo Madureira
Arq. Julia Cruz da Silva
Arq. Francisco José Mattos Teixeira Cavalcante
Soc. Rafael Arantes
Bio. João Cláudio Vianna
Cient. Pol. Claudio Souza
Eng^a. Rejane Santana
Eng^a. Andrea Brock
Urb. Rivelle Rivetria dos Santos
Soc. Maria Auxiliadora Lobão
A.S. Elisamara Emiliano
Arq. Marina Annes Duarte
Est. Sofia Reis

Arq. Liana Viveiros
Arq. Karla Benevides
Arq. Maria do Socorro Fialho da Silva
Soc. Ruy Aguiar
Bio. Daniela Reitermajer
Bio. Mário Henrique Barros
Arq. Sanane Sampaio
Eng^a. Rejane Santana
Geog. Eliza Maia
Urb. Manuela de Azevedo
Adv. Bruno Heim
Arq. Sílvia Molteni
Arq. Marília Cavalcante
Est. Priscilla Prata

APOIO TÉCNICO

Lúcia Maria Bacellar Reis
Maria Perpetua Rodrigues
Claudia Bispo Reis
Anderson Araújo

**PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL E PROJETOS ESPECÍFICOS PARA O
VETOR IPITANGA**

PRODUTO Nº 13 – RELATÓRIO DE ANDAMENTO XIII

RELATÓRIO 29 – ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

APRESENTAÇÃO

O CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S/A e FFA ARQUITETURA LTDA apresenta o Relatório 29, que compõem parte do Produto N° 13 - Relatório de Andamento XIII, conforme previsto no Plano de Trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	i
RELATÓRIO 29 – ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS	1
1 INTRODUÇÃO.....	2
2 OBJETIVOS.....	3
2.1 OBJETIVO GERAL	3
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
3 PROPOSTA METODOLÓGICA.....	4
3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	4
3.2 PRINCÍPIOS DE ABORDAGEM.....	6
3.3 PROCESSOS PARTICIPATIVOS.....	6
4 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	7
4.1 CARACTERIZAÇÃO	7
4.1.1 <u>Aspectos Físicos e Urbanísticos</u>	7
4.1.2 <u>Aspectos Ambientais</u>	11
4.1.3 <u>Aspectos Socioeconômicos</u>	20
4.1.4 <u>Organização comunitária</u>	20
4.1.5 <u>População a ser atendida</u>	23
5 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS	24
5.1 SUBSÍDIOS PARA OS PLANOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS) E PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS.....	35
5.1.1 <u>Programa de Comunicação (PC)</u>	35
5.1.2 <u>Diretrizes e proposições</u>	39
5.1.3 <u>Geração de trabalho e renda e fortalecimento da organização social (GTR-FOS)</u>	46
5.2 PLANO BÁSICO AMBIENTAL	53
5.2.1 <u>Plano de Consolidação Territorial (PCT)</u>	54
5.2.2 <u>Plano de Manejo de UC (PMUC)</u>	54
5.2.3 <u>Programa de Comunicação Ligado à Implantação da UC (PCUC)</u>	56
5.2.4 <u>Projeto de Educação Ambiental Ligado à UC (PEAUC)</u>	57
5.2.5 <u>Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)</u>	58
5.2.6 <u>Programa de Restauração da Qualidade das Águas (PRQA)</u>	60
5.3 PLANO URBANÍSTICO	61
5.3.1 <u>Projeto de Integração de Ciclovias (PIC)</u>	61
5.3.2 <u>Projeto de Acessibilidade (PA)</u>	62
5.3.3 <u>Programa de Agricultura Urbana (PAUrb)</u>	63
5.4 PLANO DE RELOCAÇÃO, REASSENTAMENTO E REMANEJAMENTO (PRRR)	65

5.4.1	<u>Plano de Desapropriação (PD)</u>	65
5.4.2	<u>Projeto de Reassentamento (PR)</u>	66
5.5	PROJETOS DE DESAPROPRIAÇÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA.....	67
6	REFERÊNCIAS	68

APÊNDICES:

APÊNDICE A - DESAPROPRIAÇÕES POR DO SOL, CARANGI, E BIRIBEIRA

APÊNDICE B – DESAPROPRIAÇÕES - CANTO DO RIO

APÊNDICE C – DESAPROPRIAÇÕES – VIÁRIO ESTRUTURANTE

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 -	Área de Abrangência do Estudo.....	5
Figura 3.2 -	Detalhe de corpo d'água da barragem de Ipitanga I	12
Figura 3.3 -	Visão Panorâmica de Cobertura Vegetal em Estágio Médio no entorno do Reservatório Ipitanga II	12
Figura 3.4 -	Córrego afluente do reservatório Ipitanga III, com Aspecto Poluído Devido Despejo de Esgoto Doméstico Sem Tratamento e Águas Servidas, no Final da Av. Santana, Simões Filho	12
Figura 3.5 -	Reservatório de Ipitanga III -Vegetação Macrófita Aquática ocupando espelho d'água no final da Av. Santana, Simões Filho.....	12
Figura 3.6 -	Visão Panorâmica de Cobertura Vegetal em Estágio Médio e Campo Aberto, no entorno do Reservatório Ipitanga II	15
Figura 3.7 -	Área Ocupada pelas Classes de Uso da Terra e Cobertura Vegetal – Área Total ..	16
Figura 3.8 -	Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Poligonal do Vetor Ipitanga e Sua Área Complementar do Estudo.....	17
Figura 3.9 -	Placa da APA Joanes Ipitanga Indicando Área de Influência das Nascentes do rio Ipitanga.....	19
Figura 3.10 -	Placa Indicando Área Federal em Área de Influência das Nascentes do rio Ipitanga	19
Figura 3.11 -	Zoneamento da APA Joanes Ipitanga que incide sobre a área de estudo do Vetor Ipitanga e Sua Área Complementar De Estudo.....	19

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1 - Principais Características da Vegetação na Região de Influência do Rio Ipitanga	14
Quadro 4.2 - Representatividade das Classes de Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Poligonal do Vetor Ipitanga e Área Complementar	15
Quadro 4.3 - Lideranças Identificadas na Área do Vetor Ipitanga	22
Quadro 4.4 - Sugestões de Instituições de Apoio Relacionadas ao PTTS	23
Quadro 5.1 - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS).....	25
Quadro 5.2 - Plano Básico Ambiental (PBA)	28
Quadro 5.3 - Plano Urbanístico.....	29
Quadro 5.4 - Quadro de metas - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS)	30
Quadro 5.5 - Quadro de Metas - Plano Básico Ambiental (PBA).....	33
Quadro 5.6 - Quadro de Metas - Plano Urbanístico e Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento (PRRR).....	34
Quadro 5.7 - Atividade PC 1.1	37
Quadro 5.8 - Atividade PC 1.2.....	38
Quadro 5.9 - Atividade PEA 1.1	41
Quadro 5.10 - Atividade PEA 1.2	42
Quadro 5.11 - Atividade PEA 1.3	44
Quadro 5.12 - Macroatividade PEA 2	45
Quadro 5.13 - Macroatividade PEA 3	45
Quadro 5.14 - Atividade GTR-FOS 1.1a	47
Quadro 5.15 - Atividade GTR-FOS 1.2a	48
Quadro 5.16 - Atividade GTR-FOS 1.2b	49
Quadro 5.17 - Atividade GTR-FOS 1.2c	50
Quadro 5.18 - Atividade GTR-FOS 1.2d	50
Quadro 5.19 - Atividade GTR-FOS 1.3a	52
Quadro 5.20 - Atividade GTR-FOS 1.3b	52
Quadro 5.21 - Atividade GTR-FOS 1.3c	53
Quadro 5.22 - Macroatividade PCT 1	54
Quadro 5.23 - Macroatividade PMUC 1	55
Quadro 5.24 - Macroatividade PCUC 1	56
Quadro 5.25 - Macroatividade PEAUC 1	58
Quadro 5.26 - Macroatividade PRAD 1	60
Quadro 5.27 - Macroatividade PRQA 1	61
Quadro 5.28 - Macroatividade PIC 1	62
Quadro 5.29 - Macroatividade PA 1	62
Quadro 5.30 - Macroatividade PAUrb 1	64
Quadro 5.31 - Macroatividade PD 1	66
Quadro 5.32 - Macroatividade PR 1.....	67

RELATÓRIO 29 – ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

1 INTRODUÇÃO

O projeto socioambiental é um conjunto planejado de ações adequadas às características socioeconômicas, históricas e culturais da população e de uma dada área (de intervenção) e seu meio ambiente. O projeto socioambiental tem o intuito de promover a organização e o desenvolvimento comunitário, a educação ambiental, a capacitação profissional e geração de trabalho e renda, por meio da mobilização e participação da comunidade.

Os estudos socioambientais aqui apresentados fornecem informações sobre as propostas para a área denominada Vetor Ipitanga através das questões fundamentais para o desenvolvimento social e preservação ambiental. O presente documento oferece benefícios socioambientais para a área, bem como as ações necessárias para atingir os objetivos traçados e um conjunto planejado de ações adequadas considerando as características socioeconômicas, históricas e culturais da população e da área de abrangência do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. As ações propostas permeiam, dentre outras ações, a educação ambiental. De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu art.1, entende-se que “a educação ambiental trata de processos dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Pontos críticos importantes devem ser considerados como a interferência na organização do território (rede urbana e circulação e comunicação), assim como interferência em conflitos sobre o uso dos recursos hídricos em áreas legalmente protegidas ambientalmente e a pressão sobre as condições de vida da população da área. Desta forma, inclui-se como pontos importantes os serviços, infraestruturas e instalações operacionais de saneamento para abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos visando a qualidade de vida da população e visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida.

Este Relatório 29 contém os elementos necessários para orientar a participação da sociedade civil na execução dos projetos previstos na área de abrangência do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Trata, portanto, da mobilização e organização comunitária, de mecanismos para geração de trabalho e renda e das proposições para a educação ambiental. Cabe ressaltar que as proposições aqui contidas resultaram de reuniões, oficinas e seminários realizadas com as comunidades e outros agentes interessados em discutir o planejamento da área.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Prover subsídios necessários para orientar a participação da sociedade civil na execução de planos, programas e projetos previstos na área de abrangência do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a participação comunitária sobre as tomadas de decisão relacionadas aos projetos de saneamento básico local;
- Fortalecer e/ou consolidar as organizações comunitárias locais;
- Fortalecer o exercício do controle social sobre serviços de saneamento;
- Estabelecer um processo educativo, reflexivo e proativo sobre a realidade ambiental local e global;
- Apoiar as ações complementares de geração e ampliação de renda.

3 PROPOSTA METODOLÓGICA

Para alcançar os objetivos, o presente estudo se vale do diagnóstico socioambiental apresentando, a título de contextualização, a síntese dos principais aspectos de interesse para embasar os planos, programas e projetos aqui apresentados. Cabe destacar ainda o caráter participativo da elaboração das propostas, construídas em oficinas e seminários realizados durante a elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Para este estudo foi incluída a área complementar que se agregou à poligonal inicialmente definida para o plano. A referida área complementar foi estudada com o intuito de subsidiar a proposta do Parque Metropolitano do Ipitanga. Deste modo, a utilização desta área complementar também para o diagnóstico ambiental serviu para aprofundar o conhecimento da área, permitindo a definição de diretrizes e proposições direcionadas ao conjunto da área. A **Figura 3.1** apresenta a área de estudo destacando a poligonal inicial do Vetor Ipitanga e a área complementar.

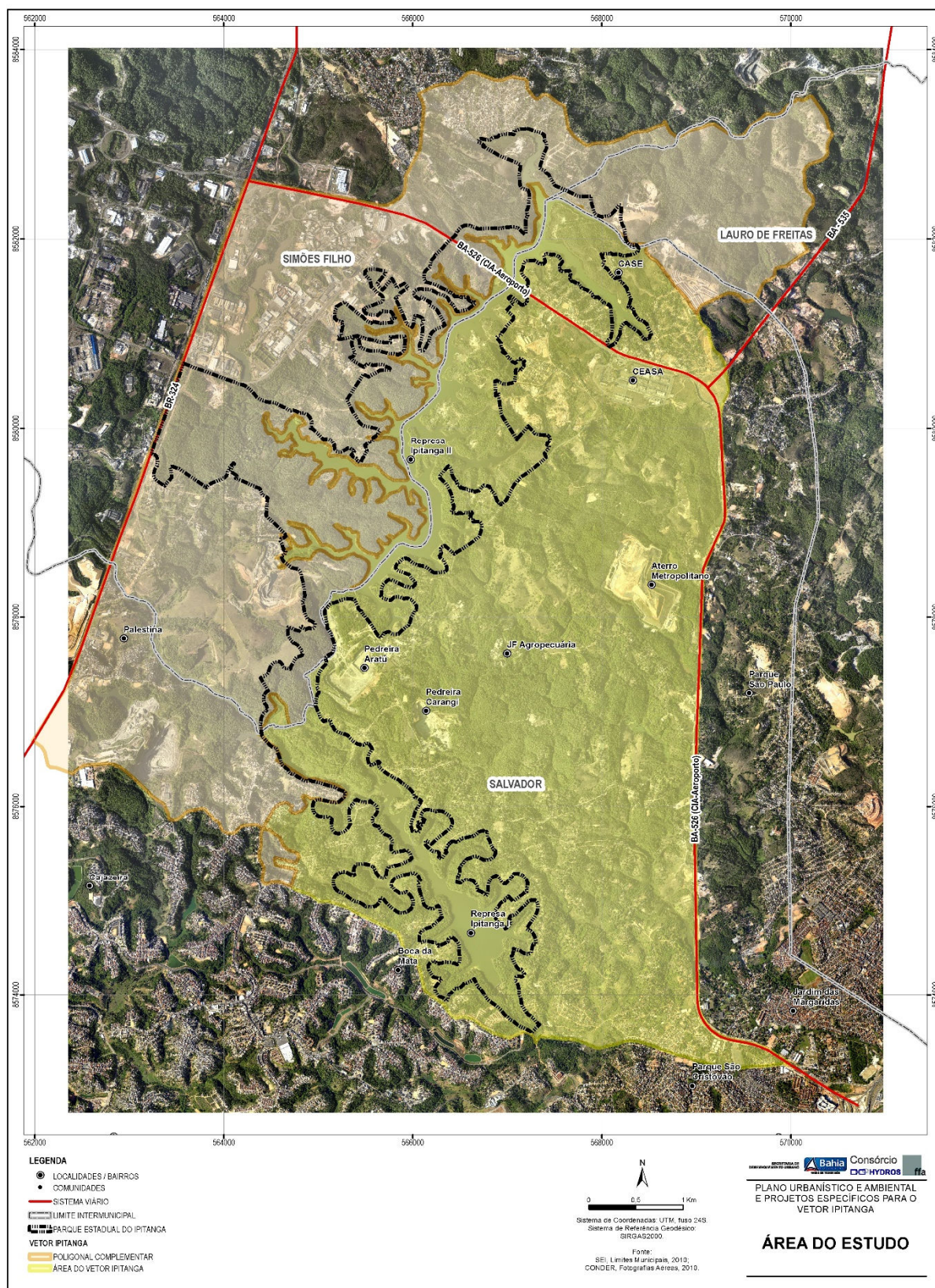


Figura 3.1 - Área de Abrangência do Estudo

3.2 PRINCÍPIOS DE ABORDAGEM

Os princípios que devem orientar e subsidiar as metodologias e atividades a serem aplicadas no desenvolvimento das ações socioambientais e intervenções do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga são:

- O homem é um ser que compõe o ecossistema e todas as suas ações interferem nas diversas formas de vida;
- O homem deve assegurar a manutenção do ambiente, em todas as suas formas;
- Autoconhecimento;
- Protagonismo dos atores sociais locais;
- Busca da cidadania plena, considerando as pessoas como autores e atores do seu processo de aprendizagem;
- Interdisciplinaridade da prática pedagógica;
- Respeito à diversidade
- Solidariedade e cooperação;
- Participação social;
- Conhecimento como condição emancipatória;
- Integração das dimensões humanas do saber, do fazer e do ser, estimulando o desenvolvimento da criatividade e do senso estético;
- Superação da visão fragmentada da realidade.

3.3 PROCESSOS PARTICIPATIVOS

As proposições aqui contidas resultaram de um amplo processo de participação social do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga que teve como eventos mais relevantes os que seguem:

- ✓ Oficina 1 – Aquecimento.
- ✓ Oficina 2 - Leitura do Território.
- ✓ 4 (quatro) Oficinas Temáticas.
 - Urbanismo e Mobilidade
 - Meio Ambiente
 - Socioeconômica
 - Questões fundiárias
- ✓ 3 (três) Oficinas para a construção participativa do Plano de Educação Ambiental.
- ✓ 5 (cinco) Oficinas para discussão dos projetos de urbanização.
- ✓ 4 (quatro) Seminários.

4 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

4.1 CARACTERIZAÇÃO

4.1.1 Aspectos Físicos e Urbanísticos

A área de abrangência do presente estudo, Vetor Ipitanga e sua área complementar, corresponde a uma parcela do espaço territorial referente à sub-bacia do rio Ipitanga, localizada na Bacia Hidrográfica do rio Joanes – Recôncavo Norte. Assim, a área de estudo está situada na porção Centro-Norte do Município de Salvador principalmente entre a Rodovia CIA-Aeroporto (BA-526) e a Rodovia Engenheiro Vasco (BR-324), trecho que liga Salvador a Feira de Santana. O reservatório artificial das represas Ipitanga I e Ipitanga II ocupam o interior de toda a área, e representam um manancial ainda importante para o abastecimento público de água para a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A área de estudo localiza-se em zona fronteira entre os municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, abrangendo uma região que apresenta uma série de impactos para a vida cotidiana dos moradores, principalmente no que se refere ao acesso aos serviços públicos.

A feição norte da área de estudo apresenta uma condição de franja urbana com menor densidade da ocupação, urbanização e serviços públicos menos frequente, existência de lotes maiores, áreas verdes relativamente mais preservadas. Essa condição une-se a uma condição de espaço de passagem de uma zona eminentemente de serviço (as cidades de Salvador e Lauro de Freitas) a duas áreas com vocação industrial como no município de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu – CIA em Simões Filho. Este perfil conferiu à região inúmeros empreendimentos econômicos vinculados à indústria, principalmente serviços auxiliares. Além da CEASA-BA (Centro de Abastecimento da Bahia, fundada em março de 1973), da BATTRE (Bahia Tratamento e Transferência de Resíduos S/A) e da Pedreira Aratu, funcionam diversos empreendimentos comerciais e outros, que se localizam muitas vezes em grandes galpões, como madeireiras, lojas de esquadrias, metalurgia e vidraçaria, privilegiados pela proximidade do aeroporto e do porto de Aratu.

Em relação a sua zona à oeste, dois municípios, Lauro de Freitas e Salvador, também se interligaram principalmente através de ocupações populares como São Cristóvão e o Jardim das Margaridas, que foram se vinculando aos bairros do município vizinho, como Itinga e Portão, por exemplo. Nesse sentido, a área faz fronteira com esses bairros populares, especialmente São Cristóvão. Na sua feição sul, a área de estudo faz fronteiras também com a chamada região do “Miolo”, com bairros como Boca da Mata, Fazenda Grande e Cajazeiras. Estes são bairros bastante populosos, conformados principalmente por conjuntos habitacionais e loteamentos destinados às camadas médias e invasões e loteamentos clandestinos, destinados aos setores populares.

A rede viária estrutural e complementar da área do Vetor Ipitanga e do seu entorno imediato, conforme estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), tem como função apoiar a circulação do tráfego inter e intraurbano. Esta rede atende prioritariamente ao transporte público de passageiros e tem a seguinte composição:

Vias existentes:

- Expressa: Rodovia CIA/Aeroporto (BA-526), Via Parafuso (BA-535) e Rodovia Engenheiro Vasco (BA-324);

- Coletoras: Estrada das Pedreiras (Estrada do Bom Sucesso), Estrada do Fidalgo, Estrada do Raposo, Avenida Fidalgo, Travessa Barbosa, Estrada do Cassange, Rua Alto do Girassol e Via Coletora "B" de Cajazeiras.

Vias a serem implantadas:

- Expressa: Ligação da Rodovia CIA/Aeroporto (BA-526) com a Linha Verde (BA-099);
- Arterial: Ligação da Av. 29 de Março ou Linha Viva com a Rodovia CIA/Aeroporto (BA-526);
- Coletoras: Ligação Palestina/Ipitanga, Ligação Estrada das Pedreiras com a Rua Juscelino Kubitschek.

O Vetor Ipitanga abrange o território da última área rural no município de Salvador ocupando as áreas da antiga Fazenda Cassange e adjacências. Embora no PDDU (Lei Municipal 7400/2008) a área tenha passado à categoria de área urbana, na mesma ainda se observam características predominantemente rurais, com grande valor ambiental e paisagístico.

A área de estudo está inserida na Área de Proteção Ambiental - APA Joanes/Ipitanga (Decreto Estadual 7.596/99), a qual contempla as nascentes, as represas dos rios Ipitanga e Joanes, além da sua região estuarina. Antes da criação desta Unidade de Conservação, o Governo do Estado publicou a Lei 3.858/1980 que instituiu a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e declarou o manancial do rio Ipitanga Área de Proteção e de Reserva Ambiental e com o Decreto 32.915/1986 criou o Parque Metropolitano do Ipitanga no entorno da represa do Ipitanga I, sem que este viesse a ser efetivamente implementado.

Além da sua grande extensão, a localização do território da APA Joanes/Ipitanga é estratégica, próxima ao Polo Petroquímico de Camaçari, ao Centro Industrial de Aratu, à antiga usina siderúrgica da Bahia - USIBA, à Caraíba Metais, à Refinaria Landulpho Alves, à Central de Abastecimento da Bahia - CEASA, à Monsanto, à Ford e às demais empresas que compõem o seu sistema, ao terminal portuário de Aratu e a dois dos centros urbanos mais importantes do Estado – Salvador e Camaçari. Como consequência dessa localização, sofreu interferência direta do processo de expansão e de investimentos nos municípios de Simões Filho, Camaçari, Lauro de Freitas e Salvador ao longo dos anos.

De acordo com os Estudos Básicos de Uso e Ocupação do Solo (Relatório 6 Consórcio Hydros-FFA), o padrão de ocupação da área do Vetor Ipitanga é, no geral, rarefeito, com expressiva presença de cobertura vegetal preservada, permeada de sítios e de núcleos residenciais de baixa renda, com características predominantemente rurais, embora já se encontrem núcleos de maior adensamento e padrão construtivo mediano. As comunidades localizadas mais próximas à Estrada do CIA são mais adensadas, considerando a maior facilidade de acesso. Algumas poucas comunidades, fronteiriças à localidade de Cajazeiras/Boca da Mata/Fazenda Grande I, já possuem serviços públicos de saneamento, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais; enquanto que a maior parte delas convive com a inexistência de infraestrutura urbana, especialmente a falta de saneamento básico.

Estas comunidades convivem também com atividades de impacto, representadas pelas Pedreiras Aratu e Carangi, pelo Aterro Metropolitano Centro (AMC), pelo Frigorífico Criasisal atualmente denominado JF Agropecuária, pela Construtora Mirel, pela Fábrica de Argamassas Continmassa e pela CEASA.

Quanto ao padrão de ocupação residencial, foram identificadas em Bosque Ipitanga, comunidade localizada próxima ao bairro de São Cristóvão, ocupações residenciais, com padrão construtivo predominantemente mediano, com até três pavimentos, apresentando poucos casos de sítios ou chácaras, e alguns casos de novos caminhos ou ruas, adensadas de casas de padrão precário, em terrenos alagadiços. Nas áreas de fronteira com Bosque Ipitanga, na comunidade de Alto do Girassol ocorre um padrão de ocupação fortemente adensada. No entanto, diferencia-se pela presença de sítios e chácaras, de alto padrão construtivo, com até três pavimentos, bem como pelo desempenho de atividades de comércio e serviços, como restaurantes, bares, loja de roupas, clube aquático e Hospital Veterinário.

A comunidade de Canto do Rio apresenta lotes de maior proporção que Bosque Ipitanga, mas maciçamente adensada por atividade residencial de padrão mediano predominantemente térrea. Características semelhantes às comunidades de Cações, Pôr do Sol, Pedra Azul e Fidalgo.

A comunidade de Biribeira apresenta uma configuração ocupacional diversa, tendo duas localidades com padrões diferenciados. A localidade mais próxima à Estrada do CIA apresenta usos residenciais, com padrão construtivo mediano, de até três pavimentos. Foram identificados usos mistos, como residências com bares, além de atividades de comércio e serviço, como oficinas mecânicas e empresas de grande porte. A localidade mais afastada da Estrada do CIA possui lotes maiores em áreas mais planas, maciçamente composta por sítios e/ou chácaras com edificações de padrão mediano, enquanto as áreas de maior declive mantêm uma ocupação residencial com lotes de menores proporções, de padrão construtivo que varia de mediano a precário, predominantemente térrea.

As comunidades de Boca Mata, Vale do Bosque e Fazenda Grande I, possuem padrão habitacional distinto das comunidades anteriores. São áreas mais consolidadas, atendidas por serviços públicos básicos. Apresentam predominantemente uso residencial, em alguns casos, uso misto, com presença de bares e serviços de artigo de primeira necessidade. As habitações apresentam padrão construtivo mediano e têm em média gabarito de até três pavimentos.

Relativo aos espaços públicos utilizados como área de lazer verificou-se que em poucas situações uma área pública é utilizada com esta finalidade. Na maioria dos casos, os locais de encontro estão diretamente associados às igrejas e aos bares ou estabelecimentos comerciais que apresentam uma atividade diária e funcionam como ponto de atração. Na comunidade de Canto do Rio foi possível localizar uma praça improvisada que funciona como ponto de encontro dos moradores. Bosque Ipitanga conta com a Praça das Oliveiras, bem estruturada com equipamentos urbanos como brinquedos infantis e bancos de concreto. Em Alto do Girassol foi identificado um local de encontro dos moradores nas proximidades da associação de moradores.

Conforme já mencionado os moradores da área do Vetor Ipitanga, dispõe de poucas ofertas públicas de lazer e têm nas religiões sua principal forma de organização social. Há uma quantidade de igrejas com diferentes perfis organizacionais e doutrinários, que proporcionam à localidade laços sociais importantes. É fundamental, nesse aspecto, destacar a existência de diversos terreiros de Candomblé, especialmente na região de Cassange e do Loteamento CEASA, o que demonstra o forte enraizamento social das religiões de matriz afro-brasileira na área.

Como é sabido o Vetor Ipitanga se insere em um contexto social de origem popular, de ocupação irregular e desordenada, segundo padrões urbanísticos vigentes, associado a um contexto de franja urbana, de modo que essa condição impõe às localidades deficiências na oferta de serviços públicos, que não chega a ser uma marca apenas desta área da cidade, mas que se aprofunda em

áreas mais distantes e de ocupação popular. Em toda a poligonal e nas suas fronteiras mais próximas foram identificados 12 (doze) estabelecimentos educacionais públicos. Considerando a dimensão da poligonal e a precariedade do sistema de transporte, o sistema público de educação tende a não funcionar de maneira adequada para as crianças dessa região.

No que se refere aos serviços de saúde, as comunidades do Vetor Ipitanga podem ser divididas em três grupos. Aquelas situadas próximo à Estrada CIA-Aeroporto compõem o eixo de atendimento da Unidade de Saúde da Família Nova Esperança, situada na localidade de Nova Esperança/CEPEL. Um segundo grupo de comunidades é composto basicamente pela parte da região de Cassange mais próxima ao bairro de São Cristóvão, que estão no eixo de atendimento da Unidade Básica de Saúde de São Cristóvão. Além deste posto de saúde, a população procura também os hospitais Menandro de Farias e Jorge Novis, ambos em Lauro de Freitas. O terceiro grupo é aquele composto pelas áreas de Boca da Mata, Fazenda Grande I e Cajazeiras, que estão vinculadas a outra dinâmica urbana que, embora possua suas precariedades, já está mais consolidada, e, portanto, com melhor acesso à estrutura e aos serviços públicos.

O acesso ao transporte público é uma das dimensões mais precárias da vida cotidiana das localidades do Vetor Ipitanga. Em geral, é possível dizer que dentro das localidades praticamente não circula transporte público, com exceção do Jardim Campo Verde, onde ainda há duas linhas de transporte. Nas demais comunidades, especialmente aquelas menos urbanizadas, não há transportes oficiais, de modo que a população necessita utilizar transportes extraoficiais ou, muitas vezes, fazer longas caminhadas para suas “áreas de influência” mais contíguas, a Estrada Cia-Aeroporto, São Cristóvão e Boca da Mata/Fazenda Grande I/Cajazeiras.

No que se refere a situação do saneamento, os dados do Censo do IBGE (2010) indicam que 72,26% dos moradores inseridos na área do Vetor Ipitanga são atendidos por rede de distribuição de água. Entretanto, grande parte da população do Cassange possui como solução adotada para o abastecimento de água, a utilização de poços, seguida pela distribuição parcialmente regular através de carro-pipa, rede de distribuição de água e o uso de água de chuva, rios e minadouros, nesta ordem hierárquica. Apesar de tais resultados contradizerem a realidade, acredita-se que tal avaliação foi influenciada pelas comunidades mais adensadas da poligonal de estudo (Jardim Campo Verde/Barro Duro, Nova Esperança/Cepel, Loteamento Ceasa, Bosque Ipitanga e Vila Santana) e pelas localidades que integram os mesmos setores censitários dos bairros de Cajazeiras/Boca da Mata/Fazenda Grande, as quais são atendidas por rede de distribuição de água, operadas pela Embasa.

Como solução para o destino dos efluentes domésticos, a maior parte da população que mora na área do Vetor Ipitanga utiliza predominantemente como solução para o destino dos efluentes domésticos, o uso de fossa (dejetos orgânicos) e o lançamento a céu aberto (águas servidas). Quanto ao serviço de coleta de lixo, apenas as comunidades de Canto do Rio e Carobeira/Buracão não são atendidas pelo mesmo. Apesar das demais localidades serem atendidas por tal serviço, verificou-se que o mesmo só é realizado na via principal, com periodicidade de três vezes por semana.

O setor norte da poligonal do Vetor Ipitanga, região da Ceasa, a área mais densamente ocupada está situada a norte da rodovia BA-526 e entre a rodovia e um braço da Barragem de Ipitanga III, correspondendo às localidades de Cepel e Barro Duro. Neste setor as áreas de maior risco geológico são representadas por terrenos de declividade elevada na borda do reservatório que, entretanto, não estão ocupadas com residências. Ainda na região da Ceasa, porém ao sul da BA-526, onde estão instalados os Conjuntos Habitacionais Ceasa I a V, predominam grandes extensões

de terreno submetidas a atividades de terraplanagem, em solos friáveis e sujeitos a processos erosivos superficiais, onde se constata também a formação de taludes de corte e aterro. Estes taludes de corte e aterro, representam áreas de risco de movimentos de massa devido a declividade elevada e a natureza friável dos materiais.

Na região central, na porção mais a norte, onde estão as localidades de Suíno Raposo, Carobeira e as áreas das Pedreiras, as áreas de maior risco geológico ocorrem ao longo das vertentes naturais de declividade mais elevada, sujeitas a movimentos de massa. Ao longo da estrada CIA-Aeroporto, ainda na sua faixa de domínio, alguns taludes de corte apresentam declividade elevada e altura superior a 10 metros, representando áreas de risco de deslizamento. Nas áreas das pedreiras verifica-se uma instabilidade nos materiais de cobertura e de blocos de rocha sujeitos a tombamento, entretanto são áreas de uso comercial e de ocupação controlada. As áreas do entorno das pedreiras são afetadas por sismos induzidos pelas detonações das frentes de lavra. Os terrenos com possibilidade de danos estruturais estão localizados num raio de 200 metros do ponto de detonação.

O setor centro sul apresenta uma densidade de ocupação elevada que se distribui principalmente ao longo da Estrada do Fidalgo e do Cassange. Neste setor há muitas estradas secundárias quase sempre implantadas no sentido de maior declividade da vertente, em direção ao fundo dos vales, em áreas de declividade elevada e desprovidas de qualquer sistema de drenagem, o que favorece a degradação dos solos e a instalação de processos erosivos lineares.

O setor sul da área do Vetor Ipitanga corresponde as localidades de Barragem, Alto do Girassol, Canto do Rio e Bosque Ipitanga, além dos terrenos entre a Estrada do Sítio Novo e a margem direita do reservatório de Ipitanga I, situados no bairro de Boca da Mata. No extremo sul da área, limitada pelo curso do rio Ipitanga, se concentram as áreas de risco de inundação, particularmente as áreas planas situadas a jusante do eixo da barragem de Ipitanga I, nas localidades de Canto do Rio e Bosque Ipitanga. Nestas áreas de planície, a construção de muros de alvenaria dificulta o escoamento natural das águas de chuva que, associado ao lençol freático raso, tem como consequência a formação de áreas alagadas nas áreas mais rebaixadas dos quintais das residências e das ruas. Ainda neste setor sul, registra-se também a prática de aterramento das áreas de declividade elevada ao longo das principais vias de acesso, subtraindo-se uma possível ocupação futura destes terrenos que podem apresentar instabilidade em função do tipo de material utilizado no aterro e do grau de compactação.

4.1.2 Aspectos Ambientais

Conforme apontado na maioria dos documentos que tratam dos aspectos urbanísticos e ambientais da área do Vetor Ipitanga, a localização em um ponto estratégico de articulação do território da cidade de Salvador com os municípios vizinhos faz com que a área se apresente como um potencial centro de articulação e integração metropolitana. Este atributo, somado ao valor ambiental que a área possui, a coloca em uma condição privilegiada no contexto da RMS. Como forma de subsidiar o planos, programas e projetos, este subitem apresenta caracterização socioambiental da área de estudo.

4.1.2.1 Bacia Hidrográfica

O rio Ipitanga é um dos principais corpos d'água da bacia hidrográfica do rio Joanes. A área de estudo, o Vetor Ipitanga, é dominada, do ponto de vista ambiental, pela presença dos lagos

formados pelo barramento do rio Ipitanga, formando reservatórios “em cascata” (Ipitanga I, Ipitanga II e Ipitanga III) e pela presença de remanescentes florestais de mata atlântica em bom estado de conservação, porém com elevada fragmentação. A bacia hidrográfica onde está inserida a área do Vetur Ipitanga é de extrema importância socioambiental para a RMS, uma vez que responde por parte da água utilizada para o seu abastecimento. Por sua vez, a sub-bacia do rio Ipitanga representa a maior bacia do município do Salvador, sendo o principal reduto de remanescentes de Mata Atlântica deste município.

Contrapondo esta condição de fragilidade e potencialidade ambiental, o Vetur Ipitanga configura-se também como o último vetor de expansão da malha urbana de Salvador e, portanto, sujeita a pressões para sua ocupação. Sua área de drenagem sofre influência dos processos antrópicos associados aos municípios de Simões Filho, Lauro do Freitas e Salvador.

A **Figura 3.2** à **Figura 3.5** apresentam a barragem de Ipitanga I, II e III.



Figura 3.2 - Detalhe de corpo d'água da barragem de Ipitanga I



Figura 3.3 - Visão Panorâmica de Cobertura Vegetal em Estágio Médio no entorno do Reservatório Ipitanga II



Figura 3.4 - Córrego afluente do reservatório Ipitanga III, com Aspecto Poluído Devido Despejo



Figura 3.5 - Reservatório de Ipitanga III - Vegetação Macrófita Aquática ocupando

de Esgoto Doméstico Sem Tratamento e Águas
Servidas, no Final da Av. Santana, Simões Filho

espelho d'água no final da Av. Santana, Simões
Filho

4.1.2.2 Cobertura Vegetal e Uso do Solo

De acordo com Afonso et al. (2010), a região da bacia hidrográfica do rio Ipitanga inserida no município de Salvador compreende os maiores remanescentes florestais de Mata Atlântica deste município. Entretanto, cabe ressaltar que a sua bacia extrapola os limites do referido município, também abrangendo Lauro de Freitas e Simões Filho. É nesse último município citado que estão situadas as principais nascentes do rio Ipitanga, por exemplo.

A área da bacia hidrográfica do rio Ipitanga, entre outras, foi estudada quanto aos estágios de regeneração de remanescentes de Mata Atlântica em estudo intitulado “Projeto Mata Atlântica Salvador – Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na Cidade de Salvador”, coordenado pelo Ministério Público do Estado da Bahia e Fundação José Silveira (MP-BA, 2013 - Edição Revisada e Ampliada). O estudo realizou um diagnóstico sobre os principais remanescentes florestais de Mata Atlântica, entretanto, apenas para o município de Salvador, não contemplando aos demais municípios, por exemplo, que compõem a bacia hidrográfica do rio Ipitanga.

A edição ampliada e revisada do Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica avaliou remanescentes florestais distribuídos em duas áreas de concentração “Área de Influência da Avenida Luís Viana” e “Área de Influência do Rio Ipitanga”, sendo que na região do rio Ipitanga, cinco remanescentes foram amostrados, os quais foram assim denominados: Remanescente Aterro Metropolitano Centro; Barragem Ipitanga I; Barragem Ipitanga II; Pedreira Aratu e; Pedreira Carangi. Este estudo do MP-BA (2013) consiste na principal base de dados para caracterizar a cobertura vegetal na região do Vetor Ipitanga, bem como para a área complementar de estudo. Para a área complementar, foi considerada como base o denominado remanescente Pedreira Valéria. Em adição aos dados utilizados como base para a caracterização da cobertura vegetal, também foram utilizados o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para implantação da via expressa Linha Viva (TTC, 2012).

As principais características dos remanescentes, de acordo com o MP-BA (2013), são apresentadas no **Quadro 4.1**.

Quadro 4.1 - Principais Características da Vegetação na Região de Influência do Rio Ipitanga

Área de Referência	Características da Vegetação
Remanescente – Aterro Metropolitano Centro	Fitofisionomia predominantemente arbórea (fechada), com seus estratos diferenciados, altura média de 9,56 m e Diâmetro da Altura do Peito (DAP) médio de 9,59 cm, com indivíduos emergentes atingindo uma altura média de 17 m. A maioria dos indivíduos (61,11%) apresentam altura na faixa de altura entre 5 e 12 m. O remanescente florestal em questão foi classificado como área predominantemente em estágio de regeneração médio (Resolução CONAMA 005/1994).
Remanescente – Barragem de Ipitanga I	A vegetação nativa mostra-se praticamente restrita à margem esquerda do barramento, sendo caracterizada como em estágio de regeneração médio (Resolução CONAMA 005/1994). Trata-se de uma área com fisionomia predominantemente arbórea fechada, com estratos diferenciados, altura média de 10,24 m e DAP médio de 13,46 cm, com indivíduos emergentes atingindo cerca de 28 m (MP-BA, 2013).
Remanescente – Barragem Ipitanga II	Vegetação predominantemente arbórea e fechada, com seus estratos diferenciados, altura média de 11,70 m e DAP médio de 11,20 cm, com indivíduos emergentes atingindo cerca de 15 m (MP-Ba, 2011). A mata existente no remanescente da Barragem de Ipitanga II é vegetação secundária de Floresta Ombrófila Densa, Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração (Resolução CONAMA 005/1994).
Remanescente – Pedreira Aratu	Fitofisionomia arbórea com seus estratos diferenciados e altura média de 12,57 m e DAP médio de 15,87 cm, com indivíduos emergentes atingindo cerca de 36 m. A referida área foi caracterizada como vegetação em estágio médio de regeneração (Resolução CONAMA 005/1994).
Remanescente – Pedreira Carangi	Fitofisionomia arbórea com estratos diferenciados e altura média de 12,03 m e DAP médio de 11,19 cm, com indivíduos emergentes atingindo cerca de 36 m (MP-BA, 2011). Este remanescente foi caracterizado como a vegetação secundária no estágio médio de regeneração (Resolução CONAMA 005/1994).
Remanescente – Pedreira Valéria	A mata existente no remanescente Pedreira Valéria é Floresta Ombrófila Densa, Mata Atlântica, com a vegetação secundária nos estágios sucessionais médio a avançado, definidos conforme a Resolução CONAMA 005/1994. Entretanto, há predominância da vegetação secundária no estágio médio de regeneração conforme definido pela Resolução CONAMA 005/1994. A mata existente possui fisionomia predominantemente arbórea, com seus estratos diferenciados, altura média de 10,78 m e DAP médio de 15,90 cm. A cobertura arbórea é predominantemente fechada, com indivíduos emergentes atingindo cerca de 26 m. Dentre os remanescentes citados neste quadro, o da Pedreira Valéria é o único avaliado pelo MP-BA que se encontra na área de estudo complementar do Vetur Ipitanga.

Fonte: Modificado de MP-BA (2013) *IN MASTERPLAN DO PARQUE METROPOLITANO DO IPITANGA – DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR*

Se inserem na bacia do rio Ipitanga os reservatórios do Ipitanga I, Ipitanga II e Ipitanga III¹ remanescentes de Floresta Ombrófila que exercem função de proteção destes reservatórios, além de recarga hídrica. Está área inclui o Vetur Ipitanga, que já passou por processo de elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental com o estudo dos aspectos sociais, ambientais, urbanísticos e fundiários.

A área de estudo (Vetur Ipitanga e área complementar) está dominada por três fisionomias principais: áreas urbanas, áreas de espelho d'água e áreas com floresta ombrófila (em estágios inicial, médio e avançado de regeneração).

Na área complementar de estudo verifica-se situação semelhante, acrescentando-se mais fortemente o viés industrial e comercial, evidenciado principalmente pela presença do CIA e de estruturas de galpões.

Com base no mapa de cobertura vegetal resultado do estudo coordenado pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA, 2013), evidencia-se que a região da bacia do rio Ipitanga composta tanto pela área do Vetur Ipitanga, quanto da área complementar de estudo é ocupada

¹ É dominando Ipitanga III apenas por separar-se fisicamente da barragem de Ipitanga II através da rodovia BA-526 (estrada CIA/Aeroporto).

predominantemente (36,76%) por fitofisionomias de Floresta Ombrófila em estágio médio. Como exemplo, a **Figura 3.6** apresenta cobertura vegetal em estágio médio e campo aberto, no entorno do Reservatório Ipitanga II.



Figura 3.6 - Visão Panorâmica de Cobertura Vegetal em Estágio Médio e Campo Aberto, no entorno do Reservatório Ipitanga II

As áreas florestadas da região do Vetor Ipitanga mostram-se também propensas à ocorrência de espécies da fauna importantes do ponto de vista conservacionista, como por exemplo, o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) e a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), ambos ameaçados de extinção. Além disso, pode abrigar os mais variados espécimes da fauna periantrópica, muitos dos quais apresentam elevado valor cinegético, tais como: o teiú (*Tupinambis merianae*), a paca (*Agouti paca*), a cutia (*Dasyprocta agouti*), a preá (*Cavia aperea*), os tatus (*Euphractus sexcinctus* - tatu-peba; *Dasyurus septemcinctus* - tatuí; *Dasyurus novemcinctus* - tatu-galinha), e o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*). (SEDUR, 2013 *Relatório 18 – Macroanálise socioambiental integrada e cenário prospectivo*).

O **Quadro 4.2** e a **Figura 3.7**, a seguir, representa as classes de cobertura vegetal e uso do solo identificadas na Poligonal do Vetor Ipitanga (e área complementar de estudo), com destaque para as áreas degradadas do ponto de vista ambiental.

Quadro 4.2 - Representatividade das Classes de Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Poligonal do Vetor Ipitanga e Área Complementar

Classe de Cobertura Vegetal e Uso do Solo	Vetor Ipitanga		Área Complementar	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Aterro Irregular/Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos da Construção Civil	0	0	0,72	0,03
Aterro Metropolitano Centro	53,94	1,77	0	0
Aterro Resíduos Inerte	0	0	4,71	0,21
Corpo d'Água/Reservatório	292,66	9,63	7,34	0,32
Floresta Ombrófila em estágio avançado de regeneração	7,39	0,24	0,52	0,02
Floresta Ombrófila em estágio inicial de regeneração	460,06	15,14	282,95	12,49
Floresta Ombrófila em estágio médio de regeneração	666,35	21,92	833,02	36,76
Institucional	7,03	0,23	0	0
Mineração/Pedreiras	45,20	1,49	125,71	5,55
Solo Exposto	0	0	161,18	7,11
Área Úmida	33,80	1,11	77,28	3,41
Área Urbana / Residencial	868,68	28,58	206,78	9,12
Área Industrial / Comercial	55,20	1,82	355,00	15,66
Áreas de Sítio / Agropecuária	232,31	7,64	211,07	9,31
Outros	316,81	10,42	0	0
TOTAL	3.039,44	100,00	2.266,28	100,00

Obs.: Classe de Cobertura Vegetal e Uso do Solo sombreadas correspondem a áreas degradada

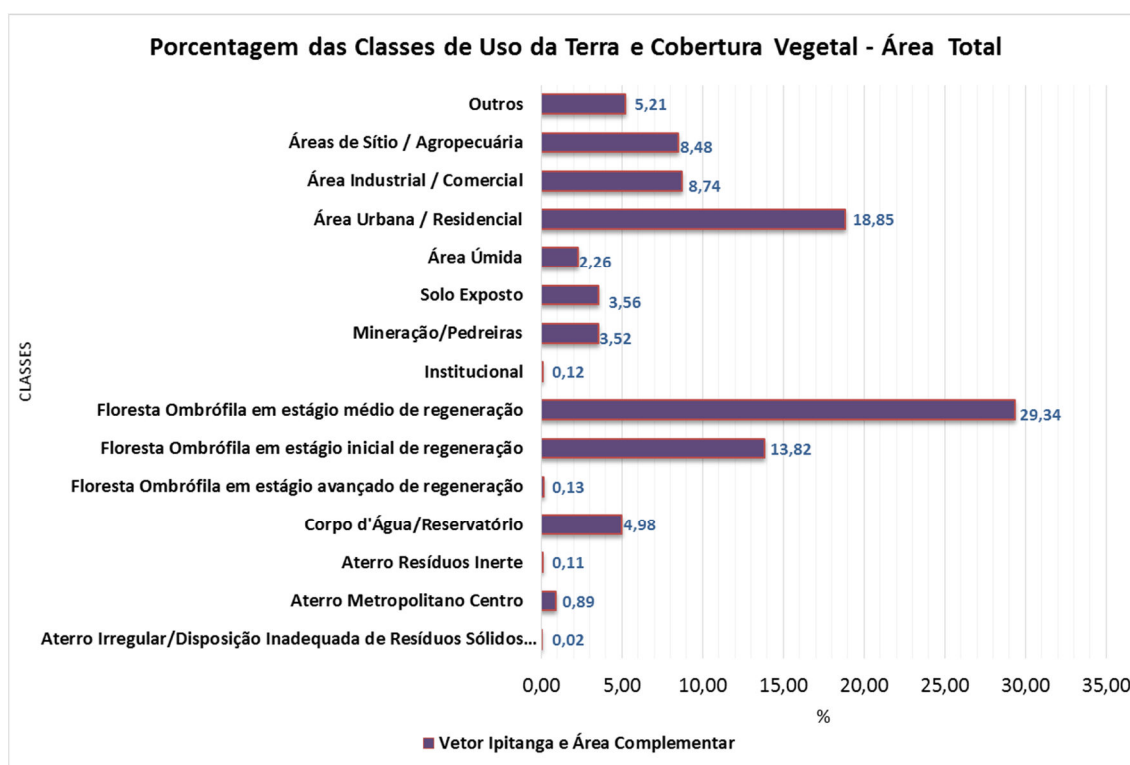


Figura 3.7 - Área Ocupada pelas Classes de Uso da Terra e Cobertura Vegetal – Área Total

Fonte: Elaboração Própria (MASTERPLAN DO PARQUE METROPOLITANO DO IPITANGA – DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR)

A poligonal do Vetor Ipitanga e sua área complementar de estudo em relação à Cobertura Vegetal e Uso do Solo, está apresentada a seguir na **Figura 3.8**.

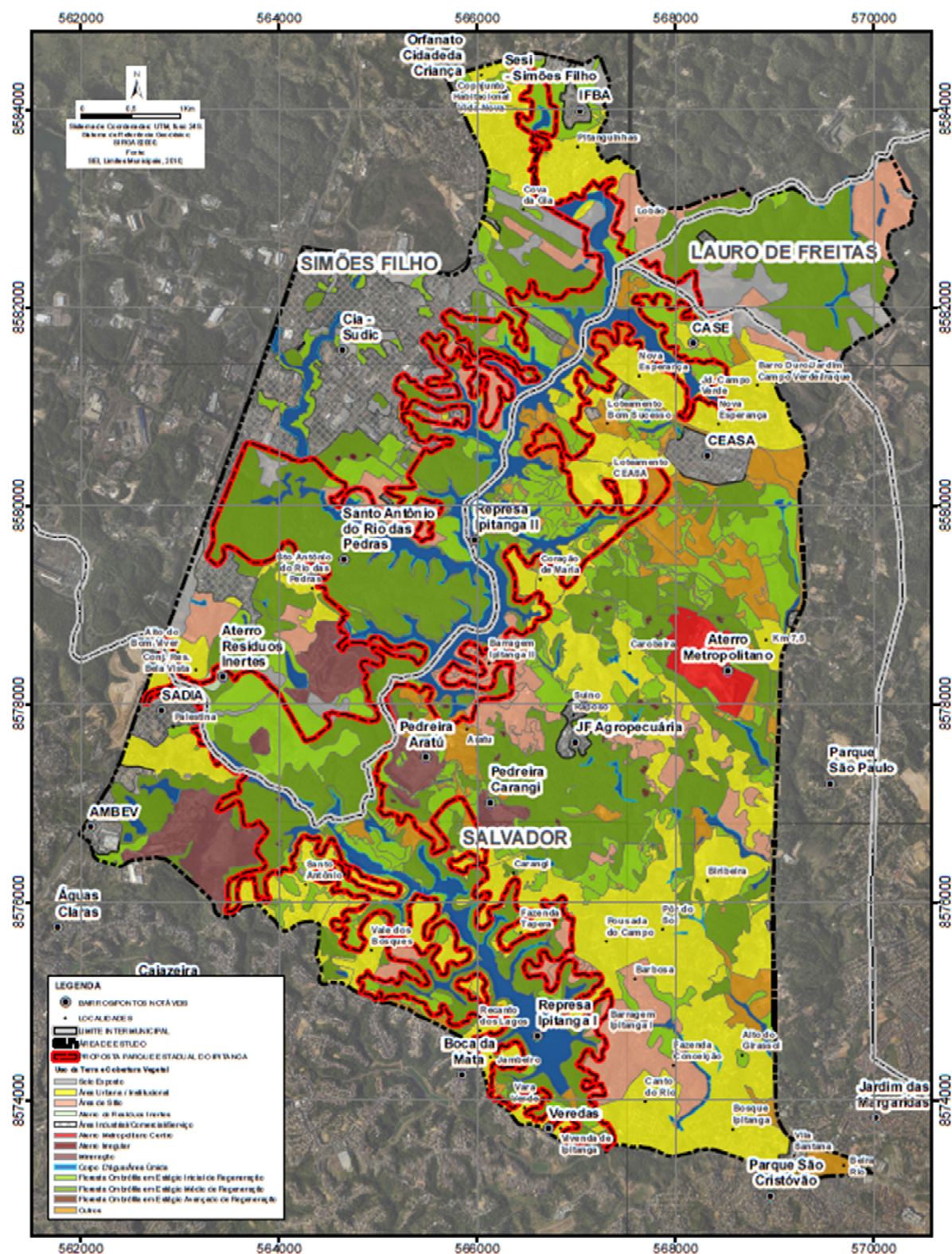


Figura 3.8 - Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Poligonal do Vetor Ipitanga e Sua Área Complementar do Estudo

4.1.2.3 Áreas protegidas pela legislação

A área em estudo é tratada com especial atenção pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU (Lei Municipal nº 7.400/2008), como região de importância ambiental e está integralmente inserido em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental - APA Joanes – Ipitanga (**Figura 3.9** e **Figura 3.10**). Isto significa que a área em questão está sujeita a diretrizes específicas voltadas à conservação e à manutenção da qualidade ambiental dos recursos naturais. Esta região se configura ainda como o último reduto para o crescimento urbano do município de Salvador. É importante destacar que o controle da ocupação e uso do solo está sujeito às especificidades de dois modelos de zoneamento ambiental, não necessariamente congruentes. Um estabelecido pelo PDDU do município de Salvador e outro pelo Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da Área de Proteção Ambiental – APA Joanes-Ipitanga. Além do mais, incidem sobre esta região, aspectos legais voltados para a conservação dos seus recursos naturais associados à proteção de mananciais (Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006), às Áreas de Proteção Permanente – APP (Lei Federal 12.651/2012; Resoluções Conama nº 302/2002) e aos remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006).

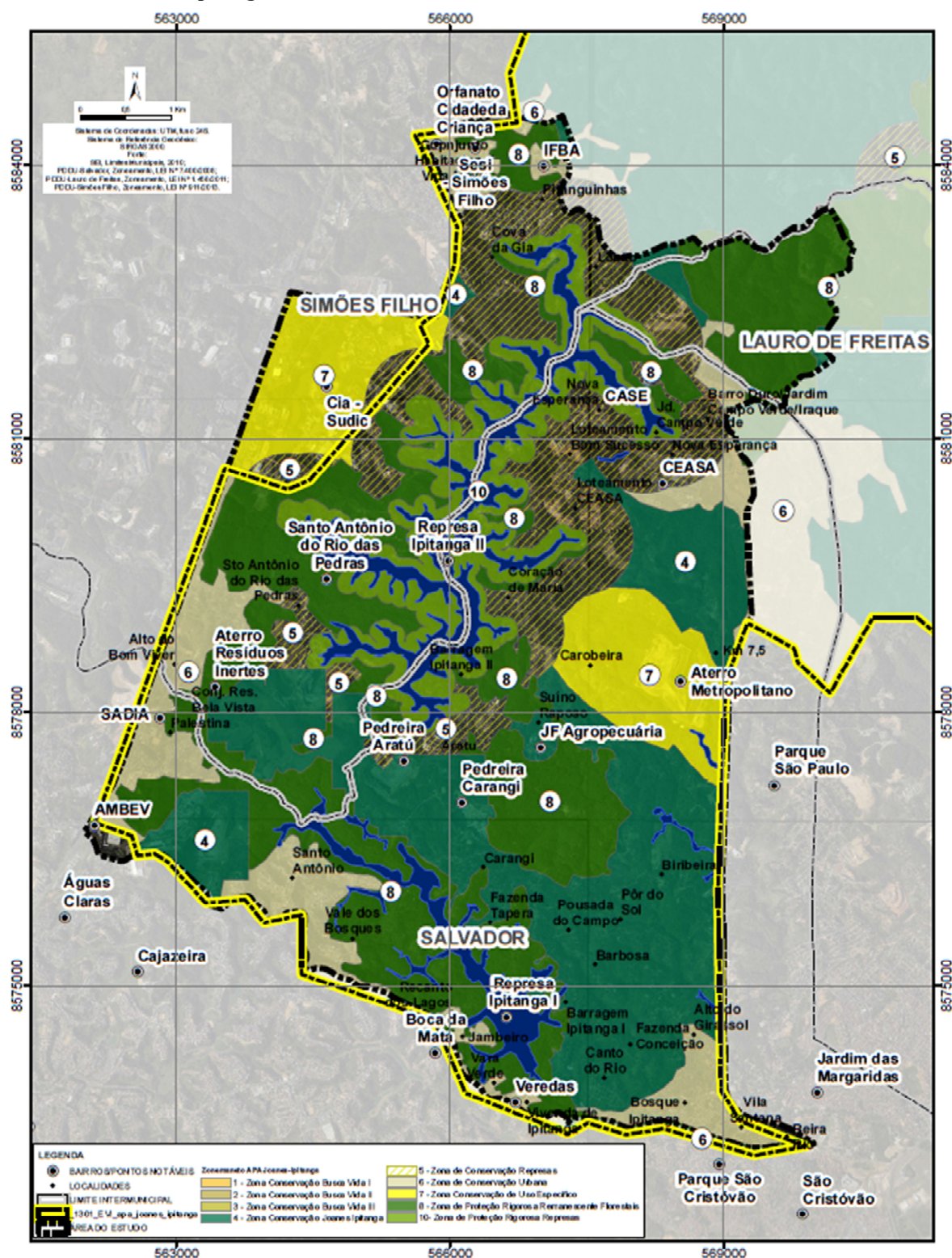
Cabe destacar que a área do Vetor Ipitanga (e sua área complementar de estudo) incluem também os planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios de Simões Filho e de Lauro de Freitas. O zoneamento da APA Joanes Ipitanga que incide sobre a área de estudo do Vetor Ipitanga está apresentado na **Figura 3.11**.

Diante desta sobreposição de modelos de zoneamento, observam-se divergências quanto aos usos planejados para algumas áreas específicas. As principais incongruências estão associadas à delimitação das áreas de uso mais restritivo. Segundo o PDDU de Salvador (2008), as diretrizes de ocupação e uso do solo na Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) permitem o planejamento de ocupações rarefeitas de forma controlada, bem como uso de tais áreas para o lazer. Entretanto, grande parte da área equivalente à Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), no ZEE da APA Joanes-Ipitanga, assume uma condição de Unidade de Conservação de uso restrito, não permitindo ocupações ou usos incompatíveis à atividade de pesquisa e educação ambiental, mas tal zoneamento não é mencionado no texto do PDDU. Em ambos os casos, as restrições ao uso destas zonas não são obedecidas, por conta, principalmente da facilidade de acesso e ausência de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. Tal prerrogativa faz com que estas áreas sejam ocupadas indevidamente, comprometendo a conservação dos recursos naturais e especialmente a qualidade de água para o abastecimento humano.



**Figura 3.9 - Placa da APA Joanes Ipitanga
Indicando Área de Influência das Nascentes do rio
Ipitanga**

**Figura 3.10 - Placa Indicando Área Federal em
Área de Influência das Nascentes do rio Ipitanga**



**Figura 3.11 - Zoneamento da APA Joanes Ipitanga que incide sobre a área de estudo do Vetor Ipitanga e Sua
Área Complementar De Estudo**

4.1.3 Aspectos Socioeconômicos

Do ponto de vista das interações territoriais, a estratégica localização dessa porção do território de Salvador, associada à condição de território rural, que oficialmente foi mantida até há pouco tempo e que ainda hoje a caracteriza e de certa forma mantém “oculta” à cidade, faz com que a sua população guarde estreita relação com as sedes dos municípios vizinhos. Assim se estabeleceram situações inusitadas, que envolvem inclusive as administrações municipais, cujos principais exemplos são a existência de uma escola mantida pelo município de Lauro de Freitas dentro do território de Salvador e também a existência de transporte escolar da Prefeitura de Simões Filho que recolhe estudantes na área para frequentarem escolas nesse município.

Alheia à importância socioambiental da área para a RMS, a maioria dos moradores da região está preocupada com a solução dos seus problemas mais imediatos, porém não menos importantes, na melhoria das suas condições de vida. São localidades extremamente carentes que não possuem a infraestrutura básica e têm enorme dificuldade de acessar os serviços sociais básicos. São comunidades que na sua história e desenvolvimento viram chegar usos que em regra atendiam uma escala muito mais ampla e que não tangenciavam o atendimento às suas demandas mais prementes.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos a área se caracteriza por uma população de baixa escolaridade e renda, que se conectam ao mundo do trabalho através de ocupações de baixa valorização e remuneração, especialmente de maneira informal e de certa forma vinculadas às principais atividades econômicas do entorno, notadamente a Ceasa e atividades de comércio de produtos alimentícios ou de serviços ligados a estética, vestuário, entre outros. Ainda que o Vetor Ipitanga se localize em torno de uma área que possui empreendimentos econômicos vinculados à indústria, principalmente serviços auxiliares, como a CEASA-BA, a BATTRE (Bahia Tratamento e Transferência de Resíduos S/A), as Pedreiras Aratu e Carangi, além de diversos empreendimentos comerciais e outros, que se localizam muitas vezes em grandes galpões, como madeireiras, lojas de esquadrias, metalurgia, vidraçaria, estas atividades produtivas não são suficientes para produzir uma dinâmica socialmente integradora da população local.

Verificam-se na área algumas atividades extrativistas e agrícolas de subsistência e a presença residual de catadores de material reciclável. Merece destaque um pequeno núcleo de cerca de 30 casas pertencentes à comunidade de Carobeira localizado nas imediações do Aterro, denominada pelos moradores locais de “Buracão” cujas condições de moradia são bastante precárias, evidenciando um quadro de grande vulnerabilidade social. Realce-se também outro núcleo em Barragem Ipitanga, cujas moradias situam-se às margens da Barragem Ipitanga 1, com fortes atributos de comunidade tradicional quilombola, embora não se reconheçam assim, e que em função de características culturais e das precárias condições sanitárias vem contribuindo para a degradação da represa pelo acúmulo de resíduos de suas atividades produtivas.

4.1.4 Organização comunitária

No Vetor Ipitanga, foi observado um processo homogêneo de estruturação das relações sociais e políticas através de dois tipos de organizações: as associações de moradores, voltadas à defesa da melhoria das comunidades, bem como o desenvolvimento de projetos sociais (esporte, cultura, lazer, educação, etc.); e as associações com fins religiosos que buscam promover a doutrinação junto ao público, além de desenvolver atividades de solidariedade e de celebração cultural junto aos demais moradores.

As instituições religiosas demonstram ser bastante ativas não apenas em termos espirituais, ligados ao “sagrado”, mas na busca de representação das demandas materiais por melhores condições de vida. É importante salientar também como muitas dessas instituições, especialmente os Terreiros de Candomblé, têm um papel relevante na defesa da cultura e das tradições afro-brasileiras, e pela própria natureza do culto e ritos, possui uma postura voltada para a defesa do meio ambiente.

Muitas das instituições religiosas existentes possuem contatos com outras Organizações da Sociedade Civil (OSC) e mesmo com a Sociedade Política. Destacam-se como pontes estabelecidas com essas instituições parlamentares de partidos como o PT, o PSOL, o PSC e Organizações Sociais como a AFA (Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia) e a ACBANTU (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu), esta última uma OSC de grande importância e atividade na cidade do Salvador.

Apesar do protagonismo acentuado das associações religiosas de diferentes naturezas doutrinárias (evangélicos, cristãos, espíritas, matriz afro-brasileira, seguidores do *chá da Ayhuasca* – Centro Espírita União do Vegetal, etc.), percebeu-se a presença de associações de moradores importantes na organização social, inclusive mantendo laços com espaços institucionalizados da sociedade política (CONDER, SEDUR, EMBASA, PMCMV etc.).

Convém mencionar a existência de representação de comunidades por líderes informais, embora não inseridos em um processo formal associativo. Essas lideranças estabelecem “pontes” com esferas governamentais, parlamentares, redes sociais, empresas privadas, etc. Contudo, surgem e se mobilizam em modo cíclico, em momentos específicos e dentro de um caráter informal. Em parte, este papel das lideranças ocorre mesmo no processo associativo, uma vez que nas organizações formais o trabalho é desenvolvido na “prática” por uma minoria. Como exemplo, nesse aspecto, podemos apontar o trabalho de Maria da Paz e Mário Alves, nas localidades em torno das Pedreiras (próximo a CEASA). Ambos estão inseridos em arranjos participativos, ao mesmo tempo em que exercem “pressão” junto ao poder público, buscando atender demandas referentes às comunidades que visam representar.

Desse modo, as localidades são representadas por entidades voltadas diretamente às lutas sociais e à mobilização em torno de políticas públicas, bem como pelas associações religiosas, que assumem esse papel em paralelo ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nas missões doutrinárias. O **Quadro 4.3** mostra as lideranças identificadas na área do Vetor Ipitanga

Quadro 4.3 - Lideranças Identificadas na Área do Vetor Ipitanga

Lideranças	Organização	Comunidade
Liliane Cristina Santana	Associação Por do Sol	Pôr do Sol
Mário Almeida		
Carlos Antônio da Silva		
Ailton Gomes Sampaio (Tó)	Associação de Moradores do Jardim Campo Verde	Jardim Campo Verde
André Conceição	-	Barragem
Aloísio Gomes	Associação dos Moradores de Cassange	Alto do Girassol
Solidade Rodrigues		
José Manuel de Gouveia		
Eliana de Santana	Associação Águia de Ouro	Canto do Rio
Antônio		
Rosa Márcia Moreira	-	Carobeira
Cristina Flora	-	-
Rosenice Souza	-	-
Maria da Paz	-	Localidades ao entorno das Pedreiras
Inaildes Queiroz	-	Bosque Ipitanga
Aldenir Souza (Pial)	-	Carobeira/Buracão
Osvaldo	Associação Beneficente de Nova Esperança - ABENE	Nova Esperança
Bernardo		
Rosilene Nascimento		
Kilson Melo	Associação de Moradores Caja Verde	Boca da Mata
Mãe Ivone Maria Correia	Candomblé Ilê Axé Igbalé Afulelé	Loteamento Ceasa
Babalorixá Olavo Viera de Castro	Candomblé Ilê Asê Jôbi Lôdê	Cassange
Mestre Ethiene	Núcleo Espírita de Salvador – União do Vegetal	Loteamento Ceasa
Marlene Santos Lima	Igreja Peniel Tabernáculo do Senhor Deus	Jardim Campo Verde
Pastor Eliomar Ferreira Santos	Fundação Drogas Nem Pensar	Cassange
Prof. Júlio Braga	Terreiro Axeluyá	Cassange
Carlos	Associação Vale dos Bosques	Fazenda Grande I (Vale dos Bosques)
José Tomás Santos		
Cintia	Associação Beneficente Saron em parceria com Axaíel	Fazenda Grande I
Freira Hellen Caughley	Igreja Católica São Judas Tadeu	Nova Esperança
Coordenador da comunidade Edivaldo da Silva Lima dos Santos	Igreja Católica Comunidade Francisco de Assis	Cassange
Demóstenes Epifânio de Oliveira Sobrinho	Associação Parque Mata Atlântica	Carobeira
Rubem Neves		
Heriton Castro Lessa		

Fonte: HYDROS, 2013.

A execução de atividades relacionadas ao Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) deverão contar com apoio de instituições públicas e público/privadas. A critério de sugestão, são indicadas a seguir possíveis parcerias a serem consolidadas (**Quadro 4.4**).

Quadro 4.4 - Sugestões de Instituições de Apoio Relacionadas ao PTTS

Sugestão de Instituições Parceiras
• Prefeitura Municipal de Salvador • Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) • Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) • Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) • Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) • Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED) • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – <i>campus</i> Simões Filho • Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) • Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) • Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) • Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI) • Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) • Responsáveis pelo Aterro Metropolitano Centro • Responsáveis pelas Empresas de Mineração

Fonte: Elaboração própria, 2015.

4.1.5 População a ser atendida

A maior parte dos moradores, são mulheres e vivem na região há mais de 10 anos. Esse é um indicador bastante relevante do grau de consolidação que existe nas localidades do Vetor Ipitanga, demonstrando que a ocupação da área já é relativamente antiga.

As famílias existentes se conformam, em geral, dentro de um padrão nuclear. A maior parte delas possui cônjuge e filhos. Pouquíssimas famílias se afastavam desse padrão, assemelhando-se a padrões de famílias estendidas, muitas vezes comuns em áreas populares, com domicílios onde habitam várias gerações diferentes, além de outros parentes. Embora em número pequeno, a proporção de famílias sem cônjuge é chefiada por mulheres, o que tem sido utilizado pela literatura dos estudos sociais como um indicador de vulnerabilidade social, na medida em que muitas vezes as mulheres obtêm remuneração inferior aos homens para os mesmos trabalhos realizados e desenvolvem uma jornada de trabalho dupla.

No que se refere ao perfil socioeconômico das famílias, é possível dizer que são famílias de baixa renda, de baixa escolaridade e que trabalham em ocupações de baixa valorização e remuneração, especialmente de maneira informal. Observa-se um grande número de desempregados ou ocupados informalmente como trabalhadores domésticos e nas atividades de construção civil como pedreiros, carpinteiros e eletricitas. Existe também, segundo informações locais, uma cultura que se traduz numa espécie de “resistência” ao trabalho assalariado. Essa realidade é um indicador de vulnerabilidade social.

Na área da poligonal e no seu entorno são desenvolvidas também algumas atividades econômicas tradicionais que envolvem a venda de folhas medicinais ou rituais, palha, frutas e madeiras nas feiras de São Joaquim, Sete Portas e São Cristóvão. Nestas atividades destaca-se a grande participação das mulheres. A pesca é praticada como atividade para a complementação da dieta de parte dos moradores e o excedente é vendido no local.

5 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

A elaboração de planos, programas e projetos que fazem parte do Plano Urbanístico e Ambiental deverá minimizar os efeitos de uma urbanização espontânea, com carências estruturais e influência negativa sobre o meio ambiente. O plano se faz fundamental para a melhoria da qualidade de moradia e de vida de uma parcela considerável da população residente na poligonal por meio da execução de obras de urbanização e do desenvolvimento de ações socioeducativas, levando em consideração a conservação do meio ambiente.

Serão 04 (quatro) planos principais abordados:

Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS);
Plano Básico Ambiental;
Plano Urbanístico; e
Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento (PRRR).

Cada plano/eixo possui macroações previstas e respectivas atividades apresentadas nos subitens, que estão descritos a seguir. Ainda, programas e projetos foram inseridos aos planos quando pertinentes.

As diretrizes gerais, proposições e ações para os referidos temas foram baseadas nos seguintes pontos centrais e norteadores:

- Comunicação social;
- Educação ambiental e patrimonial;
- Geração de trabalho e renda e fortalecimento da organização social;
- Suporte Social à Participação comunitária na Intervenção de Obra;
- Capacitação;
- Remoção e reassentamento com base no tratamento igualitário;
- Acessibilidade universal;
- Respeito ao meio ambiente.

Tendo como base os pontos centrais descritos anteriormente, o Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) aborda: Programa de Comunicação e Projeto de Educação Ambiental. Já o Plano Básico Ambiental aborda as questões relativas ao: Plano de Consolidação Territorial, Plano de Manejo de UC, Projeto de Educação Ambiental Ligado à UC, Programa De Comunicação Ligado à Implantação da UC, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e Programa de Restauração da Qualidade das Águas. O Plano Urbanístico aborda o Projeto de Integração de Ciclovias, Projeto de Acessibilidade e Programa de Agricultura Urbana. Para finalizar, o Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento (PRRR) trata do Plano de Desapropriação e Projeto de Reassentamento.

O quadro a seguir ilustra o resumo dos Planos, Programas e Projetos e respectivas macroatividades e atividades:

Quadro 5.1 - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	Objetivos	Tipo/Ações
Comunicação	PC 1 - Programa de Comunicação	PC 1.1 Reunião de apresentação do PTTS	-	Apresentar o PTTS aos beneficiários e estimular sua participação nas ações que serão desenvolvidas;	Reunião
		PC 1.2 Elaboração de material informativo sobre os riscos da obra.	-	Produzir material informativo para prevenção de acidentes por ocasião da execução das obras de urbanização.	Reunião
Projeto de Educação Ambiental (PEA)	PEA 1 – Educomunicação	PEA 1.1 Resíduos Sólidos	-	Realizar educação ambiental sobre resíduos sólidos como educação complementar nas escolas públicas a partir da sensibilização de crianças e jovens multiplicadores de conhecimento	Oficina
		PEA 1.2 Saúde e Meio Ambiente (Vídeo) “Vídeo de Bolso: De Onde Vem Minha Água e Para Onde Vai Meu Esgoto?”	-	Sensibilizar as comunidades para alteração de comportamento por influência dos conceitos sobre o ciclo da água na natureza, ciclo do saneamento, lixo e doenças de veiculação hídrica.	Oficina
		PEA 1.3 Educação Patrimonial	-	Desenvolver o sentimento de pertencimento e preservação do meio	Oficina
	PEA 2 - Formação de educadores ambientais		-	Formar educadores ambientais como multiplicadores para atuação diretamente em sua comunidade.	Oficinas, minicursos e Workshop
	PEA 3 - Implementação de práticas e tecnologias socioambientais		-	Capacitar e estimular a população a implementar práticas e tecnologias socioambientais	Oficinas

(continua)

Quadro 5.1 - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS)

(continuação)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	Objetivos	Tipo/Ações
Geração de trabalho e renda e fortalecimento da organização social (GTR-FOS)	GTR-FOS 1 - Geração de Trabalho e Renda e Fortalecimento da Organização	GTR-FOS 1.1 - Apoio ao Empreendedorismo Local	GTR-FOS 1.1a - Projeto de Fortalecimento de Iniciativas Produtivas e do Empreendedorismo Local	Estimular as atividades que fortaleçam o empreendedorismo local.	Grupos de Discussão
		GTR-FOS 1.2 - Incentivo e Resgate de Manifestações Culturais;	GTR-FOS 1.2a - Diagnóstico da Cultura Local	Diagnosticar a cultura local	Ação 1 - Resgate da História Oral; Ação 2 - Catálogo das manifestações culturais do passado e do presente; Ação 3 - Diagnóstico das dificuldades das Organizações Sociais Culturais.
			GTR-FOS 1.2b - Apoio aos Grupos e Instituições Culturais;	Apoiar os grupos e instituições culturais para produção e difusão cultural e realizar de oficinas de capacitação para lideranças	Oficinas
			GTR-FOS 1.2c - Difusão da Cultura em Escala Local;	Ampliar o conhecimento da população local sobre a história do lugar e sua cultura, produzindo cartilha para difusão da cultura local e promoção de contatos entre as escolas da região e os grupos e instituições culturais.	Produção de Cartilha
			GTR-FOS 1.2d - Estudos Urbanísticos para a Construção de Equipamentos Culturais	Identificar áreas adequadas para a instalação de equipamentos multifuncionais, com potenciais de uso cultural e definir modelo de gestão desses equipamentos.	Reuniões Ação 1 - Estudos de viabilidade para a construção dos equipamentos; Ação 2 - Construção dos equipamentos; Ação 3 - Definição do modelo de gestão com pactuações formais entre os agentes responsáveis e o Estado; e Ação 4 - Sensibilização da comunidade para o uso dos equipamentos.

(continua)

Quadro 5.1 - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) (conclusão)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	Objetivos	Tipo/Ações
		GTR-FOS 1.3 - Ações de Fortalecimento da Organização Social.	GTR-FOS 1.3a Realização de Seminários de formação Política	Ampliar a educação política e instrumentalizar as organizações.	Seminários e oficinas Ação 1 – Promover seminários para discussão de educação política e cidadania; Ação 2 – Promover oficinas de capacitação para instrumentalização político-jurídica das entidades; Ação 3 – Estimular a criação da Rede de Articulação Social do Vetor Ipitanga; Ação 4 - Promover oficinas de capacitação para acompanhamento da implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga; Ação 5 – Implementação do Plano de Educação Ambiental.
			GTR-FOS 1.3b Capacitação em desenvolvimento de programas e captação de recursos	Instrumentalizar as organizações da sociedade no desenvolvimento de projetos e na captação de recursos.	Oficinas
			GTR-FOS 1.3c - Assessoria técnico e jurídica para as organizações sociais existentes	Capacitar as lideranças e membros das organizações para as adequações jurídicas	Oficinas

Quadro 5.2 - Plano Básico Ambiental (PBA)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	Objetivos	Tipo/Ações
Consolidação Territorial	PCT 1 - Plano de Consolidação Territorial	-	-	Definir e demarcar os limites territoriais do Parque Estadual do Ipitanga e realizar a regularização fundiária da área do Parque proposto	Relatório Elaboração de Estudo de Marco Legal e Proposições para poligonal da UC e sua Zona de Amortecimento
Manejo de UC	PMUC 1 - Plano de Manejo UC Parque Estadual do Ipitanga	-	-	Estabelecer o zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais	Relatório Zoneamento que constitui o conjunto de diretrizes espaciais e os parâmetros para uso de terra e manejo dos recursos naturais da UC
Programa de Comunicação Ligado à Implantação da UC (PCUC)	PCUC 1 -Programa de Comunicação Ligado à Implantação da Unidade de Conservação	-	-	Prover informação à população em geral sobre o Parque do Ipitanga.	Relatório Programa de comunicação
Educação Ambiental Ligada à UC (PEAUC)	PEAUC 1 - Projeto de Educação Ambiental Ligado à UC (PEAUC)	-	-	Elaborar projeto de educação ambiental no âmbito da UC Parque do Ipitanga.	Relatório Ações de mobilização de lideranças e grupos sociais
Recuperação de Áreas Degradadas	PRAD 1 - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	Estabelecer as diretrizes técnicas e métodos para a recuperação de áreas degradadas no interior da poligonal do Parque Estadual do Ipitanga e no seu entorno.	Relatório (PRAD)
Restauração da Qualidade das Águas (PRQA)	PRQA 1 - Programa de Restauração da Qualidade das Águas	-	-	Propor Soluções para dirimir a contribuição de esgotos para o manancial de Ipitanga I, II e III; das águas de drenagem contaminadas proveniente das ocupações do entorno; com o propósito de reduzir o processo de eutrofização dos reservatórios e os custos de tratamento de água para abastecimento.	Relatório (PRQA) Monitoramento da Qualidade de Água

Quadro 5.3 - Plano Urbanístico

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	Objetivos	Tipo/Ações
Integração de Ciclovias	PIC 1 - Projeto de Integração de Ciclovias			Promover as condições para monitoramento cotidiano das bordas do Parque Estadual do Ipitanga; integrar o parque ao sistema de ciclovia proposto no Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga proposto em articulação com a ciclovia do trabalhador	Relatório Projeto de ciclovia no entorno da Unidade de Conservação
Acessibilidade	PA 1 – Projeto de Acessibilidade			Promover a acessibilidade universal às áreas dos Portais do Parque e à Ciclovia de Monitoramento.	Relatório Projeto de Acessibilidade
Agricultura Urbana	PAUrb 1 - Programa de Agricultura Urbana	-		Promover a agricultura urbana (e familiar) nas áreas localizadas no entorno do Parque Estadual do Ipitanga.	Relatório Programa de Agricultura urbana

Quadro 5.4 - Quadro de metas - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	METAS	INDICADORES DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Comunicação	PC 1 - Programa de Comunicação	PC 1.1 Reunião de apresentação do PTTS	-	360 Moradores mobilizados, participando da atividade durante o 1º mês	70% de moradores mobilizados presentes na atividade	Lista de presença, registro fotográfico
		PC 1.2 Elaboração de material informativo sobre os riscos da obra.	-	01 plano de comunicação de comunicação concebido de forma participativa	Participação de 70% das lideranças convocadas.	Registro fotográficos, lista de presença e plano de comunicação impresso
Projeto de Educação Ambiental (PEA)	PEA 1 – Educomunicação	PEA 1.1 Resíduos Sólidos	-	04 encontros realizados	Número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de escolas representadas.	Nota de reunião, listas de presença, fotos.
		PEA 1.2 Saúde e Meio Ambiente (Vídeo) “Vídeo de Bolso: De Onde Vem Minha Água e Para Onde Vai Meu Esgoto?”	-	02 turmas com 80% dos participantes inscritos, produzindo 02 vídeos	Número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de vídeos produzidos.	Registro fotográfico, nota de reunião, listas de presença e vídeo documentário.
		PEA 1.3 Educação Patrimonial	-	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes	Nota de reunião, listas de presença, fotos
	PEA 2 - Formação de educadores ambientais		-	07 encontros realizados e presença de 70%.	Número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de escolas representadas.	Nota de reunião, listas de presença, fotos.

(continua)

Quadro 5.4 - Quadro de metas - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS)

(continuação)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	METAS	INDICADORES DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
			-	03 encontros realizados.	Número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de escolas representadas.	Nota de reunião, listas de presença, fotos.
Geração de trabalho e renda e fortalecimento da organização social (GTR-FOS)	GTR-FOS 1 - Geração de Trabalho e Renda e Fortalecimento da Organização	GTR-FOS 1.1 - Apoio ao Empreendedorismo Local	GTR-FOS 1.1a - Projeto de Fortalecimento de Iniciativas Produtivas e do Empreendedorismo Local	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes.	Nota de reunião, listas de presença, fotos.
		GTR-FOS 1.2 - Incentivo e Resgate de Manifestações Culturais;	GTR-FOS 1.2a - Diagnóstico da Cultura Local	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes.	Nota de reunião, listas de presença, fotos.
			GTR-FOS 1.2b - Apoio aos Grupos e Instituições Culturais;	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes.	Nota de reunião, listas de presença, fotos.
			GTR-FOS 1.2c - Difusão da Cultura em Escala Local;	80% das pessoas atingidas pela distribuição da cartilha.	Números de escolas e associações que receberam exemplares das cartilhas.	Fotos sobre a distribuição da cartilha, e documentos de recebimento disponibilizado pelos responsáveis das instituições e escolas atingidas.
			GTR-FOS 1.2d - Estudos Urbanísticos para a Construção de Equipamentos Culturais	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes.	Nota de reunião, listas de presença, fotos

(continua)

Quadro 5.4 - Quadro de metas - Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) (conclusão)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	METAS	INDICADORES DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		GTR-FOS 1.3 - Ações de Fortalecimento da Organização Social.	GTR-FOS 1.3a Realização de Seminários de formação Política	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizados; número de presentes.	Nota de seminários e oficinas, listas de presença, fotos.
			GTR-FOS 1.3b Capacitação em desenvolvimento de programas e captação de recursos	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes.	Realização de oficinas, listas de presença, fotos.
			GTR-FOS 1.3c - Assessoria técnico e jurídica para as organizações sociais existentes	80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.	Quantidade de encontros realizado; número de presentes.	Realização de oficinas, listas de presença, fotos

Quadro 5.5 - Quadro de Metas - Plano Básico Ambiental (PBA)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	METAS	INDICADORES DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Consolidação Territorial	PCT 1 - Plano de Consolidação Territorial	-	-	Delimitar o Parque Estadual do Ipitanga e realizar a regularização fundiária	Elaboração de 01 Estudo de Marco Legal e Proposições para poligonal da UC e sua Zona de Amortecimento.	Confecção de relatório.
Manejo de UC	PMUC 1 - Plano de Manejo UC Parque Estadual do Ipitanga	-	-	Elaborar Plano de Manejo do Parque Estadual do Ipitanga e realizar a regularização fundiária.	Elaboração de 01 Plano de Manejo.	Confecção de relatório.
Programa de Comunicação Ligado à Implantação da UC (PCUC)	PCUC 1 -Programa de Comunicação Ligado à Implantação da Unidade de Conservação	-	-	Atingir a comunicação em até 60% dos municípios RMS.	Elaboração de 01 Programa de comunicação	Confecção de 01 programa de comunicação e distribuição nas prefeituras das sedes municipais da RMS, com fotos e recibo de entrega.
Educação Ambiental Ligada à UC (PEAUC)	PEAUC 1 - Projeto de Educação Ambiental Ligado à UC (PEAUC)	-	-	Atingir 70% dos moradores locais.	Produção de 01 projeto e realização de mobilizações.	Confecção de 01 projeto e distribuição nas associações de moradores, com fotos e recibo de entrega.
Recuperação de Áreas Degradadas	PRAD 1 - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	Recuperar Áreas Degradadas	Elaboração de 01 PRAD.	Confecção de relatório.
Restauração da Qualidade das Águas (PRQA)	PRQA 1 - Programa de Restauração da Qualidade das Águas	-	-	Diminuir em 60% as contribuições de águas contaminadas para o reservatório.	Elaboração de 01 PRQA	Confecção de relatório.

Quadro 5.6 - Quadro de Metas - Plano Urbanístico e Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento (PRRR)

Eixo Principal	Macroatividades	Atividades	Projetos	METAS	INDICADORES DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Integração de Ciclovias	PIC 1 - Projeto de Integração de Ciclovias			Integrar 100% das ciclovias existentes às propostas	Elaboração de 01 Projeto.	Confecção de projeto.
Acessibilidade	PA 1 – Projeto de Acessibilidade			Realizar acessibilidade universal	Elaboração de 01 Projeto.	Confecção de projeto.
Agricultura Urbana	PAUrb 1 - Programa de Agricultura Urbana	-		Promover a agricultura urbana em 60% do público alvo.	Elaboração de 01 Programa	Confecção de programa.
Desapropriação	PD 1 – Plano de Desapropriação	-		Desapropriar 100% das áreas particulares dentro do Parque.	Elaboração de 01 plano.	Confecção de plano.
Reassentamento	PR 1- Projeto de Reassentamento			Reassentar 100% da população afetada	Elaboração de 01 plano.	Confecção de projeto.

O detalhamento das ações, atividades dos planos, programas e projetos está apresentado nos subitens a seguir.

5.1 SUBSÍDIOS PARA OS PLANOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS) E PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

O trabalho social deve estar de acordo com a Instrução Normativa 08/2009 do Ministério das Cidades e conter portanto a avaliação durante todo o processo, considerando sempre a visão dos beneficiários, através de seus grupos representativos e da equipe técnica. O monitoramento do trabalho social, como orientado pela referida normativa, será efetuado por meio de relatórios mensais *par e passo* à execução das atividades.

Cada um dos Projetos Específicos deve ser acompanhado por um PTTS específico, considerando as especificidades do projeto, elencando-se dessa forma temáticas e atividades que guardem esta relação. O Programa de Educação Ambiental compõe um relatório específico, mas as diretrizes e ações principais encontram-se aqui incorporadas.

São apresentadas, na sequência, proposições orientadas pelo processo técnico-participativo para subsidiar a elaboração dos PTTS e Planos de Desapropriação e Reassentamento associados a cada um dos planos e projetos previstos, a saber:

Projeto de Redes de Distribuição de Água;
Projeto Viário;
Projetos de Urbanização das Comunidades de Cassange;
Projeto da Rede de Esgotamento Sanitário.

Independente dos processos específicos de execução dos projetos mencionados, recomenda-se que as ações socioambientais aqui contempladas comecem a ser implementadas antes mesmo do início da execução das obras, mantendo-se a mobilização e o interesse das comunidades construídos durante a elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.

5.1.1 Programa de Comunicação (PC)

5.1.1.1 Diretrizes e proposições

A Comunicação Social deverá ser fundamentada no compromisso com uma comunicação educativa, transparente, compreensível, respeitosa da diversidade cultural, pacífica, imparcial e promotora do empoderamento dos cidadãos e cidadãs. As atividades serão desenvolvidas como processos comunicativos, que consideram a escuta sensível das comunidades e dos diferentes segmentos da sociedade, difundindo informações e promovendo o diálogo, com mediação e construção de pactos possíveis e necessários à construção coletiva do Plano. O exercício da comunicação exige interação, compreensão e sabedoria para uma convivência que promova e escuta e o olhar para além dos interesses pessoais, exercitando um olhar coletivo, solidário e convergente na construção de um consenso ou pacto possível, que represente o que é melhor para todos. Esse caminho de convivência reconhece a legitimidade das divergências, dos conflitos e da diversidade de percepções e opiniões, respeitando as especificidades na construção da governança local e do bem comum, como a água.

A participação de segmentos sociais na elaboração de políticas públicas e no controle das ações do Estado é garantida constitucionalmente e regulamentada por meio de diversas normas infraconstitucionais, dentre estas a Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. A importância da participação da sociedade nos processos de discussão de políticas, planos e programas de intervenção públicos se dá na medida em que possibilita o encaminhamento de soluções compartilhadas entre atores sociais com necessidades e interesses distintos, garantindo o atendimento das prioridades da coletividade e a melhor aplicação dos recursos públicos.

Conforme explicitado, a área objeto do presente trabalho apresenta um considerável grau de complexidade em função de sua relevância ambiental, do comprometimento já existente de mananciais de abastecimento de água, em razão da expansão urbana e da existência de atividades econômicas em conflito com esta função, enfim, dos interesses diferenciados dos componentes de seu tecido social.

Em função dessa realidade, se faz necessário comunicar, além das medidas para diminuir os problemas decorrentes das obras, os benefícios para a população associados a uma perspectiva de melhoria em dimensões relevantes da vida social:

- Qualidade de vida da comunidade local e regional;
- Bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental;
- Redução da taxa de mortalidade infantil e de doenças por meio de veiculação hídrica;
- Redução dos gastos com a saúde;
- Aumento da expectativa de vida da população;
- Aumento do desenvolvimento socioeconômico;
- Preservação e recuperação da fauna e da flora da região;
- Melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Planos e projetos de urbanização requerem atenção especial no trato com a população, de forma a pactuar a melhor solução com os recursos disponíveis ou mesmo possíveis. Os planos e projetos construídos com participação social, por agregar o componente da legitimidade, têm mais chances de lograr êxito nos resultados esperados, uma vez que o processo inscreve compromissos que mobilizam os agentes interessados na busca da sua implementação. Nesse sentido, ações de comunicação social são imprescindíveis para criar um canal de comunicação eficaz com a comunidade, utilizando-se de diversos meios, a fim de criar uma relação de aproximação e atendimento às reais necessidades dos cidadãos e cidadãs nas situações relativas às atividades desenvolvidas durante o projeto.

A Macroatividade do Programa de Comunicação 1 (ou PC 1) é composta por duas atividades, detalhadas nos subitens a seguir:

- Atividade PC 1.1 **Reunião de apresentação do PTTS;**
- Atividade PC 1.2 **Elaboração de material informativo sobre os riscos da obra.**

5.1.1.2 Atividade PC 1.1

As ações relacionadas à Atividade PC 1.1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.7**.

Quadro 5.7 - Atividade PC 1.1

MOBILIZAÇÃO - REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PTTS
Objetivo: Apresentar o PTTS aos beneficiários e estimular sua participação nas ações que serão desenvolvidas; Carga horária: 12 horas (sendo 04 horas por atividade); Quantidade: 03 reuniões; Local: A ser definido; Público Alvo: Moradores, lideranças e entidades representativas da poligonal de intervenção; Número de Participantes: 360 pessoas (sendo 120 pessoas por atividade); Período: Mês 01; Metas: 360 Moradores mobilizados, participando da atividade durante o 1º mês; Indicadores de Resultados: 70% de moradores mobilizados presentes na atividade; Meios de Verificação: lista de presença, registro fotográfico; Recursos Necessários: Kit multimídia², caixa de som e microfone.
Descrição: Tendo como horizonte a participação da população em todas as fases de implementação do Projeto, serão apresentados à comunidade a estrutura e o escopo do PTTS: objetivos, a metodologia e as ações a serem desenvolvidas pela equipe social durante sua execução, bem como papéis e responsabilidades de todos os atores envolvidos: comunidade, técnicos do Projeto e PMS. Na oportunidade, também, será apresentado o Partido Urbanístico, pela equipe de engenharia responsável pela execução das obras urbanização. Condiz em mobilizações locais para formação de uma Comissão de Acompanhamento de Obras com a função acompanhar as intervenções previstas nos Projetos do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. A Comissão deverá ser composta por técnicos da Prefeitura Municipal, da SEDUR, da EMBASA, do INEMA, da SEMA, responsáveis pelas pedreiras, responsáveis pelo AMC e representantes das comunidades locais. Articular, junto ao poder público local, a realização de reuniões públicas amplamente divulgadas e pautadas pelos grupos sociais envolvidos, com o propósito de promover a participação popular na legitimação das obras e empreendimentos na medida em que forem oficialmente firmados. A mobilização para cada edição da atividade deverá realizada via entrega de convites porta a porta e cartazes distribuídos nos principais pontos da comunidade pelo Auxiliar Administrativo. Para tanto serão disponibilizadas 04 horas. Deverá ser utilizado minicarro de som ou bicicleta de som para divulgar a atividade durante 02 horas. Serão realizados 03 encontros, com 04 horas de duração cada, para os quais está prevista a participação de 120 beneficiários por encontro, além dos representantes das instituições locais. É necessário dedicar, no mínimo, 01 hora (dentro das 04 horas previstas) para dirimir as dúvidas e demais manifestações dos participantes acerca do conteúdo apresentado.
Conteúdos Básicos: Apresentação do PTTS; regras, o papel de cada um dos agentes, direitos e deveres; como é morar no entorno da obra; possíveis impactos das obras; importância e composição da Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO); como encaminhar demandas para equipe social.

² O kit Multimídia é composto por Notebook, Projetor e tela de projeção.

5.1.1.3 Atividade PC 1.2

As ações relacionadas à Atividade PC 1.2 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.8**.

Quadro 5.8 - Atividade PC 1.2

ELABORAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO SOBRE OS RISCOS DA OBRA
Objetivo: Produzir material informativo para prevenção de acidentes por ocasião da execução das obras de urbanização. Carga horária: 8 horas (sendo 04 horas por encontro). Quantidade: 01 (com 02 encontros). Local: A ser definido Público Alvo: Lideranças comunitárias formais e informais. Número de Participantes: 10 participantes. Período: Mês 01. Metas: 01 plano de comunicação de comunicação concebido de forma participativa. Indicadores de Resultados: Participação de 70% das lideranças convocadas. Meios de Verificação: Registro fotográficos, lista de presença e plano de comunicação impresso. Recursos Necessários: Kit multimídia.
Descrição: Deverá ser contratado um profissional da área de Comunicação com experiência em trabalho com comunidade, para conduzir as oficinas participativas, que terão como foco a construção coletiva do material informativo, contendo a explanação do roteiro da obra de intervenção física e pactos de prevenção de riscos e danos. Os Auxiliares Administrativos deverão mobilizar os representantes da comunidade através de contato telefônico, assim sendo serão disponibilizadas 03 horas. Para a elaboração do material serão disponibilizadas 08 horas ao facilitador, que deverá acolher as orientações da equipe social, dos representantes da construtora contratada e a percepção da comunidade. Serão disponibilizadas 08 horas para toda a equipe social contribuir na construção do material. Essa atividade resultará em peças de comunicação a serem utilizadas durante todo o período de execução das obras. Durante a atividade será oferecido um lanche aos participantes.
Conteúdos Básicos: explicação sobre a obra de intervenções física; riscos que a obra oferece; formas de prevenção de riscos

5.1.1.4 Projeto de Educação Ambiental (PEA)

A educação ambiental é um processo pedagógico participativo, onde o educando é elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador e multiplicador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania. No presente estudo, o Projeto de Educação Ambiental (PEA) faz parte de uma Macroatividade do PTTS.

A comunidade é o espaço social e o local onde o indivíduo dará sequência ao seu processo de conscientização. O que nele representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs responsáveis.

5.1.2 Diretrizes e proposições

Sabe-se que a área do Vetor Ipitanga representa uma região de valor ambiental elevado, cortada por inúmeros cursos d'água, instituída como Área de Proteção Ambiental – APA Joanes/Ipitanga por meio do Decreto Estadual nº 7.596, que apresenta um quadro crescente de conflitos nas mais diversas ordens (educacional, fundiária, estrutural etc.), decorrentes principalmente da urbanização desordenada, cujo reflexo principal se expressa na degradação ambiental desta região. Tais condições foram evidenciadas nos estudos de diagnóstico socioambiental e urbanístico realizados nesta área, bem como em dados obtidos por meio de oficinas e reuniões junto aos representantes locais.

Frente a realidade citada considera-se que ações de educação ambiental deverão promover uma mudança de postura diante de aspectos fundamentais à qualidade de vida, como a sustentabilidade socioeconômica e ambiental qualificando a comunidade local para o efetivo controle e a participação social na fase de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental, de forma que a dimensão ambiental seja sempre levada em consideração nas intervenções.

As ações de educação ambiental propostas para a fase de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental estão estruturadas em três macroatividades: “PEA 1 – Educomunicação”, “PEA 2 - Formação de educadores ambientais” e “PEA 3 - Implementação de práticas e tecnologias socioambientais”, apresentadas a seguir. A mobilização social, inerente ao processo de educação ambiental, foi prevista anteriormente na Atividade PC 1.1.

A “Macroatividade PEA 1 – Educomunicação” tem como diretrizes/macroações propostas:

- Promover a exposição e debates de filmes de forma itinerante escolas estaduais e municipais;
- Realizar atividades educacionais informais junto aos demais residentes das localidades compreendidas na área de abrangência do Plano Urbanístico Ambiental do Vetor Ipitanga;
- Promover a valorização do patrimônio encontrado na comunidade;
- Promover palestras interativas, realizar oficinas, entre outras diversas possibilidades de ações de cunho educador, que abordem as questões relacionadas à saúde e meio ambiente, sustentabilidade, questões de gênero e equidade, conservação da biodiversidade; conservação dos mananciais e gestão de resíduos sólidos;
- Elaborar, de modo participativo com a comunidade, e veicular, nos diversos meios disponíveis, campanhas com o foco direcionado a questões específicas como:

- a) Cuidados e medidas necessárias para o combate às doenças de veiculação hídrica, à dengue e outras epidemias;
 - b) Estímulo à produção de mudas para o plantio de árvores nativas frutíferas, medicinais, condimentares e ornamentais nos pátios e quintais, buscando contribuir para a descompactação do solo e a consequente melhoria na drenagem urbana;
 - c) Separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos;
 - d) Compostagem e outras formas de reaproveitamento dos resíduos orgânicos;
 - e) Captação, armazenamento e utilização da água da chuva.
- Criar o serviço de ouvidoria pública como possibilidade de atendimento às demandas, reclamações e sugestões da comunidade.

A Macroatividade “PEA 2 - Formação de educadores ambientais” tem como diretrizes/macroações propostas:

- Identificar os atores sociais a serem envolvidos no processo de formação de educadores formais e informais e guardiões ambientais, definindo o número de pessoas, estratégia para potencializar a abrangência das atividades, assim como, a capilaridade do processo de formação;
- Mapear a estrutura pública disponível na área do Vetor Ipitanga e a possibilidade de apoio institucional para disponibilização de espaço para realização de atividades educativas, veículos para deslocamento dos participantes, alimentação, apoio pedagógico, entre outras necessidades;
- Promover oficinas, minicursos e workshops temáticos em caráter permanente, para fomentar e animar a ação dos educadores ambientais;
- Estimular os educadores ambientais para que atuem na formação de outros educadores que, por sua vez, estarão atuando diretamente em sua comunidade;
- Estimular que os educandos constituam grupos em sua comunidade e desenvolvam projetos locais;
- Estimular e apoiar a constituição de grupos populares em cada comunidade, que se proponham a estudar o contexto ambiental da região do Vetor Ipitanga, refletir coletivamente e intervir em sua realidade. Esses grupos podem trazer para a pauta cotidiana questões relacionadas ao saneamento, riscos ambientais, proteção ambiental, temáticas que estão estritamente ligada às questões ambientais e à qualidade de vida;
- Estimular a constituição e o fortalecimento de estruturas educadoras que tenham intencionalidade de educar, contribuindo com o processo de formação de educadores ambientais;
- Elaborar materiais didáticos contextualizados à realidade local.

A Macroatividade “PEA 3 - Implementação de práticas e tecnologias socioambientais” tem como diretrizes/macroações propostas:

- Desenvolver oficinas que tenham como foco capacitar e estimular a população a implementar estruturas de captação de água da chuva em suas residências;
- Promover e incentivar a implementação de viveiros de espécies nativas nas escolas e domicílios como espaços educadores, implementar pomares nos quintais e iniciar processos de arborização urbana;
- Estimular a separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos na comunidade;
- Estimular a implantação de sistemas de compostagem de matéria orgânica nas comunidades.

A Macroatividade PEA 1 - Educomunicação foi subdividida em três atividades, sendo: PEA 1.1 RESÍDUOS SÓLIDOS; PEA 1.2 SAÚDE E MEIO AMBIENTE (VÍDEO); PEA 1.3 Educação Patrimonial. Nos subitens, a seguir, as atividades ligadas estão descritas detalhadamente. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito dos Estudos Socioambientais deverão ser subsidiadas por material didático pedagógico equivalente à proposta destas, tais como cartilhas, folders informativos e vídeos ou outros mecanismos de educomunicação. Os produtos em questão deverão ser avaliados previamente pela SEDUR, a fim de avaliar as adequações deste ao público alvo e ao contexto ambiental da região do Vetor Ipitanga.

5.1.2.1 Atividade PEA 1.1

As ações relacionadas à atividade PEA 1.1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.9**.

Quadro 5.9 - Atividade PEA 1.1

EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR – RESÍDUOS SÓLIDOS
Objetivo: Realizar educação ambiental sobre resíduos sólidos como educação complementar nas escolas públicas a partir da sensibilização de crianças e jovens multiplicadores de conhecimento. Carga horária: 16 horas (04 horas por atividade). Quantidade: 04 encontros (por turma). Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada. Público Alvo: Jovens de 08 a 14 anos de idade. Número de Participantes: 80 jovens (20 por oficina). Período: Mês 06 e 07. Metas: 04 encontros realizados. Indicadores de Resultados: número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de escolas representadas. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: recursos humanos; serviço de terceiro; cartaz; câmara fotográfica; lista de presença; formulário para registro da visita. Descrição: Esta oficina tem como eixo estruturante a destinação do lixo e seu potencial enquanto material reciclável. As oficinas contemplam estudantes entre 08 e 14 anos de idade, oriundos das escolas municipais e estaduais das comunidades. As turmas de cada oficina serão divididas por idade, de 08 a 10 anos e de 11 a 14 anos, contendo vinte participantes em cada. Para a mobilização dos estudantes, os Técnicos Sociais deverão contatar os diretores ou auxiliares pedagógicos das escolas municipais e estaduais do entorno, além de ir de sala em sala, informando aos alunos sobre as atividades, para tanto serão disponibilizadas 12 horas. A atividade deve estar focada em informações acerca do lixo, sua disposição adequada e sua utilização para reciclagem, favorecendo reflexões sobre temas da educação ambiental e estimulando o protagonismo dos jovens participantes na multiplicação destas reflexões em suas famílias e comunidade. Alguns conceitos devem ser apresentados de forma teórica, mas a maior parte da oficina deve utilizar dinâmicas de grupo e atividades práticas, além de vídeos. Sugere-se a adoção de elementos lúdicos à metodologia utilizada.

(continua)

Quadro 5.9 - Atividade PEA 1.1

(conclusão)

EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR – RESÍDUOS SÓLIDOS
Essa Atividade deverá ser conduzida pela Técnicas Sociais com o auxílio dos Auxiliares Administrativos. No último dia de atividade será oferecido um lanche aos jovens. O valor referente ao material pedagógico só será disponibilizado após apresentação de um plano de ação contendo o roteiro das atividades discriminando o custo com material. Esse documento deverá passar pela aprovação da equipe social de supervisão da Prefeitura que posteriormente encaminhará para o agente financiador (Caixa).
Conteúdos Básicos: a problemática do lixo e suas diversas formas de tratamento (Será que todo o lixo que jogamos é lixo e não tem utilidade? Quais são os produtos que compõem o lixo? Quanto tempo cada tipo de material leva para se decompor? Quais são os problemas causados pelo lixo? O que podemos fazer com o lixo?); os princípios dos 3 R's (reduzir, reutilizar, reciclar); a reciclagem e sua importância; materiais recicláveis e os não recicláveis; a origem e as curiosidades sobre o papel, o vidro, o metal e o plástico; o respeito à vida e ao meio ambiente; a problemática do lixo que contamina a água; o consumo consciente; exaustão dos recursos naturais não-renováveis, limpeza e armazenamento dos materiais reciclados e a sua reutilização; as vantagens da coleta seletiva; o mercado de recicláveis.

5.1.2.2 Atividade PEA 1.2

As ações relacionadas à atividade PEA 1.2 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.10**.

Quadro 5.10 - Atividade PEA 1.2

EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR – SAÚDE E MEIO AMBIENTE – VÍDEO DE BOLSO: DE ONDE VEM MINHA ÁGUA E PARA ONDE VAI MEU ESGOTO?
Objetivo: Sensibilizar as comunidades para alteração de comportamento por influência dos conceitos sobre o ciclo da água na natureza, ciclo do saneamento, lixo e doenças de veiculação hídrica. Carga horária: 32 horas (sendo 16 por atividade). Quantidade: 02. Local: A ser definido posteriormente pela equipe social. Público Alvo: adolescentes e adultos. Número de Participantes: 40 pessoas (20 por oficina). Período: Mês 10. Metas: 02 turmas com 80% dos participantes inscritos, produzindo 02 vídeos. Indicadores de Resultados: número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de vídeos produzidos. Meios de Verificação: Registro fotográfico, nota de reunião, listas de presença e vídeo documentário. Recursos Necessários: Kit multimídia Descrição: O objetivo é usar vídeos feitos com celulares como ferramenta de educação ambiental utilizando tecnologias acessíveis para apreender a percepção dos moradores sobre o ciclo da água no território. A partir das imagens captadas, o trabalho educativo leva as pessoas a perceberem a importância do uso racional da água e estimula a adoção de atitudes de preservação dos recursos hídricos.

(continua)

Quadro 5.10 - Atividade PEA 1.2 (conclusão)**EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR – SAÚDE E MEIO AMBIENTE –
VÍDEO DE BOLSO: DE ONDE VEM MINHA ÁGUA E PARA ONDE VAI MEU ESGOTO?**

Esta oficina utiliza o celular como ferramenta de comunicação audiovisual para produzir imagens em movimento, na visão e a favor da comunidade. Todo o processo, desde a ideia inicial, passando por um pequenino roteiro, a produção, filmagem até a edição, deverá considerar as ideias e sugestões dos participantes, para que estes aprendam na prática a realizar um vídeo com as câmeras que eles encontram disponíveis em seus aparelhos celulares e percebam-se como autores de fato do conhecimento, estimulando assim a multiplicação das informações apreendidas teórica e empiricamente. Recomenda-se que os vídeos produzidos sejam postados nos canais de exibição e redes sociais na internet.

A mobilização será realizada em 04 horas, pelos auxiliares administrativos, através de entrega de convites, colagem de cartazes nas áreas de maior circulação dos moradores na comunidade e visitas a instituições locais. As inscrições serão realizadas no escritório de campo da empresa contratada, pelos Auxiliares Administrativos, em data e horário a serem estipulados pela equipe social posteriormente. Para o momento de inscrição serão disponibilizadas 06 horas.

A seleção dos participantes obedecerá ao critério de: idade e ordem de inscrição 20 pessoas por turma. A data, local e horário serão definidos posteriormente pela equipe social.

Essa atividade deverá ser executada em 16 horas e deverá ter como produto final um vídeo-documentário construído pelos participantes, utilizando seus celulares, a partir de filmagens da comunidade.

Recomenda-se dividir as horas a seguinte forma: 04 horas para teoria, onde será ministrada uma aula sobre educação ambiental voltadas para o uso consciente da água e do uso correto das redes de esgoto e para tanto será contratado um facilitador com formação em educação ambiental incluindo também questões de gênero e equidade; 04 horas para construir o roteiro e definir os locais e pessoas a serem filmados, para esse momento deverá ser contratado um arte-educador com experiência em comunidade e que saiba utilizar ferramentas audiovisuais; e 08 horas para a de edição dos vídeos, que deverá ser feita pelos moradores em conjunto com as Técnicas Sociais.

Destaca-se a importância de autorização para gravação e utilização de imagem de todas as pessoas que aparecerem em fotos e vídeos.

É importante destacar os sistemas de drenagem nesta localidade, bem como os processos vividos pelos participantes antes das obras, os estragos provocados pelas enchentes, o significado da obra para os mesmos, dentre outras coisas que apareçam nas oficinas sem expor os relatos íntimos dos participantes. Este material pode ser exibido durante a atividade de encerramento do PTTS.

Conteúdos Básicos: argumento; roteiro; pré-produção; gravação e edição.

5.1.2.3 Atividade PEA 1.3

A Atividade PEA 1.3 - Educação Patrimonial concentra-se na identificação e valorização do patrimônio presentes na comunidade. As ações relacionadas à Atividade PEA 1.3 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.11**.

Quadro 5.11 - Atividade PEA 1.3

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
Objetivo: Desenvolver o sentimento de pertencimento e preservação do meio. Carga horária: 04 horas. Quantidade: 01 atividade. Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados com obras de requalificação. Número de Participantes: 80 pessoas. Período: Mês 10. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Bicicleta de som ou carro de som e kit multimídia.
Descrição: Os auxiliares administrativos dedicarão 08 horas para mobilização, que será feita através de cartazes e convites. Deve ser contratado um facilitador com domínio teórico no tema da oficina para fazer a palestra inicial (para tratar a importância e responsabilidade quanto à preservação e cuidados com o patrimônio público e privado da comunidade) que terá duração de 01 hora de duração, bem como conduzir a atividade prática, que terá como mote eleger um local dentro da comunidade que seja considerado um patrimônio degradado que precise recuperar o seu valor através do sentimento de cuidado coletivo sendo materializado por meio de um ato público no local, que terá a duração de 03 horas. Toda a equipe social deverá participar da atividade. O facilitador deverá desenvolver um plano de trabalho contendo todas as ações do projeto. O Coordenador supervisionará o planejamento da oficina e assegurará que seja elaborada por esta uma avaliação para a atividade, para esse momento ambos disponibilizarão 04 horas. A população será estimulada a refletir sobre o bairro, inclusive sobre as estruturas futuras de habitação que serão entregues às famílias contempladas, que passarão a conviver no mesmo espaço domiciliar e comunitário buscando, desta forma, trazer a organização, ordem e preservação do bem adquirido, através de uma cultura de conscientização que começa de casa, pela família, comunidade e pela escola. Deve ser dada ênfase à importância de cuidar dos bens coletivos na comunidade, além dos particulares. Também é recomendado relacionar esta atividade com aquelas de educação ambiental, levantadas também como formas de preservar o meio ambiente, que é patrimônio da humanidade para esta geração e as futuras.
Conteúdos Básicos: Educação patrimonial.

5.1.2.4 Macroatividade PEA 2

As ações relacionadas à macroatividade PEA 2 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.12**.

Quadro 5.12 - Macroatividade PEA 2

FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS
Objetivo: formar educadores ambientais como multiplicadores para atuação diretamente em sua comunidade. Carga horária: 24 horas (04 horas por atividade). + 8 horas de workshop Quantidade: •4 oficinas, 2 minicursos e 1 workshop Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada. Público Alvo: Atores sociais. Número de Participantes: 140 pessoas (20 por atividade). Período: Mês 07 e 08. Metas: 07 encontros realizados e presença de 70%. Indicadores de Resultados: número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de escolas representadas. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: recursos humanos; serviço de terceiro; cartaz; câmara fotográfica; lista de presença; formulário para registro da visita, carro/bicicleta de som. Descrição: Esta macroatividade deverá identificar atores sociais a serem envolvidos no processo de formação de educadores formais e informais e guardiões ambientais. Além disto, definirá local de realização de atividades educativas para promover oficinas, minicursos e workshops temáticos em caráter permanente. As ações deverão estimular que os educandos constituam grupos em sua comunidade e desenvolvam projetos locais e apoio a constituição de grupos populares. Conteúdos Básicos: saneamento básico, riscos ambientais, proteção ambiental, temáticas que estão ligadas às questões ambientais e à qualidade de vida; os materiais didáticos deverão ser contextualizados à realidade local.

5.1.2.5 Macroatividade PEA 3

As ações relacionadas à Macroatividade PEA 3 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental direcionados ao PTTS e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.13**.

Quadro 5.13 - Macroatividade PEA 3

IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E TECNOLOGIAS SOCIOAMBIENTAIS
Objetivo: Capacitar e estimular a população a implementar práticas e tecnologias socioambientais Carga horária: 12 horas (04 horas por atividade). Quantidade: •3 oficinas. Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada. Público Alvo: Moradores beneficiados e alunos de escolas Número de Participantes: 90 pessoas (30 por atividade). Período: Mês 08 e 09. Metas: 03 encontros realizados. Indicadores de Resultados: número de encontro realizados; quantidade de presentes, número de escolas representadas. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: recursos humanos; serviço de terceiro; cartaz; câmara fotográfica; lista de presença; formulário para registro da visita; Kit multimídia. • Descrição: Esta macroatividade deve abranger em suas oficinas capacitação, o estímulo à população para conhecimento de práticas e tecnologias estruturas de captação de água da chuva em suas residências; de viveiros de espécies nativas nas escolas e domicílios, para implementação de pomares nos quintais, estímulo à implantação de sistemas de compostagem de matéria orgânica nas comunidades. Conteúdos Básicos: qualidade de água e captação, técnicas de compostagem, técnicas de plantio de espécies nativas, pomares e hortas.

5.1.3 Geração de trabalho e renda e fortalecimento da organização social (GTR-FOS)

5.1.3.1 Diretrizes e proposições

A seguir são apresentadas as diretrizes e proposições para a geração de trabalho e renda e organização social para a fase de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental para o Vetor Ipitanga:

- Fortalecer iniciativas produtivas e empreendedorismo local;
- Apoiar às expressões artísticas, religiosas, culinárias, artesanais e mitológicas tradicionais;
- Ampliar o conhecimento da população local sobre a história do lugar e sua cultura;
- Fortalecer e preservar as manifestações culturais presentes na área do Vetor Ipitanga;
- Difundir a Cultura em Escala Local;
- Realizar Estudos Urbanísticos para a Construção de Equipamentos Culturais;
- Contribuir na consolidação da democracia e dos instrumentos de participação da sociedade civil, enquanto forma de “legitimação” política. Neste sentido, o fortalecimento da organização social perpassa pelo reconhecimento, articulação e capacitação das lideranças e entidades.

A Macroatividade GTR-FOS 1 - Geração de Trabalho e Renda e Fortalecimento da Organização Social foi subdividida em três atividades, sendo:

- Atividade GTR-FOS 1.1 - Apoio ao Empreendedorismo Local;
- Atividade GTR-FOS 1.2 - Incentivo e Resgate de Manifestações Culturais;
- Atividade GTR-FOS 1.3 - Ações de Fortalecimento da Organização Social.

As atividades citadas serão detalhadas a seguir, sendo que cada uma delas apresenta um ou mais projetos destinados aos distintos (e ainda congruentes) objetivos específicos.

5.1.3.2 Atividade GTR-FOS 1.1

A Atividade GTR-FOS 1.1 - Apoio ao Empreendedorismo Local concentra-se no apoio e ao estímulo das atividades que fortaleçam o empreendedorismo local e está voltado exclusivamente ao Projeto de Fortalecimento de Iniciativas Produtivas e do Empreendedorismo Local. Atividade GTR-FOS 1.1 tem como objetivos específicos: realizar grupos de discussão com pessoas das comunidades para levantar possíveis estratégias e ações que fomentem o empreendedorismo local; e sugerir parcerias e estimular a realização de cursos que contribuam para apoiar as iniciativas da população local.

O **Quadro 5.14** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.1 e respectivo projeto denominado de “fortalecimento de iniciativas produtivas e do empreendedorismo local” (código GTR-FOS 1.1a).

Quadro 5.14 - Atividade GTR-FOS 1.1a

PROJETO DE FORTALECIMENTO DE INICIATIVAS PRODUTIVAS E DO EMPREENDEDORISMO LOCAL
Objetivo: Este projeto tem por objetivo estimular as atividades que fortaleçam o empreendedorismo local. Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Estão previstas 4 horas por atividade. Quantidade: 05 atividades. Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados com obras de requalificação que possuam iniciativas produtivas e/ou se interessem por empreendedorismo. Número de Participantes: 30 pessoas. Período: Mês 8 a 12. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Kit multimídia.
Descrição: Os objetivos específicos deste projeto são: produzir um diagnóstico sobre potenciais e vocações econômicas locais; identificar expectativas, prioridades e demandas da população em relação à qualificação e requalificação; elaborar uma carta de parceiros para implementação de cursos de capacitação; e estimular a realização de cursos de capacitação adequados à realidade local. Para tanto, envolverá dois momentos específicos: No primeiro momento, através da realização de grupos de discussão, buscará mapear os potenciais e vocações econômicas da população local, além das expectativas, prioridades e demandas da população no que tange a essa questão. Esse primeiro momento permitirá a realização de um planejamento mais específico e adaptado às questões locais. De posse, portanto, desses resultados, será realizado, em segundo momento, um planejamento específico sobre as parcerias que podem ser firmadas no que se refere à capacitação da população local, em termos de apoio às iniciativas produtivas locais e à qualificação profissional. Linhas de Ação: Ação 1: realização de um mínimo de três grupos de discussão com pessoas das comunidades para identificação das vocações econômicas locais e suas expectativas, prioridades e demandas no campo da qualificação e requalificação profissional e empreendedorismo; e Ação 2: Após os resultados dos grupos realizados, sugerir parcerias e estimular a realização de cursos de capacitação que contribuam para apoiar as iniciativas da população local. Estratégia de monitoramento: Relatório sobre os potenciais e vocações econômicas, demandas e expectativas da comunidade; Carta de parceiros para a implementação de cursos de capacitação; Realização de cursos de capacitação e de qualificação e requalificação profissional; e Análise das condições de vida da população através da renda familiar com base nos dados do IBGE.

5.1.3.3 Atividade GTR-FOS 1.2

A Atividade GTR-FOS 1.2 - Incentivo e Resgate de Manifestações culturais concentra-se no fortalecimento e preservação das manifestações culturais presentes na área do Vetor Ipitanga. Esta atividade subdivide-se em quatro projetos voltados ao (à):

- Diagnóstico da Cultura Local (GTR-FOS 1.2a);
- Apoio aos Grupos e Instituições Culturais (GTR-FOS 1.2b);
- Difusão da Cultura em Escala Local (GTR-FOS 1.2c);
- Estudos Urbanísticos para a Construção de Equipamentos Culturais (GTR-FOS 1.2d)

O **Quadro 5.15** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.2 junto ao projeto GTR-FOS 1.2a.

Quadro 5.15 - Atividade GTR-FOS 1.2a

PROJETO DE DIAGNÓSTICO DA CULTURA LOCAL
Objetivo: Este projeto tem por objetivo diagnosticar a cultura local; Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga; Cada atividade deverá ter 4 horas. Quantidade: 03 atividades (referentes às ações). Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados com obras de requalificação, lideranças, participantes de movimentos culturais e religiosos. Número de Participantes: 30 pessoas. Período: Mês 1 a 4. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Kit multimídia.
Descrição - Por objetivos específicos do projeto tem-se: identificar e caracterizar as manifestações culturais existentes na área de maneira mais detalhada, do passado que deixaram de existir, identificar os grupos e instituições locais vinculadas à cultura; e identificar as dificuldades e necessidades dos grupos e instituições vinculadas à cultura no que se refere à produção cultural. Considerando que no primeiro diagnóstico elaborado sobre o tema houve uma contradição entre o discurso dos entrevistados e os discursos das lideranças ouvidas nas oficinas sobre a existência de manifestações culturais tradicionais na região - enquanto a população não identificou uma forte identidade cultural local, as lideranças citaram a influência da origem étnico-racial como criadora de importantes manifestações culturais -, este diagnóstico tem por objetivo central identificar em detalhes as manifestações culturais (artísticas, religiosas, míticas, culinárias e artesanais) locais ainda existentes e aquelas que deixaram de existir. Além disso, tem como objetivo, também, identificar os grupos e instituições responsáveis pela manutenção dessas manifestações, avaliando as suas necessidades e dificuldades. Deve ser desenvolvido um estudo etnográfico que aprofunde o diagnóstico das práticas cotidianas da população. Deve ser elaborado um diagnóstico específico sobre as manifestações culturais locais existentes hoje e as manifestações perdidas com o tempo para a produção de um catálogo cultural. Esse diagnóstico deve incluir também um estudo sobre os grupos e instituições culturais locais, suas dificuldades e necessidades. Ações Ação 1 - Resgate da História Oral; Ação 2 - Catálogo das manifestações culturais do passado e do presente; Ação 3 - Diagnóstico das dificuldades das Organizações Sociais Culturais. Estratégia de monitoramento: Produzir catálogo de Manifestações e Grupos Culturais.

O **Quadro 5.16** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.2 junto ao projeto GTR-FOS 1.2b.

Quadro 5.16 - Atividade GTR-FOS 1.2b

PROJETO DE APOIO AOS GRUPOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS
Objetivo: Este projeto tem por objetivo apoiar os grupos e instituições culturais para produção e difusão cultural e realizar de oficinas de capacitação para lideranças. Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Cada atividade deverá ter 4 horas. Quantidade: 08 atividades (08 oficinas). Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados com obras de requalificação, lideranças, participantes de movimentos culturais e religiosos. Número de Participantes: 30 pessoas. Período: Mês 4 a 8. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Kit multimídia.
Descrição - Uma vez identificadas as características, dificuldades e necessidades dos grupos e instituições vinculados à produção e promoção da cultura, este projeto tem por objetivo central buscar apoiá-los das mais diversas formas, através da realização de oficinas de capacitação sobre as políticas públicas e editais de cultura, oficinas de produção de projetos para captação de financiamento, oficinas para a criação de rádio comunitária etc. Deverão ser realizadas oficinas de: capacitação sobre as políticas públicas de cultura; produção de projetos para financiamento; oficinas para a criação de rádio comunitária; e oficina relacionada à demanda identificada pela comunidade local. Estratégia de monitoramento: Realização das oficinas. .
Conteúdos Básicos: políticas públicas voltadas à cultura e arte, elaboração e produção de projetos, elementos básicos e técnicas para implantação de radiodifusão legal e sua utilização e manutenção.

O **Quadro 5.17** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.2 junto ao projeto GTR-FOS 1.2c.

Quadro 5.17 - Atividade GTR-FOS 1.2c

PROJETO PARA DIFUSÃO DA CULTURA EM ESCALA LOCAL
Objetivo: Este projeto tem como objetivo ampliar o conhecimento da população local sobre a história do lugar e sua cultura, produzindo cartilha para difusão da cultura local e promoção de contatos entre as escolas da região e os grupos e instituições culturais. Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga; Quantidade: 01 atividades (produção de cartilha). Local: Distribuição nas escolas da área beneficiada. Público Alvo: Moradores, estudantes, lideranças. Número de Pessoas atingidas: 500 pessoas. Período: Mês 8. Metas: 80% das pessoas atingidas pela distribuição da cartilha. Indicadores de Resultados: números de escolas e associações que receberam exemplares das cartilhas. Meios de Verificação: fotos sobre a distribuição da cartilha, e documentos de recebimento disponibilizado pelos responsáveis das instituições e escolas atingidas. Recursos Necessários: veículo para transporte e distribuição dos exemplares da cartilha. Descrição - A contradição existente entre o discurso das lideranças e da população em geral expressa a perspectiva de que, mesmo vivendo no lugar, nem todos os moradores conhecem a sua história e suas manifestações culturais tradicionais. Neste sentido, este projeto pretende produzir materiais e criar os meios necessários para a divulgação da cultura local entre seus próprios moradores. O projeto realizará produção de cartilha sobre a história e cultura local para divulgação nas escolas e divulgação mais ampla através das organizações da sociedade civil. Estratégia de monitoramento: Cartilha sobre a história e cultura local

O **Quadro 5.18** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.2 junto ao projeto GTR-FOS 1.2d.

Quadro 5.18 - Atividade GTR-FOS 1.2d

ESTUDOS URBANÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS
Objetivo: Este projeto tem por objetivo identificar áreas adequadas para a instalação de equipamentos multifuncionais, com potenciais de uso cultural e definir modelo de gestão desses equipamentos. Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga; Cada reunião terá no máximo a duração de 4 horas. Quantidade: 03 reuniões (referentes às ações 1, 3 e 4 citadas na descrição). Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados com obras de requalificação, lideranças, interessados. Número de Participantes: 60 pessoas (20 por reunião). Período: Mês 11. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes. Meios de Verificação: nota de reunião, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Kit multimídia.

(continua)

Quadro 5.18 - Atividade GTR-FOS 1.2d (conclusão)

ESTUDOS URBANÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS
Descrição
Conforme já diagnosticado, uma das dificuldades para a promoção de atividades culturais na região é o déficit de equipamentos urbanos adequados, como praças, anfiteatros, entre outros. Portanto, este projeto acena com a necessidade de que haja estudos urbanísticos e projetos para a construção de equipamentos polivalentes que possam ser utilizados também para fins culturais e de lazer. Deste modo, deverá ocorrer a implantação de equipamentos culturais polivalentes nas comunidades em Cassange e Boca da Mata.
Ação 1 - Estudos de viabilidade para a construção dos equipamentos; Ação 2 - Construção dos equipamentos; Ação 3 – Definição do modelo de gestão com pactuações formais entre os agentes responsáveis e o Estado; e Ação 4 - Sensibilização da comunidade para o uso dos equipamentos.
Estratégia de monitoramento: Acompanhamento do funcionamento do equipamentos e relatórios de gestão.

5.1.3.4 Atividade GTR-FOS 1.3

A Atividade GTR-FOS 1.3 - Ações de Fortalecimento da Organização Social concentra-se na promoção de ações de fortalecimento da organização social das localidades, capacitação das entidades a atuar na sociedade civil, sobretudo, pensando maneiras de melhorar a qualidade de vida e bem-estar nas comunidades. Tem como diretrizes específicas

- Criação de uma Rede de Articulação Social das Comunidades Votorupetuba;
- Capacitação das entidades no que se refere a: i) educação política e cidadania; ii) regularização político- jurídica das entidades; iii) reavaliação da missão e responsabilidade social; iv) Plano de Metas e Atuação; v) captação de recursos e formulação de projetos sociais.
- Capacitação das entidades no que se refere a: i) política urbana e ii) política de meio ambiente.

A Atividade GTR-FOS 1.3 subdivide-se em três projetos voltados à:

- Realização de Seminários de formação Política (GTR-FOS 1.3a);
- Realização de oficinas de capacitação em desenvolvimento de programas e captação de recursos (GTR-FOS 1.3b);
- Assessoria técnico e jurídica para as organizações sociais existentes (GTR-FOS 1.3c);

O **Quadro 5.19** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.3 junto ao projeto GTR-FOS 1.3a.

Quadro 5.19 - Atividade GTR-FOS 1.3a

PROJETO: REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA
Objetivo: Este projeto tem por objetivo ampliar a educação política e instrumentalizar as organizações. Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetur Ipitanga. Cada atividade deverá ter duração de 4 horas (total 32 horas) Quantidade: 02 seminários (Ação 1), 3 oficinas (Ação 2), 3 oficinas (Ação 4). Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados considerados lideranças locais. Número de Participantes: 160 pessoas (20 por atividade) Período: Mês 8. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizados; número de presentes. Meios de Verificação: nota de seminários e oficinas, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Kit multimídia.
Descrição: Realização de Seminário com lideranças locais voltados para capacitação em termos de educação política e cidadania. Ações Ação 1 – Promover seminários para discussão de educação política e cidadania; Ação 2 – Promover oficinas de capacitação para instrumentalização político-jurídica das entidades; Ação 3 – Estimular a criação da Rede de Articulação Social do Vetur Ipitanga; Ação 4 - Promover oficinas de capacitação para acompanhamento da implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetur Ipitanga; Ação 5 – Implementação do Plano de Educação Ambiental. Estratégia de monitoramento: Realização dos seminários e oficinas; e Institucionalização da Rede de Articulação Social do Vetur Ipitanga.

O Quadro 5.20 apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.3 junto ao projeto GTR-FOS 1.3b.

Quadro 5.20 - Atividade GTR-FOS 1.3b

PROJETO: REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE CAPACITAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Objetivo: Este projeto tem como objetivo instrumentalizar as organizações da sociedade no desenvolvimento de projetos e na captação de recursos. Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetur Ipitanga. Cada oficina deverá ter duração máxima de 4 horas (Total 12 horas). Quantidade: 3 oficinas; Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores. Público Alvo: Moradores beneficiados considerados lideranças locais. Número de Participantes: 90 pessoas (30 por atividade) Período: Mês 8. Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade. Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes. Meios de Verificação: realização de oficinas, listas de presença, fotos. Recursos Necessários: Kit multimídia.

(continua)

Quadro 5.20 - Atividade GTR-FOS 1.3b (conclusão)**PROJETO: REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE CAPACITAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

Descrição: Realização de oficinas com lideranças locais, voltadas para a capacitação dos agentes para captação de recursos e desenvolvimento de projetos do interesse da comunidade.

Ação - Realização de oficinas para capacitação no desenvolvimento de projetos e captação de recursos.

Estratégia de monitoramento: Realização das oficinas.

O **Quadro 5.21** apresenta as informações detalhadas da atividade GTR-FOS 1.3 junto ao projeto GTR-FOS 1.3c.

Quadro 5.21 - Atividade GTR-FOS 1.3c**PROJETO DE ASSESSORIA TÉCNICO E JURÍDICA PARA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EXISTENTES**

Objetivos: Capacitar as lideranças e membros das organizações para as adequações jurídicas necessárias a sua atuação junto a programas governamentais; instrumentalizar os participantes das organizações a respeito da legislação trabalhista e no que diz respeito aos idosos, as mulheres, crianças e aos adolescentes; instrumentalizar os participantes das organizações a respeito da legislação urbanística e ambiental.

Carga horária (ou Cronograma de implementação): A implementação deverá ser paralela às atividades de implementação do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Cada oficina deverá ter duração máxima de 4 horas (Total 12 horas).

Quantidade: 3 oficinas de capacitação jurídica;

Local: A ser definido posteriormente pela equipe social contratada em conjunto com os moradores.

Público Alvo: Moradores beneficiados considerados lideranças locais.

Número de Participantes: 90 pessoas (30 por atividade).

Período: Mês 8.

Metas: 80% das pessoas mobilizadas participando da atividade.

Indicadores de Resultados: quantidade de encontros realizado; número de presentes.

Meios de Verificação: realização de oficinas, listas de presença, fotos.

Recursos Necessários: Kit multimídia.

Descrição: Desenvolvimento de consultorias na área Jurídica voltadas para regulamentação e regularização das organizações de forma a permitir que estas possam atuar junto a programas governamentais.

Ações

Ação 1 – Realização de oficinas de capacitação jurídica; e

Ação 2 – Acompanhamento jurídico mensal durante o período de um ano para a garantia da instrumentalização.

Estratégia de monitoramento:

- Realização das oficinas; e
- Relatório mensal do acompanhamento jurídico às organizações.

5.2 PLANO BÁSICO AMBIENTAL

O Plano Básico Ambiental aborda as questões pertinentes ao Plano de Consolidação Territorial; Plano de Manejo de Unidade de Conservação Parque Estadual do Ipitanga; ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e ao Programa de Restauração da Qualidade das Águas.

5.2.1 Plano de Consolidação Territorial (PCT)

5.2.1.1 Diretrizes e proposições

Este Plano de Consolidação Territorial condiz na Macroatividade PCT 1. O Plano a ser elaborado deve conter, no mínimo:

- Consolidação de limites;
- Aquisição de terras e benfeitorias;
- Gestão e solução de conflitos;
- Incorporação e regularização de terras;
- Localização e especificação de marcos;
- Projeto de sinalização.

A Macroatividade PCT 1 está detalhada a seguir.

5.2.1.2 Macroatividade PCT 1

As ações relacionadas à Macroatividade PCT 1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental contido no Plano Básico Ambiental e ao público alvo da intervenção estão apresentados no **Quadro 5.22**.

Quadro 5.22 - Macroatividade PCT 1

PLANO DE CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL
Objetivos: Definir e demarcar os limites territoriais do Parque Estadual do Ipitanga e realizar a regularização fundiária da área do Parque proposto. Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga; Metas: Delimitar o Parque Estadual do Ipitanga e realizar a regularização fundiária Indicadores de Resultados: Elaboração de Estudo de Marco Legal e Proposições para poligonal da UC e sua Zona de Amortecimento. Meios de Verificação: Confecção de relatório.
Descrição: Consiste no planejamento das ações de regularização fundiária tendo como objetivos, planejar e executar as ações necessárias à efetiva consolidação da posse e domínio do Estado sobre as terras que integram o Parque Estadual de Ipitanga. Responsável: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

5.2.2 Plano de Manejo de UC (PMUC)

5.2.2.1 Diretrizes e proposições

O Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC) Parque Estadual do Ipitanga deve caracterizar e incorporar a diversidade socioambiental e cultural das populações na sua relação com o lugar, considerando suas formas de organização social e cultural. Deve ser elaborado de forma participativa.

O ponto de partida deve ser os estudos realizados para o Masterplan que no contexto da elaboração do Plano de Manejo deve ser complementado e atualizado.

Deve considerar uma poligonal de referência que possibilite uma leitura ampliada e permita a definição da zona de amortecimento do Parque.

O Plano deverá abranger a área da unidade de conservação e sua zona de amortecimento.

5.2.2.2 Macroatividade PMUC 1

As ações relacionadas à Macroatividade PMUC 1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental no âmbito do Plano Básico Ambiental estão apresentados no **Quadro 5.23**.

Quadro 5.23 - Macroatividade PMUC 1

PLANO DE MANEJO UC PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA
Objetivos: Realizar um amplo diagnóstico da UC sobre os aspectos físico, biótico, socioeconômico e cultural, identificando e caracterizando os usos e as práticas associadas à área; definir a zona de amortecimento da UC; estabelecer o zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais nela inseridos, além de projetos voltados à recuperação e garantia da qualidade ambiental da UC. Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga; Metas: Elaborar Plano de Manejo do Parque Estadual do Ipitanga e realizar a regularização fundiária Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 Plano de Manejo. Meios de Verificação: Confecção de relatório. Período de Implementação: 05 (cinco) anos, a partir da data de publicação do Decreto de criação do Parque Estadual do Ipitanga enquanto categoria do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Descrição: Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Ipitanga envolvendo os estudos dos aspectos físico, bióticos, socioeconômicos, urbanísticos e culturais que serão desenvolvidos conforme escopo específico em cada campo do conhecimento que considere os valores e a problemática do lugar, ou seja, as questões que, por serem particularidades do contexto estudado, devem receber uma ênfase e aprofundamento maior; o zoneamento, as diretrizes para manejo e programas e voltados à recuperação ambiental e garantia da proteção dos recursos e valores da UC. Os estudos devem abordar a realidade em uma perspectiva histórica, mas enfatizando a problemática atual. Destaque especial deve ser dados aos usos que as comunidades fazem do Parque e os impactos que decorrem desses usos, sejam esses positivos ou negativos. Com os estudos elaborados devem ser definidos os objetivos de manejo, além das diretrizes e ações associadas a cada um dos objetivos. Como orienta o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): [...]o manejo de uma Unidade de Conservação implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no interior e em áreas do entorno dela de modo a conciliar, de maneira adequada e em espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade. Além das diretrizes e ações, o Plano de Manejo deve conter o Zoneamento que constitui o conjunto de diretrizes espaciais e os parâmetros para uso de terra e manejo dos recursos naturais da UC. A área de abrangência do Plano de Manejo inclui a área da UC, da sua zona de amortecimento e corredores ecológicos que a conecte a outros espaços ambientalmente representativos. Responsável: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

5.2.3 Programa de Comunicação Ligado à Implantação da UC (PCUC)

A elaboração de Programa de Comunicação Ligado à Implantação da Unidade de Conservação condiz na macroatividade PCUC 1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental no âmbito do Plano Básico Ambiental.

5.2.3.1 Diretrizes e proposições

Este Programa de Comunicação deve-se ater às seguintes diretrizes e proposições:

- Garantir um fluxo interativo de troca de informações durante todo o processo de implementação do Parque.
- Assegurar a boa informação sobre o Parque para a população em geral buscando a colaboração no processo de implementação;
- Manter um canal constante de contato com veículos de comunicação;
- Dar visibilidade ao novo Parque em toda a RMS;
- Produzir e distribuir material informativo sobre o Parque, mostrando a sua concepção.

5.2.3.2 Macroatividade PCUC 1

As ações relacionadas à Macroatividade PCUC 1 estão apresentados no **Quadro 5.24**.

Quadro 5.24 - Macroatividade PCUC 1

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO LIGADO À IMPLANTAÇÃO DA UC
Objetivos: Prover informação à população em geral sobre o Parque do Ipitanga. Público Alvo: População da RMS. Metas: Atingir a comunicação em até 60% dos municípios RMS. Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 Programa de comunicação Meios de Verificação: Confecção de 01 programa de comunicação e distribuição nas prefeituras das sedes municipais, com fotos e recibo de entrega. Período de Implementação: 02 (dois) anos. Após a implementação do Parque, um outro programa de comunicação deve ser elaborado com o objetivo de favorecer a interação do equipamento com a população em geral, divulgando o Parque, os eventos que venham a ser realizados e outras informações de interesse. Descrição: Este programa deve conter um conjunto de ações e procedimentos para interação entre a SEMA/DIRUC, comunidades do entorno, instituições e mídia, de forma a garantir a veiculação de informações sobre o Parque e também estabelecer um canal permanente para receber suas impressões, sugestões e demandas. O Programa deve ser a base conceitual e operacional das ações de comunicação entre os órgãos envolvidos na implementação do Parque, as comunidades e a população da RMS. Deve ser aberto a sugestões e contar com mecanismos permanentes de atenção aos públicos do entorno e outros interessados, dando especial atenção às populações que serão afetadas diretamente com a implementação do Parque. O Programa deve se apoiar em uma comunicação ativa, moderna, ousada que efetivamente informe a população sobre o Parque, seus atributos, sua importância e o conceito de Parque adotado, além das interferências temporárias ou permanentes. É importante prever o registro de forma escrita e iconográfica das etapas de implementação do Parque, garantindo, no futuro, evidências comprobatórias da forma correta de implantação. Os registros são importantes também no sentido de reunir documentação do processo de execução do Parque para futura disponibilização ao público quando da implantação do Museu-biblioteca.

(continua)

Quadro 5.24 - Macroatividade PCUC 1 (conclusão)**PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO LIGADO À IMPLANTAÇÃO DA UC**

É necessário criar um conceito para a comunicação institucional do equipamento com a sociedade. Nesse sentido será importante a concepção da marca do Parque e de peças publicitárias que possam ser veiculadas na mídia e distribuídas para os moradores do entorno, pois todo o processo de comunicação deverá estar apoiado em materiais informativos (folders, cartilhas, panfletos, cartazes, dentre outros) para apresentar as informações à população de forma clara, utilizando recursos visuais que facilitem a compreensão da informação. Todas as interferências negativas que possam advir da implementação do Parque devem ser antecipadas utilizando todos os recursos possíveis de comunicação e sempre que possível informar as medidas de mitigação ou compensação que serão adotadas. Devem ser promovidos encontros e diálogos periódicos com as comunidades com o objetivo de informar, escutar e debater assuntos de interesse da população.

A comunicação com a sociedade de forma mais ampla requer uma estratégia para desenvolver a ocupação de espaços na mídia em geral, sendo necessário valer-se do apoio de Agência de Publicidade que esteja a serviço do Estado. A internet deve ser um instrumento sempre utilizado, valendo-se de aparatos de interatividade com o público, tais como: ouvidoria 0800, *Site*, *Twitter*, *Facebook*, e-mail e *blog*. Convém realizar também a clipagem de notícias em todos os veículos de comunicação disponíveis e análise das mesmas, reorientando estratégias de comunicação, caso necessário.

Todas as ações de comunicação devem valorizar aspectos culturais relevantes das comunidades do entorno. Como se trata de uma área com uma diversidade social e cultural significativa, de um contexto particularmente diferenciado de ocupação frente à configuração espacial do seu entorno mediato urbanizado e adensado e também de elevado valor ambiental convém montar as campanhas de comunicação com concepções que permitam a identificação da população local com as referências trazidas. Esse cuidado é necessário e importante para que o processo de comunicação seja um elemento a mais de aproximação e estreitamento de vínculo com o Parque.

Deve ser realizada pesquisa de opinião quantitativa logo nos primeiros meses de obra para colher da população do entorno as expectativas em relação ao equipamento. Deve ser também realizada uma campanha de massa divulgando o Parque para a população da RMS.

Durante as obras é importante que as informações sejam passadas de forma objetiva e segura, informando sobre interferências, horários, precauções, a quem recorrer em casos de acidentes etc.

Responsável: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

5.2.4 Projeto de Educação Ambiental Ligado à UC (PEAUC)

A elaboração do Projeto de Educação Ambiental Ligado à UC condiz na macroatividade PEAUC 1 e vincula-se ao Programa de Educação Ambiental do PTTS, associados ao Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.

5.2.4.1 Diretrizes e proposições

Este Projeto de Educação Ambiental deve-se ater às seguintes diretrizes e proposições:

- Construir uma sólida rede de interação social fundada na educação ambiental, para que a gestão do Parque Estadual do Ipitanga esteja ancorada no princípio da sustentabilidade.
- Promover a formação de lideranças das comunidades para a participação qualificada em fóruns, colegiados e demais instâncias de discussões políticas e técnicas;
- Sensibilizar a comunidade sobre a importância do patrimônio ambiental existente;
- Buscar o apoio e participação da comunidade para valorização e conservação da bacia hidrográfica do Ipitanga, bem como para a sustentabilidade das futuras intervenções;

- Promover a assimilação de conhecimentos, valores, habilidades, experiências que fortaleçam a capacidade das pessoas para agir individual e coletivamente na solução dos problemas ambientais locais;
- Promover um processo de educação integrado a programas de conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Parque;
- Execução de políticas públicas, programas e atividades de EA e comunicação voltadas para o (re)conhecimento, valorização, criação, implementação, gestão e defesa do Parque;
- Formar cidadãos críticos e potenciais multiplicadores dos conceitos pautados nos princípios da Educação Ambiental e das práticas sustentáveis.

5.2.4.2 Macroatividade PEAUC 1

As ações relacionadas à Macroatividade PEAUC 1 estão apresentados no **Quadro 5.25**.

Quadro 5.25 - Macroatividade PEAUC 1

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL LIGADO À UC
Objetivo: Elaborar projeto de educação ambiental no âmbito da UC Parque do Ipitanga. Público Alvo: Moradores beneficiados com obras de requalificação e implantação do parque. Metas: Atingir 70% dos moradores locais. Indicadores de Resultados: Produção de 01 projeto e realização de mobilizações. Meios de Verificação: Confeção de 01 projeto e distribuição nas associações de moradores, com fotos e recibo de entrega. Período de Implementação: 02 (dois) anos após a consolidação do Plano de Manejo da UC.
Descrição: O projeto de educação ambiental está voltado às ações com temáticas de interesse do Parque, valorizando as suas características e problematizando as pressões, impactos e interferências na relação com o ambiente urbano. O projeto deve ser concebido considerando duas abordagens distintas: • O Parque na RMS • O Parque e seu Entorno Ações Na primeira abordagem o público a ser mobilizado prioritariamente será formado por lideranças da RMS com atuação na área ambiental, políticos, gestores e técnicos de órgãos responsáveis pela questão ambiental dos municípios, gestores de outras unidades de conservação da RMS e responsáveis pela administração de parques urbanos. Nessa linha devem ser previstas atividades que de uma forma ampla possam afirmar a importância socioambiental da UC. Na segunda abordagem o público será formado por lideranças e grupos sociais que possuem uma relação mais direta com o Parque. Devem ser mobilizados as lideranças e os moradores das comunidades do entorno do parque desenvolvendo-se subprojetos do interesse da cada uma das comunidades e alinhados quanto ao tratamento da problemática específica da área. O mais importante é que os projetos sejam construídos de forma participativa, sempre articulando o objetivo geral de preservação do Parque com temas de interesse da comunidade.

5.2.5 Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

A elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas condiz na macroatividade PRAD 1.

5.2.5.1 Diretrizes e proposições

O PRAD deve contemplar, no mínimo:

- Diagnóstico da Situação;
- Avaliação ambiental considerando os aspectos biofísicos, socioeconômicos e urbanísticos;
- Proposta de ações de recuperação de áreas degradadas;
- Elaboração de plantas e memoriais descritivos que expressem as soluções propostas para recuperação das áreas degradadas contendo indicações e instruções para recuperação, informando os métodos e técnicas para a recuperação das áreas degradadas identificadas;
- Proposta para reabilitação do solo e dos recursos hídricos descrevendo as técnicas adequadas;
- Elaboração de plano para despoluição das Represas Ipitanga I, II e III;
- Elaboração do programa de monitoramento, estabelecendo padrões e metas de qualidade;
- Realização de Reuniões Públicas com a finalidade de apresentar os conceitos do PRAD à comunidade e, deste modo, de forma conjunta permitir a identificação de áreas passíveis de recuperação;
- Elaboração de Programa de Educação Ambiental;
- Apresentação de cronograma e definição das estratégias para a execução do PRAD que devem propor medidas que assegurem os resultados dos métodos aplicados visando eliminar quaisquer fatores que possam dificultar o processo de recuperação; e
- Elaboração de Planilha Orçamentária.

5.2.5.2 Macroatividade PRAD 1

As ações relacionadas à Macroatividade PRAD 1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental no âmbito do Plano Básico Ambiental estão apresentados no **Quadro 5.26**.

Quadro 5.26 - Macroatividade PRAD 1

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – PRAD
Objetivos: Estabelecer as diretrizes técnicas e métodos para a recuperação de áreas degradadas no interior da poligonal do Parque Estadual do Ipitanga e no seu entorno. Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga. Metas: Recuperar Áreas Degradadas. Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 PRAD. Meios de Verificação: Confecção de relatório. Elaboração do PRAD: 06 meses. Implementação: 05 (cinco) anos.
Descrição Elaboração e implementação de PRAD nas áreas de valor ambiental afetadas por impactos resultantes de desmatamentos, terraplanagens, mineração e outras atividades que historicamente vêm comprometendo a qualidade ambiental da área. O PRAD constitui um conjunto de procedimentos ambientais que visam a atenuar e corrigir a degradação ambiental e paisagística. Define as medidas adequadas para a recuperação das áreas afetadas pela supressão vegetal, lançamento de esgotos, resíduos de exploração mineral, aterro sanitário e outras ações antrópicas, assegurando a proteção à área do Parque contra os fatores que possam contribuir para degradar o ambiente e resgatando a capacidade produtiva dos recursos ambientais e estimulando na população o uso adequado das áreas de valor ambiental. Responsável: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

5.2.6 Programa de Restauração da Qualidade das Águas (PRQA)

O Programa de Restauração da Qualidade das Águas refere-se à Macroatividade PRQA 1.

5.2.6.1 Diretrizes e proposições

Os reservatórios do rio Ipitanga encontram-se submetidos a processo de eutrofização, o que deprecia a qualidade da água, o equilíbrio ambiental e, em última instância, onera custos de tratamento de água usada para abastecimento. Esse processo se deve principalmente ao carreamento de esgotos domésticos provenientes das ocupações subnormais estabelecidas no seu entorno, sem infraestrutura de esgotamento sanitário. Este volume de esgotos alcança os rios contribuintes aos reservatórios ou os próprios reservatórios, diretamente. As diretrizes para dirimir esta situação devem atentar à:

- Diagnóstico do Esgotamento Sanitário no entorno dos mananciais;
- Situação dos despejos inadequados dos resíduos sólidos no entorno dos mananciais.

5.2.6.2 Macroatividade PRQA 1

As ações relacionadas à Macroatividade PRQA 1 que compõem o Plano Urbanístico e Ambiental no âmbito do Plano Básico Ambiental estão apresentados no **Quadro 5.27**.

Quadro 5.27 - Macroatividade PRQA 1

PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS - PRQA
Objetivos: Propor soluções para dirimir a contribuição de esgotos para o manancial; das águas de drenagem contaminadas proveniente das ocupações do entorno; reduzindo o processo de eutrofização dos reservatórios e os custos de tratamento de água para abastecimento. Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga e população da RMS que possui abastecido público de água oriundo deste manancial. Metas: Diminuir em 60% as contribuições de águas contaminadas para o reservatório. Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 PRQA. Meios de Verificação: Confecção de relatório. Elaboração do Programa: 4 meses Execução: 3 anos
Descrição: O Programa deve envolver a realização de ações para identificar as fontes de contribuição, estimativa de volume e a proposição de soluções para diminuir os processos de eutrofização. As soluções poderão estar associadas à captação dos esgotos para o sistema de esgotamento do município de Salvador ou a criação de alternativas para que esses esgotos sejam tratados e, após tratamento, lançados aos reservatórios, com qualidade assegurada. As intervenções deverão ser realizadas como escopo do programa, monitorando-se a efetividade das ações. Ao final do programa deverá ainda ser realizada uma avaliação da situação de trofia dos reservatórios (monitoramento da água), propondo-se, se for o caso, um projeto de contingência e/ou remediação, o qual poderão envolver desde manobras operacionais a técnicas corretas para redução de nutrientes na água e de microalgas. Responsável: Embasa

5.3 PLANO URBANÍSTICO

5.3.1 Projeto de Integração de Ciclovias (PIC)

O Projeto de Integração de Ciclovias condiz na Macroatividade PIC 1 que compõe o Plano Urbanístico e Ambiental no âmbito do Plano Urbanístico, juntamente às questões ambientais.

5.3.1.1 Diretrizes e proposições

O projeto de integração de ciclovias possui as seguintes diretrizes e proposições:

- Atentar e evitar intervenções em áreas de preservação permanente;
- Seguir como limite físico do parque;
- Promover harmonia com o meio ambiente, utilizando técnicas construtivas e materiais mais adequados em relação ao meio ambiente.

5.3.1.2 Macroatividade PIC 1

As ações relacionadas à Macroatividade PIC 1 estão apresentadas no **Quadro 5.28**.

Quadro 5.28 - Macroatividade PIC 1

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE CICLOVIAS
Objetivos: Promover as condições para monitoramento cotidiano das bordas do Parque; integrar o parque ao sistema de ciclovia proposto no Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga proposto em articulação com a ciclovia do trabalhador Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga e criação do Parque. Metas: Integrar ciclovias existentes às propostas Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 Projeto. Meios de Verificação: Confecção de relatório.
Descrição: Trata-se de elaboração de projeto para integração das ciclovias propostas (e existentes) prevendo-se pontos de apoio e descanso. A ciclovia será parte constitutiva do Sistema de Proteção do Parque e integrará o conjunto de portais situados em toda a extensão da poligonal. Compõe o circuito de monitoramento consistindo, nessa condição, em uma via de serviço que cumpre essa função, além das que lhes são próprias como via destinada a veículos não motorizados, como bicicletas e triciclos, tendo associada uma pista de <i>cooper</i>, segregada da faixa de ciclovia. Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

5.3.2 Projeto de Acessibilidade (PA)

O Projeto de Acessibilidade condiz na Macroatividade PA 1 que compõe o Plano Urbanístico e Ambiental no âmbito do Plano Urbanístico, juntamente às questões ambientais.

5.3.2.1 Diretrizes e proposições

O projeto de acessibilidade deve atentar à promoção da acessibilidade universal.

5.3.2.2 Macroatividade PA 1

As ações relacionadas à Macroatividade PA 1 estão apresentadas no **Quadro 5.29**.

Quadro 5.29 - Macroatividade PA 1

PROJETO DE ACESSIBILIDADE
Objetivos: Promover a acessibilidade universal às áreas dos Portais do Parque e à Ciclovia de Monitoramento. Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga e criação do Parque. Metas: Realizar acessibilidade universal Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 Projeto. Meios de Verificação: Confecção de projeto. Período de Implementação: 02 (dois) anos.
Descrição: Execução de projeto de acessibilidade envolvendo os roteiros de visitação do Parque, considerando as diretrizes e normas do Desenho Universal. Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

5.3.3 Programa de Agricultura Urbana (PAUrb)

A elaboração do Programa de Agricultura Urbana condiz na Macroatividade PAUrb 1 que está associada ao Plano Urbanístico e Ambiental junto ao Plano de Urbanização.

5.3.3.1 Diretrizes e proposições

O programa deve ser concebido considerando o conceito de agricultura urbana como prática multidimensional entendida como medida de segurança alimentar, de geração de renda, amenização climática, proteção do meio ambiente e qualificação paisagística das cidades. Trata-se de uma forma específica de manejo da terra por meio de sistemas agroecológicos para produção de alimentos (agricultura e pecuária de pequeno porte), produção de plantas medicinais, plantas ornamentais, aproveitando recursos locais (recursos humanos, insumos, água etc.) com práticas de comércio justo e quando possível na linha da economia solidária. Embora existam diversos conceitos associados à agricultura urbana tem sido cada vez mais recorrentes aqueles que enfatizam a interdependência dessa prática com a dinâmica das relações que se processam no ambiente urbano, de forma que haja trocas que ao final gerem ganhos positivos para a qualidade urbanística e ambiental para as cidades e promovam formas mais sustentáveis no ambiente em que a agricultura é desenvolvida.

A agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2001).

Portanto, além da importância social e econômica, a agricultura urbana apresenta-se como iniciativa importante de qualificação ambiental e paisagística da cidade na medida em que, integrada à dinâmica urbana, pode valer-se dos atributos associados à cidade e encaminhar processos de transformação no território que permitam o saneamento de espaços públicos, a melhoria do aspecto de espaços residuais para plantio, isso sem falar na possibilidade de aproveitamento econômico de áreas particulares hoje totalmente ociosa ou com usos sazonais.

[...]A agricultura urbana não se resume apenas ao plantio de espécies destinadas à alimentação, mas a todos os aspectos ligados ao manejo da biodiversidade e ao meio ambiente. Arborização, jardins, aves, animais e plantas ornamentais fazem parte do desenho urbano e se ligam à prática da agricultura urbana. Dessa forma, todos os espaços da cidade podem constituir um contorno verde entre prédios, casas, vias públicas, praças, parques, encostas e alterar as condições climáticas locais, contribuindo para incrementar a umidade, reduzir a temperatura, melhorar o odor, capturar gases do ar poluído, proteger do vento e interceptar a radiação solar, criando lugares sombreados e protegidos (EMBRAPA, 2002). 25 p.— (Documentos / Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111; 48)

Ainda, algumas iniciativas de caráter mais amplo poderão ser tomadas na perspectiva de ampliação da prática da agricultura urbana na RMS, tais como:

- Articulação com as Prefeituras municipais do entorno para que insiram a agricultura urbana nos projetos paisagísticos;
- Articulação da agricultura urbana com políticas ambientais, de requalificação urbana, de promoção da saúde para converter ambientes de risco ou mesmo foco de doenças, em ambientes produtivos e em espaços de convivência social.

5.3.3.2 Macroatividade PAUrb 1

As ações relacionadas à Macroatividade PAUrb 1 estão apresentadas no **Quadro 5.30**.

Quadro 5.30 - Macroatividade PAUrb 1

PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA
Objetivos: Promover a agricultura urbana (e familiar) nas áreas localizadas no entorno do Parque Estadual do Ipitanga. Público Alvo: Todos os moradores beneficiados pelo Plano de Urbanização e Ambiental do Vetor Ipitanga e criação do Parque. Metas: Promover a agricultura urbana em 60% do público alvo. Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 Programa. Meios de Verificação: Confecção de programa. Implementação: 5 (cinco) anos. Assistência Técnica e Monitoramento: 10 (dez) anos. Descrição: Elaboração e implementação de um amplo programa de agricultura urbana baseada em processos de produção agroecológicos e com produção orgânica, prevendo-se a utilização dos recursos disponíveis. A área do Vetor Ipitanga, particularmente, reúne características muito apropriadas à prática da agricultura urbana, dentre as quais pode-se relacionar: • Tradição agrícola; • Centralidade na RMS; • Disponibilidade de água; • Forte organização comunitária; • Possibilidade de formação de uma rede de parcerias envolvendo empresas e instituições locais (Aterro Metropolitano Centro, Fábrica de Polpas de Frutas, Frigorífico, Pedreiras, Ceasa, Shopping Salvador Norte etc. • Disponibilidade de terras. Mesmo reunindo atributos que favorecem a agricultura urbana, alguns desafios não de ser superados, alguns que dizem respeito à maioria das experiências de agricultura urbana e outros que se referem especificamente a limitações do contexto do Vetor Ipitanga. Dentre os desafios gerais a serem enfrentados destacam-se: • Consolidação do conceito de agricultura urbana entre os próprios agricultores • Pouca compreensão por parte do setor público, sobre as possibilidades e potencialidades da AUP; • Falta de articulação entre as políticas públicas; • Ausência de lei específica que regulamente a agricultura urbana na Bahia; • Descontinuidade das ações governamentais; • Recursos e fontes de financiamento insuficientes. • Inexistência de aderência das práticas atuais da agricultura urbana com a política de desenvolvimento urbano; • Insuficiência da infraestrutura e logística de apoio à comercialização; • Pouca divulgação, propaganda e marketing relacionados às práticas atuais de agricultura urbana; • Qualidade da água e custo da água tratada; • Preço da terra urbana;

(continua)

Quadro 5.30 - Macroatividade PAUrb 1 (conclusão)

PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA
• Ausência de previsão de espaços para a agricultura urbana nos planos diretores dos municípios; • Reduzidas experiências de integração da agricultura urbana nos projetos paisagísticos. Considerando as características da área e os potenciais identificados devem estar contemplados no programa as seguintes práticas: • Produção de hortaliças; • Fruticultura; • Pecuária bovina de pequeno porte que possa estar associada à cultivos diversos, na perspectiva de produção de composto orgânico; • Produção e beneficiamento de mel; • Produção de mudas para reflorestamento das matas ciliares; • Produção de mudas de plantas para o paisagismo urbano; • Cultivo e beneficiamento de plantas medicinais; • Previsão de ações de reciclagem e compostagem para aplicação. Para a elaboração do programa, que deverá ser construído de forma participativa, devem ser executadas as seguintes ações: • Identificação e caracterização dos espaços de produção; • Cadastramento dos agricultores urbanos na área e entorno, com realização de pesquisa que identifique interesses de moradores e proprietários de sítios no engajamento em projeto de agricultura urbana; • Mobilização dos terreiros na perspectiva de construção de um projeto específico de produção de ervas utilizada nas práticas religiosas; Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) e Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

5.4 PLANO DE RELOCAÇÃO, REASSENTAMENTO E REMANEJAMENTO (PRRR)

5.4.1 Plano de Desapropriação (PD)

A elaboração do Plano de Desapropriação condiz na Macroatividade PD 1 que faz parte do Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento (PRRR).

5.4.1.1 Diretrizes e proposições

A categoria Parque Estadual (proposto em área do Vetor Ipitanga), assim como para Parque Nacional, deve ser de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema nacional de Unidade de conservação). Desta forma, as áreas particulares das pessoas afetadas diretamente com a proposição dos limites do Parque Estadual do Ipitanga deverão ser desapropriadas.

O processo de desapropriação deverá compreender as seguintes etapas:

- Mobilização da comunidade – apresentação do projeto às famílias residentes na área;
- Selagem dos imóveis com registro fotográfico, sendo o número selado o identificador do grupo familiar existente nos imóveis;
- Levantamento de dados físicos dos imóveis e de identificação das famílias residentes nos mesmos;

- Representação gráfica dos imóveis com respectivas dimensões por meio de elaboração de croquis e localização georeferenciada.

5.4.1.2 Macroatividade PD 1

As ações relacionadas à Macroatividade PD 1 estão apresentadas no **Quadro 5.31**.

Quadro 5.31 - Macroatividade PD 1

PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO
Objetivos: Promover a desapropriação das áreas particulares situadas no interior da poligonal definida para o Parque Estadual do Ipitanga. Público Alvo: Moradores e donos de áreas particulares dentro dos limites do Parque. Meta: Desapropriar 100% das áreas particulares dentro do Parque. Indicadores de Resultados: Elaboração de 01 plano. Meios de Verificação: Confecção de plano. Implementação: 01 (um) ano após a criação do Parque. Descrição: Deve envolver as ações necessárias para a aquisição do domínio direto/ útil das propriedades integrantes do mosaico fundiário, considerando as situações específicas de dominialidades identificadas no estudo fundiário. Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

5.4.2 Projeto de Reassentamento (PR)

A elaboração do Plano de Reassentamento condiz na Macroatividade PR 1 que faz parte do Plano de Relocação, Reassentamento e Remanejamento (PRRR).

5.4.2.1 Diretrizes e proposições

O Projeto de Reassentamento deverá obedecer às seguintes diretrizes:

- As famílias deverão ser reassentadas em área externa à poligonal da Parque Estadual (proposto em área do Vetor Ipitanga), pois a área da poligonal deve ser de posse e domínio públicos (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).
- O reassentamento das famílias em unidades construídas por meio do Projeto será balizado pelos critérios de elegibilidade estabelecidos na legislação vigente do Programa Minha casa Minha Vida – PMCMV;
- Todas as famílias receberão tratamento igualitário, independentemente do valor do seu imóvel original, e das condições de ocupação do imóvel;
- Os custos relacionados à relocação das famílias deverão compor o orçamento da execução do Projeto de Urbanização, assim como a demolição dos imóveis desocupados. Esta demolição deverá acontecer imediatamente após a sua desocupação;
- Serão constituídos mecanismos de gestão compartilhada orientados a instrumentalizar as relações entre os segmentos sociais envolvidos na implementação participativa deste plano;

5.4.2.2 Macroatividade PR 1

As ações relacionadas à Macroatividade PR 1 estão apresentadas no **Quadro 5.32**.

Quadro 5.32 - Macroatividade PR 1

PROGRAMA DE REASSENTAMENTO
Objetivos: Reassentar as famílias residentes no entorno da poligonal do Parque Estadual do Ipitanga. Público Alvo: Moradores e donos de áreas particulares dentro dos limites do Parque. Indicadores de Resultados: Elaboração de programa. Meios de Verificação: Confecção de programa. Implementação: 02 (dois) anos após a criação do Parque. Descrição: Deve ser feito o planejamento das ações necessárias para viabilizar condições adequadas de moradia para as famílias de baixa renda hoje instaladas no Parque, em áreas próximas. O Plano deve ser elaborado de forma participativa e conter as salvaguardas sociais e culturais necessárias. O Projeto de Reassentamento deve conter: • Cadastro socioeconômico detalhado; • Áreas para reassentamento no entorno do Parque; • Potencial de aproveitamento; • Avaliação dos terrenos e benfeitorias associados aos imóveis de origem; • Procedimentos de reassentamento; • Salvaguardas sociais, econômicas e culturais; • Projetos urbanístico e complementares de infraestrutura e paisagismo; • Projetos arquitetônicos das unidades habitacionais, equipamentos sociais, prevendo-se equipamento de uso comunitário; • Projeto Técnico Social, com ações específicas para pessoas idosas; • Projeto de Regularização Fundiária; • Implantação do Projeto de Reassentamento; • Acompanhamento pós-ocupação durante 6 (seis) anos. As famílias deverão prioritariamente ser assentadas em áreas disponíveis dentro das localidades abrangidas pelos projetos urbanísticos objetos do contrato de elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos do Vetor Ipitanga, no qual se insere o Masterplan do Parque Estadual do Ipitanga, preferencialmente em localidades próximas à moradia de origem. Cabe observar que o número de famílias pode não corresponder ao número de edificações em razão da necessidade de contabilizar casos de coabitação. Nesses casos deve ser prevista uma unidade habitacional para cada família. Os proprietários de edificações de médio e alto padrão não estarão incluídos no Projeto de Reassentamento, devendo estar contemplados no Projeto de Desapropriação. Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

5.5 PROJETOS DE DESAPROPRIAÇÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Além da desapropriação da área do Parque necessária à consolidação territorial da Unidade de Conservação de Proteção Integral, estão previstas desapropriações para execução das obras de urbanização das comunidades e reestruturação viária. Os projetos de desapropriação encontram-se colocados nos **Apêndices A, B e C** assim dispostos:

6 REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnica. NBR 10.004 de 30 de novembro de 2004 - Resíduos Sólidos - Classificação.

Afonso, L. D.; de Sousa, A. N.; Monteiro, S. S. A Dinâmica da Cobertura Vegetal de Salvador-Ba (1995 a 2007): entre o fetiche e a degradação. *Revista VeraCidade* – Ano V– nº 6 – Dezembro 2010

BAHIA. Lei Estadual nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011. Trata da Política Estadual de Educação Ambiental.

BAHIA. Resolução Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM nº 2974, de 24 de maio de 2002. Trata do Zoneamento Ecológico Econômico a APA Joanes-Ipitanga.

BAHIA. Lei Estadual Nº 12.932 de 07 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia.

BARROS, A.P.; SILVEIRA, K.A.; GEHLEN, V.R.F. Instrumentos de Políticas Públicas para Gestão Ambiental Urbana. *In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas.* São Luís – MA, 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 9795, de 27 de abril de 1999. Trata das diretrizes sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil. **Disponível em:** < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 26 nov. 2014

CEMPRE. Compromisso Empresarial para a Reciclagem. Disponível em: < www.cempre.org.br >. Acesso em: 14 nov. 2014.

GAZZINELLI, M. F. Representações do Professor e Interpretações de Currículo de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa. n. 115**, mar. 2002. p. 173-194.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa. n. 118**, mar. 2003. p. 189-205.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, 2005. v. 31, n. 2, p. 233-250.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade Dialética: contribuição à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. **Educação e Sociedade.** Campinas – SP. Unicamp, 2005. v. 26, n. 93. p. 1473-1494.

MARTINS, L. A. T. P.; GALLO, Z.; NEVES, E. F. A Formação dos Preços dos Materiais Recicláveis Numa Estrutura de Mercado Oligopsônica. **Disponível em:** <
<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/producao/artigos/mercadoligpsonico.pdf>. >
Acesso em: 18 nov. 2014

Ministério Público da Bahia (MP-BA) / Fundação José Silveira. Projeto Mata Atlântica Salvador. Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na Cidade de Salvador, 253p., 2011

Ministério Público da Bahia (MP-BA) / Fundação José Silveira. Projeto Mata Atlântica Salvador. Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na Cidade de Salvador, 360p., Edição Ampliada e revisada. 2013

PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais. Relatório de Produção da Rede Cata Bahia. **Salvador**, 2010. 35 p.

PRIMO, R. G. B. Política Transversal de Regulação do Mercado Oligopsônico de Resíduos Sólidos – nos Carnavais de Salvador em 2007 a 2012 por meio de um Complexo de Economia Solidária. **Disponível em:**
[file:///C:/Users/Cristiano/Downloads/Pol%C3%ADtica_transversal_de_regula%C3%A7%C3%A3o_do_mercado_oligops%C3%B4mico_de_res%C3%ADduos_s%C3%B3lidos%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cristiano/Downloads/Pol%C3%ADtica_transversal_de_regula%C3%A7%C3%A3o_do_mercado_oligops%C3%B4mico_de_res%C3%ADduos_s%C3%B3lidos%20(2).pdf).>
Acesso em: 1º dez. 2014

RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

ROSSI W.; BRANCO, L.C.; LACERDA, J.A.; GOMES, A.C.; WAGNER E.M.S.; Fontes de Poluição e o Controle da Degradação Ambiental dos Rios Urbanos em Salvador. **RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social v.1 n.1 jan. / abr. 2012.**

SALVADOR, Prefeitura Municipal do. **Lei Municipal nº 7.400/2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2008 e dá outras providências.

SANTOS, C.S.M.; Manancial do Ipitanga, a última fronteira na expansão urbana de Salvador: O urbano e o ambiental na perspectiva do direito à cidade. Salvador: UFBA. **Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.** 2011.

SEPE, P.M.; GOMES, S.(orgs). **Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo:** Secretaria Municipal do Verde e do Meio ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, 2008.

SORRENTINO, M. et al. Educação Ambiental como Política Pública. In: **Educação e Pesquisa.** Campinas – SP: Unicamp, 2005 v. 31, n. 2, p. 285-299.

SOUZA, T.S.; BARROS, A.P. Meio ambiente e políticas públicas. In: Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho. **Carteira de projetos: planos de ação comunitários de meio ambiente/Projeto Nucodema**. Cabo de Santo Agostinho, PE: Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho, 2007.

TTC Engenharia de Tráfego e Transportes. Estudos de Impacto Ambiental (EIA) Via Expressa Linha Viva. Tomo II / IV CAP. 4 - Diagnóstico Ambiental Código: PBLV-027/11RF-18-Z01-T-212-R00 Setembro/2012, 219p.

TRISTÃO, M. Tecendo os Fios da Educação Ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. Educação e Pesquisa. São Paulo, 2005. v. 31, n. 2, p. 251-264. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

APÊNDICES

APÊNDICE A - DESAPROPRIAÇÕES POR DO SOL, CARANGI, E BIRIBEIRA

APÊNDICE A - DESAPROPRIAÇÕES PÔR DO SOL, CARANGI, E BIRIBEIRA

1. INTRODUÇÃO

Neste levantamento, apresentamos as informações sobre as desapropriações necessárias nas comunidades de Por do Sol, Carangi e Biribeira.

Em função de diversos elementos do projeto de urbanização de Cassange, se faz necessário a desapropriação de alguns imóveis presentes nos locais. Os principais motivos para a remoção das casas são:

- URB – Praças e largos

Os Projetos de Urbanização incluíram a elaboração de projetos de praças e largos, discutidas e aprovadas pela comunidade durante o processo participativo. Em alguns casos, para a construção nas áreas reservadas para tais equipamentos, serão necessárias desapropriações.

- EQP - Equipamentos Públicos

A partir dos levantamentos e constatações em de campo, associadas às demandas da comunidade, a proposta contempla a definição de áreas para implantação de equipamentos públicos como escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários, hortas, equipamentos culturais. Para a construção em algumas destas áreas reservadas, serão necessárias desapropriações.

- GEO H e GEO V - Projeto Geométrico Horizontal e/ou Vertical

A implantação das vias de circulação exige, em alguns casos, o alargamento das mesmas e/ou mudanças de níveis, necessitando de espaços para contenções ou criação de taludes. As desapropriações decorrentes destes casos são caracterizadas como oriundas do Projeto Geométrico Horizontal ou Vertical, respectivamente.

- INFRA - Projetos de Infraestrutura (água, esgoto, drenagem)

Os sistemas de água, esgoto e drenagem podem exigir espaços a serem desapropriados para sua instalação e manutenção.

Diante disso, foi feito um levantamento de cada casa a ser retirada, detalhando – quando possível – informações sobre as mesmas, a situação que se encontram, o tipo de uso do imóvel, além de registros fotográficos, levantamento das áreas e etc. Sobre os usos, fizemos as seguintes classificações:

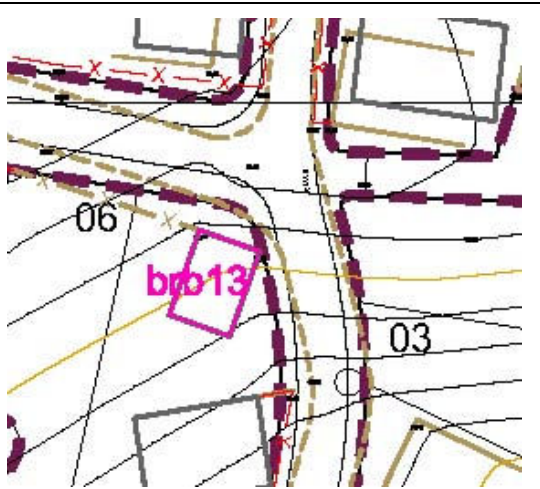
- Residencial (RES)
- Comercial (COM)
- Misto (MIS)
- Abandonado (ABD)
- Não Identificado (NI)
- Institucional (INS)
- Terreiro (TER)

Ao fazer a análise de cada caso, percebeu-se que em algumas situações não se fazia necessária a retirada total da casa, apenas algum elemento dela que pudesse ser removido ou realocado, como escadas e varandas. Para isso, propomos a opção de “remoção parcial”, com a finalidade de diminuir os impactos sociais causados pela retirada de uma propriedade inteira.

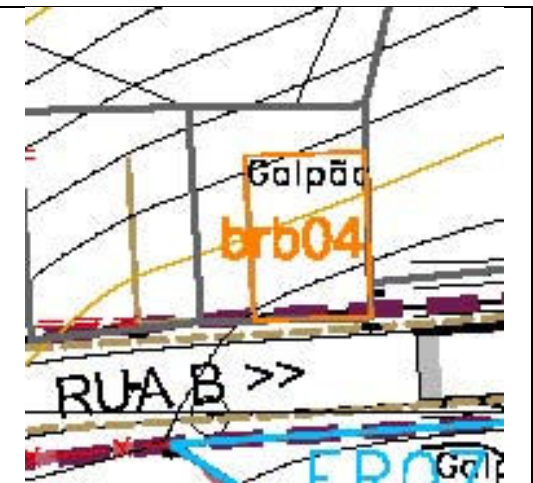
2. DESAPROPRIAÇÕES POR LOCALIDADE

2.1 Biribeira

a. Remoção Total

Identificação: BRB13	
 Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_BiribeiraPU_R0	 Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1612
Logradouro:	Rua B
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	27,81m²
Uso/Situação:	Residencial

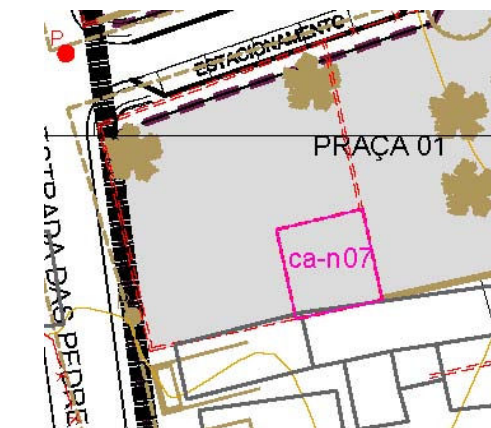
b. Remoção Parcial

Identificação: BRB04	
 Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_BiribeiraPU_R0	 Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1607
Logradouro:	Rua B
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	46,81m²
Uso/Situação:	Residencial

2.2 Carangi

a. Remoção Total

Identificação: CA-N07



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_CarangiPU_R0



Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9470

Logradouro:	Estrada das Pedreiras / Rua Pedra Azul
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	80,74m ²
Uso/Situação:	Abandonada / Inacabada

Identificação: CA-N03

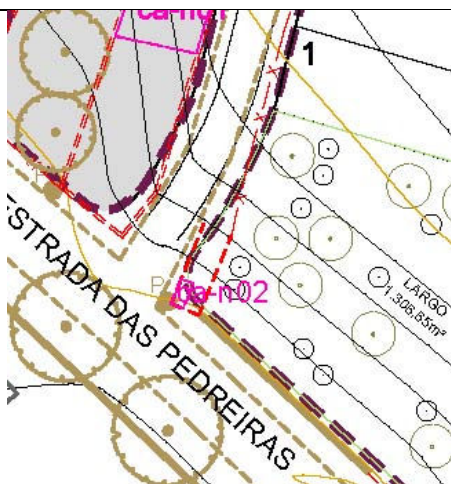


Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_CarangiPU_R0



Fonte: Google Earth 2014

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	67,15m ²
Uso/Situação:	Residencial

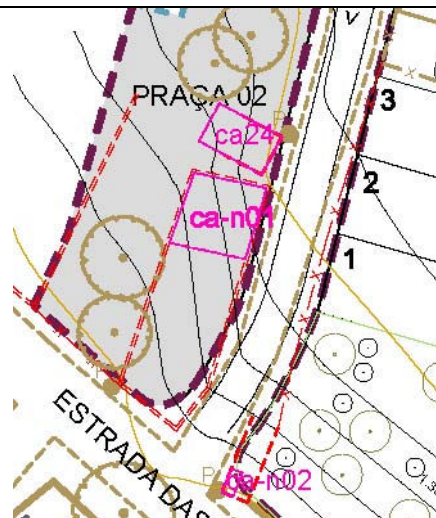
Identificação: CA-N02

Fonte: 1301-
VIP E4 URB gl CarangiPU R0



Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9419

Logradouro:	Estrada das Pedreiras / Alameda das Neves
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	3,00m²
Uso/Situação:	Comercial

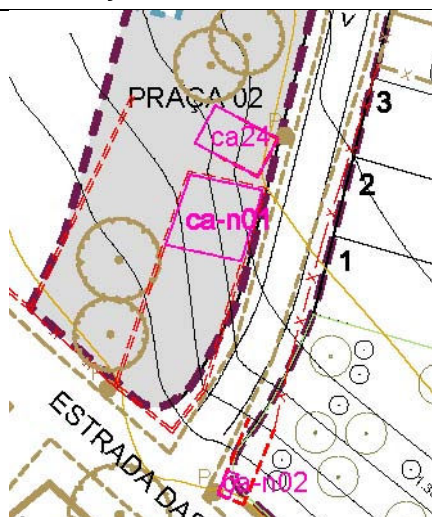
Identificação: CA-N01

Fonte: 1301-
VIP E4 URB gl CarangiPU R0



Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9448

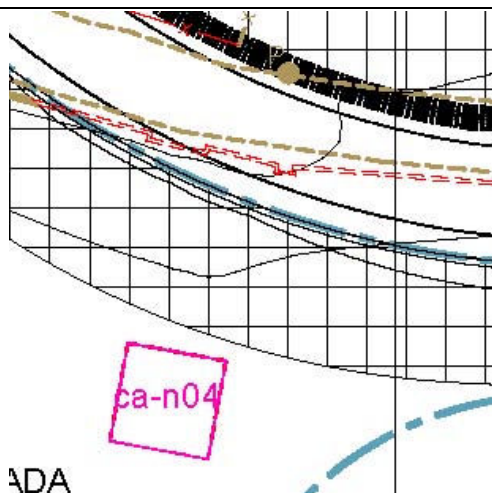
Logradouro:	Estrada das Pedreiras / Alameda das Neves
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	54,53m²
Uso/Situação:	Residencial / Em construção

Identificação: CA24

Fonte: 1301-
VIP E4 URB g1 CarangiPU_R0

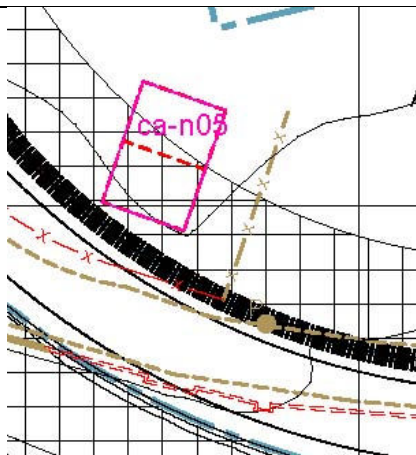
Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9448

Logradouro:	Estrada das Pedreiras / Alameda das Neves
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	29,75m²
Uso/Situação:	Residencial / Em construção

Identificação: CA-N04

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_CarangiPU_R0

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	
Área ocupada pela edificação:	64,00m²
Uso/Situação:	Residencial
Observação	Muro muito alto, não foi possível tirar foto da casa

Identificação: CA-N05

Fonte: 1301-
VIP E4 URB g1 CarangiPU_R0



Fonte: 1301-VIP_16-11-09_SAM_2665

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	95,15m ²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: CA-N06

Fonte: 1301-
VIP E4 URB g1 CarangiPU_R0



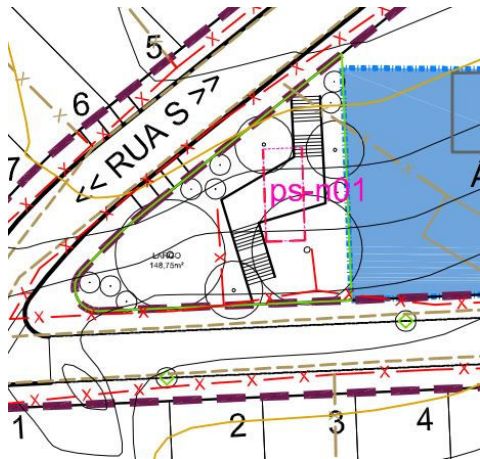
Fonte: 1301-VIP_16-11-09_SAM_2663

Logradouro:	1ª travessa Pedra Azul / Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	40,13m ²
Uso/Situação:	Residencial

2.3 Por do Sol

b. Remoção Total

Identificação: PS-N01

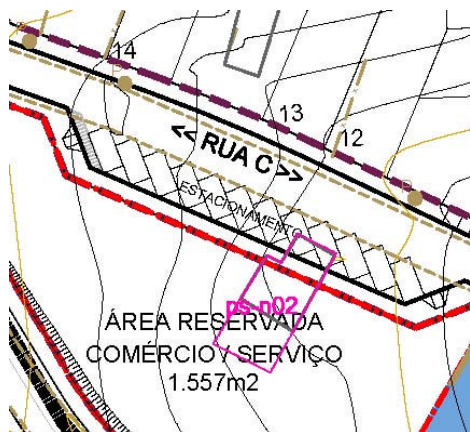


Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0

Fonte: 1301-VIP_14-06-11_SAM_5097

Logradouro:	Rua S / Rua D
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	26,24m ²
Uso/Situação:	Não identificado

Identificação: PS-N02



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0

Fonte: 1301-VIP_14-04-23_SAM_4185

Logradouro:	Rua C
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	108,03m ²
Uso/Situação:	Abandonada

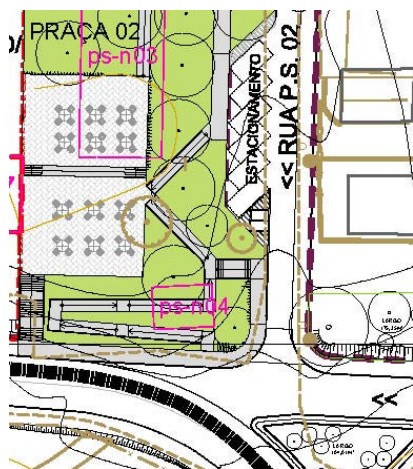
Identificação: PS-N03

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0



Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9716

Logradouro:	Rua PS 02 / Rua C
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	201,39m²
Uso/Situação:	Residencial

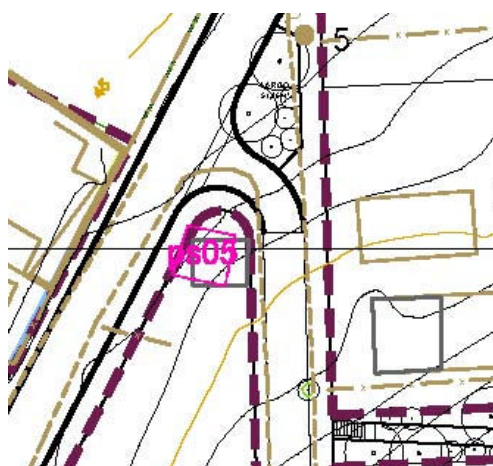
Identificação: PS-N04

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0



Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9710

Logradouro:	Avenida Fidalgo / Rua PS 02
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	36,90m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: PS05

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0



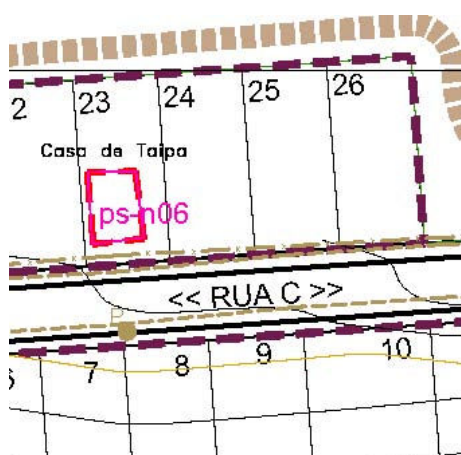
Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1569

Logradouro:	Rua S / Rua E
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	19,60m ²
Uso/Situação:	Não Identificado

Identificação: PS-N05Fonte: 1301-
VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0

Fonte: 1301-VIP_16-02-15_SAM_0577

Logradouro:	Rua H
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	56,43m ²
Uso/Situação:	Não Identificado

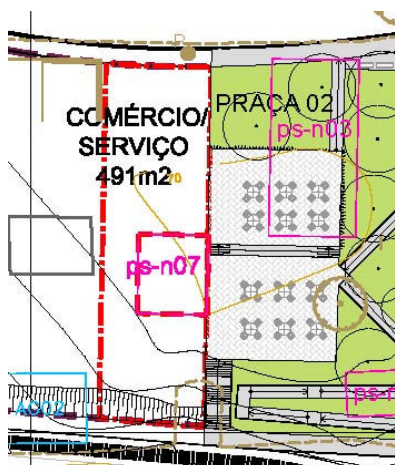
Identificação: PS-N06

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0



Fonte: 1301-VIP_14-04-23_SAM_4273

Logradouro:	Rua C
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	31,02m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: PS-N07

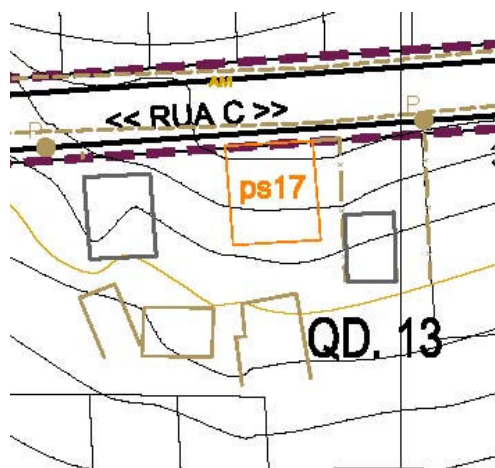
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0



Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9737

Logradouro:	Estrada do Cassange
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	72,48m²
Uso/Situação:	Não identificado

c. Remoção Parcial

Identificação: PS17

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g1_PorSolPU_R0



Fonte: 1301-VIP_16-06-06_SAM_1173

Logradouro:	Rua C
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	72,54m ²
Uso/Situação:	Residencial

3. QUADRO RESUMO

Cód	Localização	Tipo	Quant	Nº Pav.	Área	Uso	Motivo
BRB13	BIRIBEIRA	integral	1	1	27,81	RES	GEM
BRB04	BIRIBEIRA	parcial	1	1	46,81	RES	GEM
CA24	CARANGI	integral	1	1	29,75	RES	URB
CA-N01	CARANGI	integral	1	1	54,53	RES	URB
CA-N02	CARANGI	integral	1	1	3,00	COM	GEM
CA-N03	CARANGI	integral	1	1	69,15	RES	GEM
CA-N04	CARANGI	integral	1	1	64,00	RES	EQP
CA-N05	CARANGI	integral	1	1	95,15	RES	EQP
CA-N06	CARANGI	integral	1	1	40,13	RES	EQP
CA-N07	CARANGI	integral	1	1	80,74	ABD	URB
PS05	PÔR DO SOL	integral	1	1	19,60	RES	GEM
PS-N01	PÔR DO SOL	integral	1	1	26,24	NI	URB
PS-N02	PÔR DO SOL	integral	1	1	108,03	ABD	EQP
PS-N03	PÔR DO SOL	integral	1	1	201,39	RES	URB
PS-N04	PÔR DO SOL	integral	1	1	36,90	RES	URB
PS-N05	PÔR DO SOL	integral	1	1	56,43	NI	GEM
PS-N06	PÔR DO SOL	integral	1	1	31,02	RES	GEM
PS-N07	PÔR DO SOL	integral	1	1	72,48	NI	EQP
PS-17	PÔR DO SOL	parcial	1	1	72,54	RES	GEM

4. QUADRO RESUMO GERAL

Localização	Tipo			Motivo					Uso								Área (m2)
	Integral	Parcial	Totais	URB	GEM	EQP	INFRA*	Totais	RES	COM	MIS	ABD	NI	INS	OUT	Totais	
AV VALE DO OURO	2	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	201,54
EST DAS PEDREIRAS	9	0	9	0	9	0	0	9	6	1	0	0	0	0	2	9	649,80
EST DO CASSANGE	2	0	2	0	2	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	2	109,62
EST DO FIDALGO	4	0	4	0	4	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	4	212,82
EST DO RAPOSO	9	4	13	0	13	0	0	13	5	1	2	1	1	0	3	13	1290,31
Total Viário Principal	26	4	30	0	30	0	0	30	14	2	2	1	4	2	5	30	2464,09
BIRIBEIRA	1	1	2	0	2	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2	74,62
CARANGI	8	0	8	3	2	3	0	8	6	1	0	1	0	0	0	8	436,45
PÔR DO SOL	8	1	9	3	4	2	0	9	5	0	0	1	3	0	0	9	624,63
Total Grupo 01	17	2	19	6	8	5	0	19	13	1	0	2	3	0	0	19	1135,70
CANTO DO RIO	12	0	12	3	8	1	0	12	7	0	2	0	0	1	2	12	717,90
B IPITANGA/V SANTANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
BEIRA RIO**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total Grupo 02	12	0	12	3	8	1	0	12	7	0	2	0	0	1	2	12	717,90
Total Geral	55	6	61	9	46	6	0	61	34	3	4	3	7	3	7	61	4317,69

* O levantamento sobre desapropriações decorrentes dos projetos de infra-estrutura está em andamento.

**Os projetos para as comunidades Bosque Ipitanga, Vila Santana e Beira Rio foram desenvolvidos até o estágio preliminar, tendo em vista que dependem da implementação de intervenções para o controle dos riscos de inundação da planície do rio Ipitanga. Assim, não foram desenvolvidos quantitativos referentes a desapropriações nestas comunidades.

APÊNDICE B – DESAPROPRIAÇÕES - CANTO DO RIO

APÊNDICE B – DESAPROPRIAÇÕES - CANTO DO RIO

1. INTRODUÇÃO

Neste levantamento, apresentamos as informações sobre as desapropriações necessárias na comunidade de Canto do Rio. As desapropriações necessárias nas comunidades de Bosque Ipitanga, Vila Santana e Beira-Rio não foram quantificadas, pois os projetos urbanísticos foram desenvolvidos apenas até o estágio preliminar, tendo em vista que dependem da implementação de intervenções para o controle dos riscos de inundação da planície do rio Ipitanga.

Em função de diversos elementos do projeto de urbanização de Cassange, se faz necessário a desapropriação de alguns imóveis presentes nos locais. Os principais motivos para a remoção das casas são:

- URB – Praças e largos

Os Projetos de Urbanização incluíram a elaboração de projetos de praças e largos, discutidas e aprovadas pela comunidade durante o processo participativo. Em alguns casos, para a construção nas áreas reservadas para tais equipamentos, serão necessárias desapropriações.

- EQP - Equipamentos Públicos

A partir dos levantamentos e constatações em de campo, associadas às demandas da comunidade, a proposta contempla a definição de áreas para implantação de equipamentos públicos como escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários, hortas, equipamentos culturais. Para a construção em algumas destas áreas reservadas serão necessárias desapropriações.

- GEO H e GEO V - Projeto Geométrico Horizontal e/ou Vertical

A implantação das vias de circulação exige, em alguns casos, o alargamento das mesmas e/ou mudanças de níveis, necessitando de espaços para contenções ou criação de taludes. As desapropriações decorrentes destes casos são caracterizadas como oriundas do Projeto Geométrico Horizontal ou Vertical, respectivamente.

- INFRA - Projetos de Infraestrutura (água, esgoto, drenagem)

Os sistemas de água, esgoto e drenagem podem exigir espaços a serem desapropriados para sua instalação e manutenção.

Diante disso, foi feito um levantamento de cada casa a ser retirada, detalhando – quando possível – informações sobre as mesmas, a situação que se encontram, o tipo de uso do imóvel, além de registros fotográficos, levantamento das áreas e etc. Sobre os usos, fizemos as seguintes classificações:

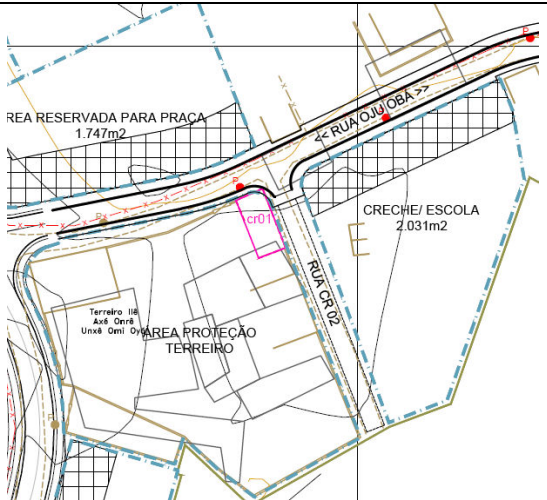
- Residencial (RES)
- Comercial (COM)
- Misto (MIS)
- Abandonado (ABD)
- Não Identificado (NI)
- Institucional (INS)
- Terreiro (TER)

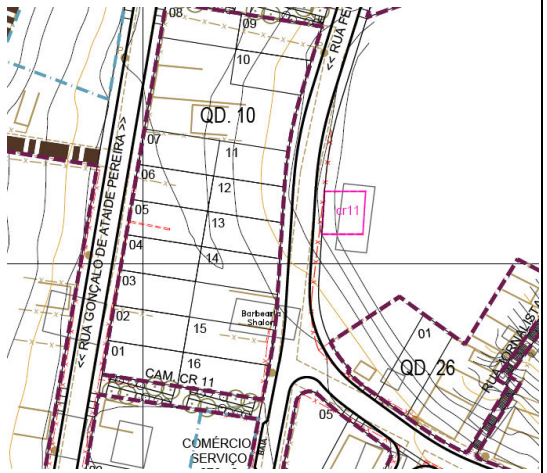
Ao fazer a análise de cada caso, percebeu-se que em algumas situações não se fazia necessária a retirada total da casa, apenas algum elemento dela que pudesse ser removido ou realocado, como escadas e varandas. Para isso, propomos a opção de “remoção parcial”, com a finalidade de diminuir os impactos sociais causados pela retirada de uma propriedade inteira.

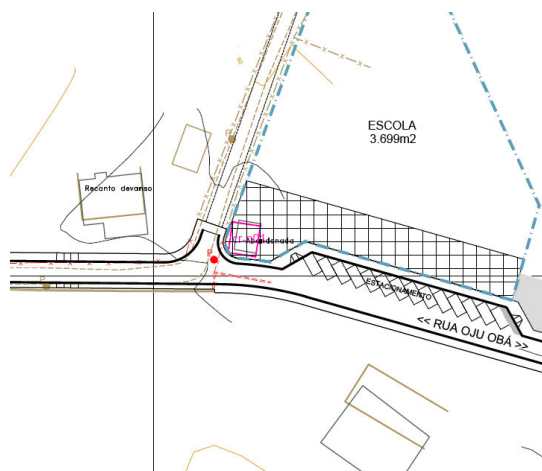
2. DESAPROPRIAÇÕES POR LOCALIDADE

2.1 Canto do Rio

a. Remoção Total

Identificação: CR 01	
	
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g2_CantoRioPU_R0	Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1665
Logradouro:	Rua Ojú Obá
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	163,78m²
Uso/Situação:	Edificação pertencente à área do Terreiro das Águas

Identificação: CR 11	
	
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g2_CantoRioPU_R0	Fonte: 1301-VIP_14-01-03_SAM_4033
Logradouro:	Rua Fernando Sales
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	87,74m²
Uso/Situação:	Residencial

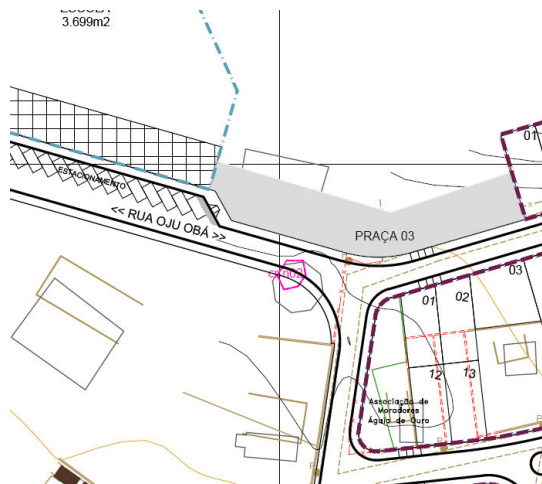
Identificação: CR-N01

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g2_CantoRioPU_R0



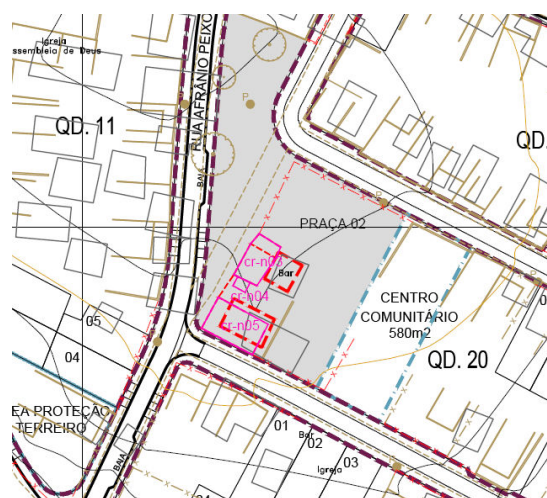
Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1670

Logradouro:	Rua Ojú Obá
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	47,57m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: CR-N02Fonte: 1301-
VIP_E4_URB_g2_CantoRioPU_R0

Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9400

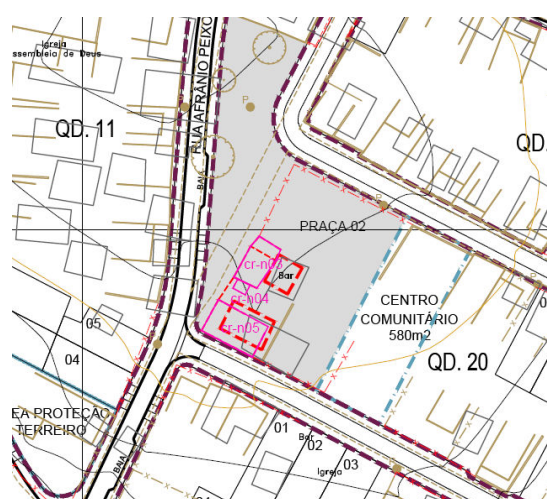
Logradouro:	Rua Ojú Obá / Rua Gonçalo de Ataíde Pereira
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	30,66m²
Uso/Situação:	Quiosque

Identificação: CR-N03

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g2_CantoRioPU_R0

Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9332

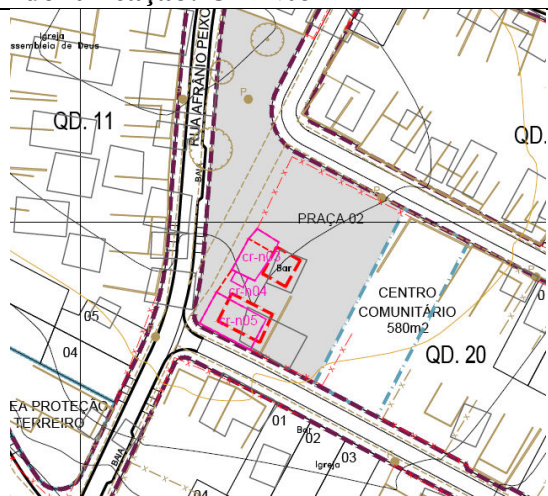
Logradouro:	Rua Afrânio Peixoto (Praça 02)
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	52,51m²
Situação:	Bar

Identificação: CR-N04

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_g2_CantoRioPU_R0

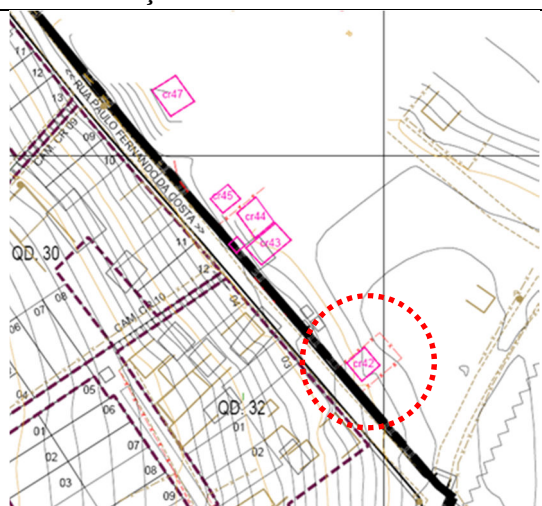
Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9332

Logradouro:	Rua Afrânio Peixoto (Praça 02)
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	7,00m²
Uso/Situação:	Barracão de apoio

Identificação: CR-N05

Fonte: 1301-VIP_15-11-18_SAM_9325

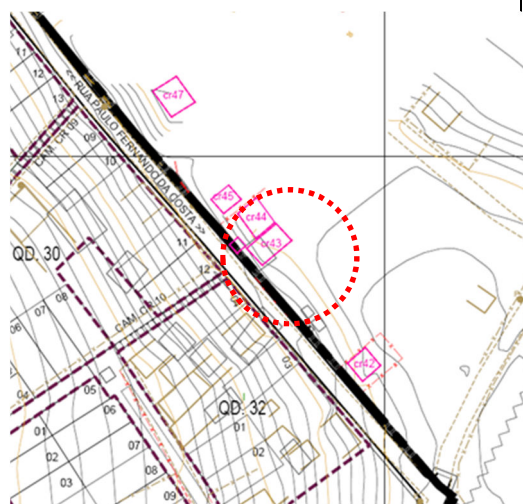
Logradouro:	Rua Sandra / Praça 02
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	81,86m ²
Uso/Situação:	Mercearia
Obs.:	Segundo pavimento em construção

Identificação: CR 42

Fonte: 1301-VIP E4 URB g2 CantoRioPU R0

Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2061

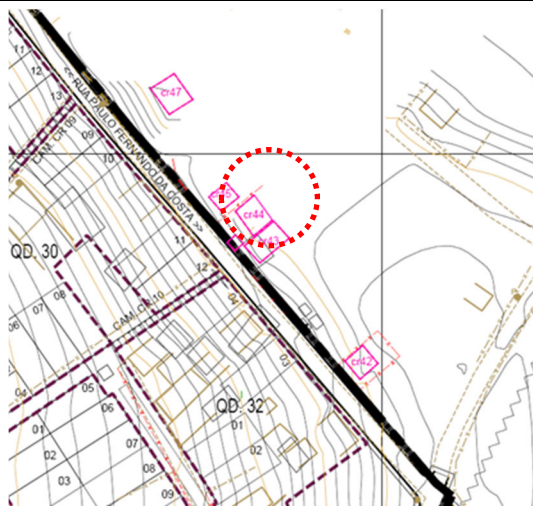
Logradouro:	Rua Paulo Fernando da Costa
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	38,06m ²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: CR 43

Fonte: 1301-
VIP E4 URB g2 CantoRioPU R0

Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2066

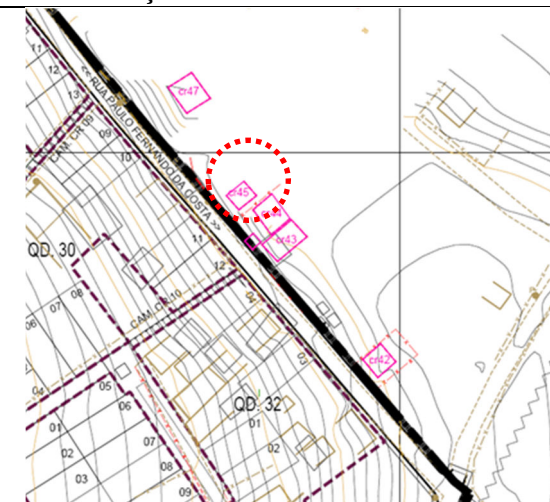
Logradouro	Rua Paulo Fernando da Costa
Nº pavimentos	1
Área ocupada pela edificação	59,57m ²
Uso/Situação	Residencial

Identificação: CR 44

Fonte: 1301-VIP E4 URB g2 CantoRioPU R0

Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2067

Logradouro:	Rua Paulo Fernando da Costa
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	60,23m ²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: CR 45

Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2068

Fonte: 1301-VIP E4 URB g2 CantoRioPU R0

Logradouro:	Rua Paulo Fernando da Costa
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	29,02m ²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: CR 47

Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2073

Fonte: 1301-VIP E4 URB g2 CantoRioPU R0

Logradouro:	Rua Paulo Fernando da Costa
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	59,90m ²
Uso/Situação:	Residencial

3. QUADRO RESUMO

Cód	Localização	Tipo	Quant	Nº Pav.	Área	Uso	Motivo
CR01	CANTO DO RIO	integral	1	2	163,78	INS	GEM
CR11	CANTO DO RIO	integral	1	1	87,74	RES	GEM
CR42	CANTO DO RIO	integral	1	1	38,06	RES	GEM
CR43	CANTO DO RIO	integral	1	1	59,57	RES	GEM
CR44	CANTO DO RIO	integral	1	1	60,23	RES	GEM
CR45	CANTO DO RIO	integral	1	1	29,02	RES	GEM
CR47	CANTO DO RIO	integral	1	1	59,90	RES	GEM
CR-N01	CANTO DO RIO	integral	1	1	47,57	RES	EQP
CR-N02	CANTO DO RIO	integral	1	1	30,66	OUT	GEM
CR-N03	CANTO DO RIO	integral	1	1	52,51	MIS	URB
CR-N04	CANTO DO RIO	integral	1	1	7,00	OUT	URB
CR-N05	CANTO DO RIO	integral	1	1	81,86	MIS	URB

4. QUADRO RESUMO GERAL

Localização	Tipo			Motivo					Uso								Área (m2)
	Integral	Parcial	Totais	URB	GEM	EQP	INFRA*	Totais	RES	COM	MIS	ABD	NI	INS	OUT	Totais	
AV VALE DO OURO	2	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	201,54
EST DAS PEDREIRAS	9	0	9	0	9	0	0	9	6	1	0	0	0	0	2	9	649,80
EST DO CASSANGE	2	0	2	0	2	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	2	109,62
EST DO FIDALGO	4	0	4	0	4	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	4	212,82
EST DO RAPOSO	9	4	13	0	13	0	0	13	5	1	2	1	1	0	3	13	1290,31
Total Viário Principal	26	4	30	0	30	0	0	30	14	2	2	1	4	2	5	30	2464,09
BIRIBEIRA	1	1	2	0	2	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2	74,62
CARANGI	8	0	8	3	2	3	0	8	6	1	0	1	0	0	0	8	436,45
PÔR DO SOL	8	1	9	3	4	2	0	9	5	0	0	1	3	0	0	9	624,63
Total Grupo 01	17	2	19	6	8	5	0	19	13	1	0	2	3	0	0	19	1135,70
CANTO DO RIO	12	0	12	3	8	1	0	12	7	0	2	0	0	1	2	12	717,90
B IPITANGA/V SANTANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
BEIRA RIO**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total Grupo 02	12	0	12	3	8	1	0	12	7	0	2	0	0	1	2	12	717,90
Total Geral	55	6	61	9	46	6	0	61	34	3	4	3	7	3	7	61	4317,69

* O levantamento sobre desapropriações decorrentes dos projetos de infra-estrutura está em andamento.

**Os projetos para as comunidades Bosque Ipitanga, Vila Santana e Beira Rio foram desenvolvidos até o estágio preliminar, tendo em vista que dependem da implementação de intervenções para o controle dos riscos de inundação da planície do rio Ipitanga. Assim, não foram desenvolvidos quantitativos referentes a desapropriações nestas comunidades.

APÊNDICE C – DESAPROPRIAÇÕES – VIÁRIO ESTRUTURANTE

APÊNDICE C – DESAPROPRIAÇÕES – VIÁRIO ESTRUTURANTE

1. INTRODUÇÃO

Neste levantamento, apresentamos as informações sobre as desapropriações necessárias decorrentes das intervenções no que chamamos de Viário Estruturante, representado pelas principais ruas/avenidas que perpassam pelo bairro de Cassange.

Em função de diversos elementos do projeto de urbanização de Cassange, se faz necessário a desapropriação de alguns imóveis presentes nos locais. Os principais motivos para a remoção das casas são:

- URB – Praças e largos

Os Projetos de Urbanização incluíram a elaboração de projetos de praças e largos, discutidas e aprovadas pela comunidade durante o processo participativo. Em alguns casos, para a construção nas áreas reservadas para tais equipamentos, serão necessárias desapropriações.

- EQP - Equipamentos Públicos

A partir dos levantamentos e constatações em de campo, associadas às demandas da comunidade, a proposta contempla a definição de áreas para implantação de equipamentos públicos como escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários, hortas, equipamentos culturais. Para a construção em algumas destas áreas reservadas, serão necessárias desapropriações.

- GEO H e GEO V - Projeto Geométrico Horizontal e/ou Vertical

A implantação das vias de circulação exige, em alguns casos, o alargamento das mesmas e/ou mudanças de níveis, necessitando de espaços para contenções ou criação de taludes. As desapropriações decorrentes destes casos são caracterizadas como oriundas do Projeto Geométrico Horizontal ou Vertical, respectivamente.

- INFRA - Projetos de Infraestrutura (água, esgoto, drenagem)

Os sistemas de água, esgoto e drenagem podem exigir espaços a serem desapropriados para sua instalação e manutenção.

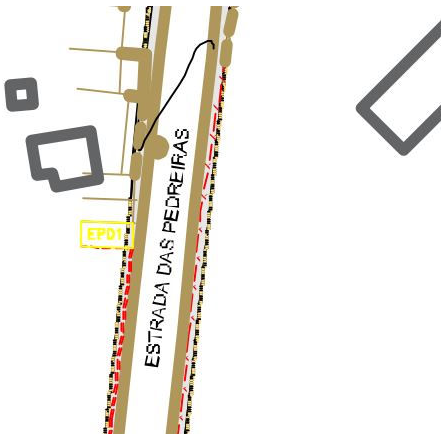
Diante disso, foi feito um levantamento de cada casa a ser retirada, detalhando – quando possível – informações sobre as mesmas, a situação que se encontram, o tipo de uso do imóvel, além de registros fotográficos, levantamento das áreas e etc. Sobre os usos, fizemos as seguintes classificações:

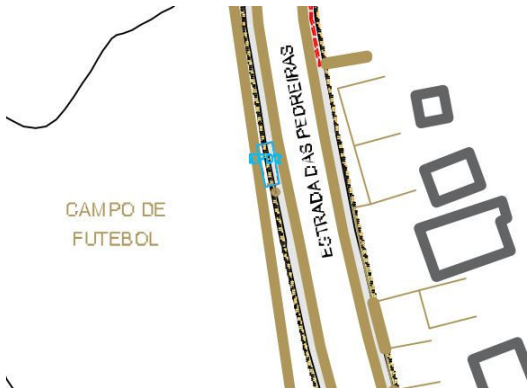
- Residencial (RES)
- Comercial (COM)
- Misto (MIS)
- Abandonado (ABD)
- Não Identificado (NI)
- Institucional (INS)
- Terreiro (TER)

Ao fazer a análise de cada caso, percebeu-se que em algumas situações não se fazia necessária a retirada total da casa, apenas algum elemento dela que pudesse ser removido ou realocado, como escadas e varandas. Para isso, propomos a opção de “remoção parcial”, com a finalidade de diminuir os impactos sociais causados pela retirada de uma propriedade inteira.

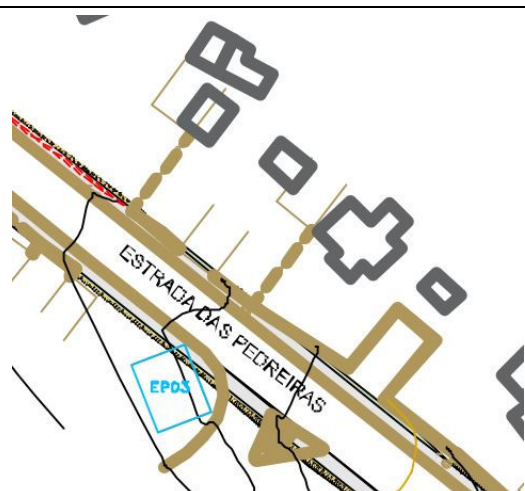
2. DESAPROPRIAÇÕES TOTAIS

2.1 Estrada das Pedreiras

Identificação: EP01	
 Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0	 Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2247
Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	59.90m ²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: EP02	
 Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0	 Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2245
Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	17.73m ²
Uso/Situação:	Outros - Barracão de apoio ao Campo de Futebol

Identificação: EP03



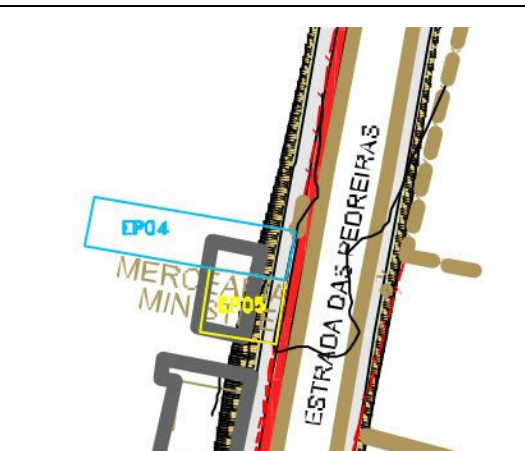
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2240

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	81.10m ²
Uso/Situação:	Comercial (mercearia)

Identificação: EP04

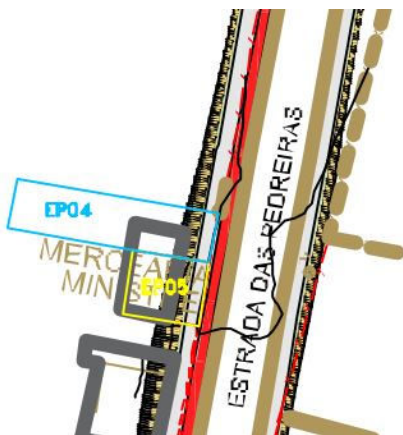


Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: Google Earth 2014

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	144.29m ²
Uso/Situação:	Residencial

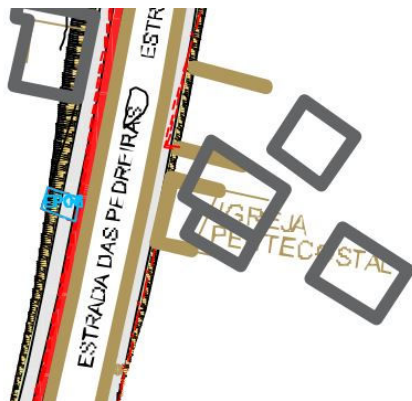
Identificação: EP05

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2235

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	141,26m ²
Uso/Situação:	Misto (Residência e Mercearia)

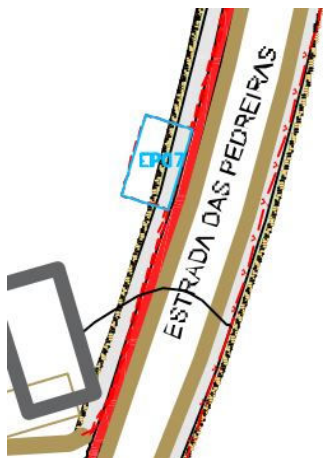
Identificação: EP06

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2237

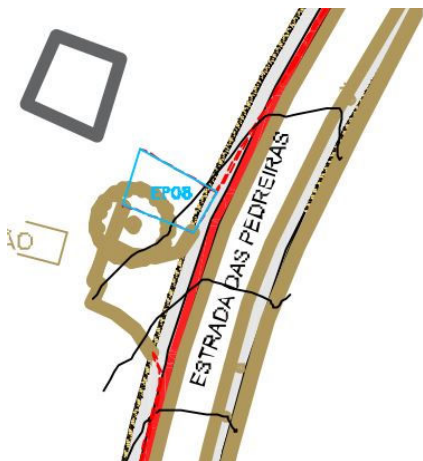
Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	15.54m ²
Uso/Situação:	Não identificado

Identificação: EP07

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



1301-VIP_2016-09-15_SAM_2238

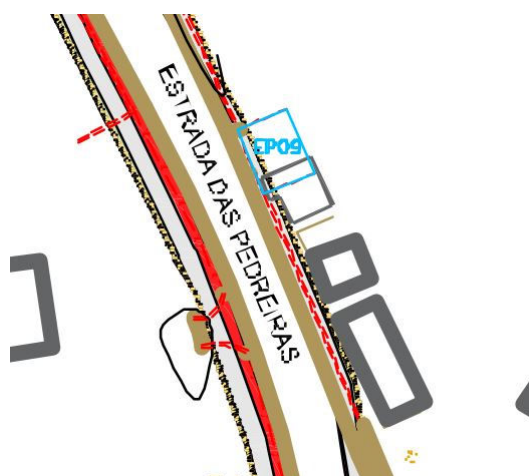
Logradouro: Estrada das Pedreiras**Nº pavimentos:** 1**Área ocupada pela edificação:** 60.00m²**Uso/Situação:** Não Identificado**Identificação: EP08**

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2233

Logradouro: Estrada das Pedreiras**Nº pavimentos:** 1**Área ocupada pela edificação:** 79,83m²**Uso/Situação:** Outros – Guarita / Garagem

Identificação: EP09

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2229

Logradouro:	Estrada das Pedreiras
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	50.15m ²
Uso/Situação:	Não Identificado

2.2 Estrada do Raposo**Identificação: ER01**

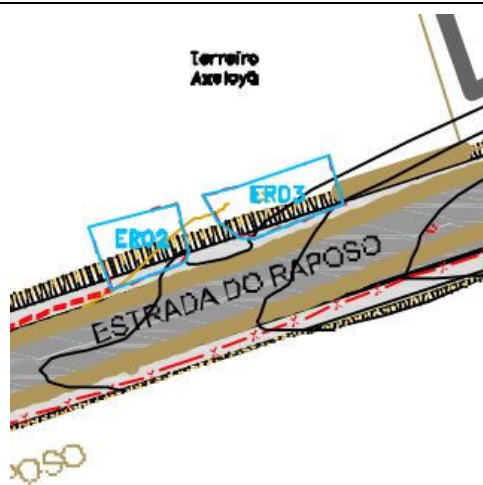
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: Google Earth 2014

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	34.33m ²
Uso/Situação:	Não Identificado

Identificação: ER02



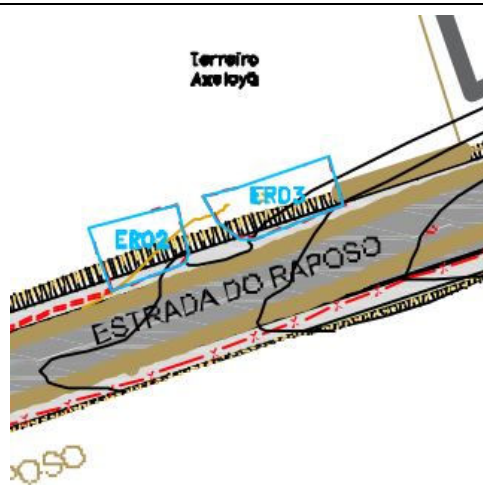
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2167

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	57.19m²
Uso/Situação:	Guarita

Identificação: ER03

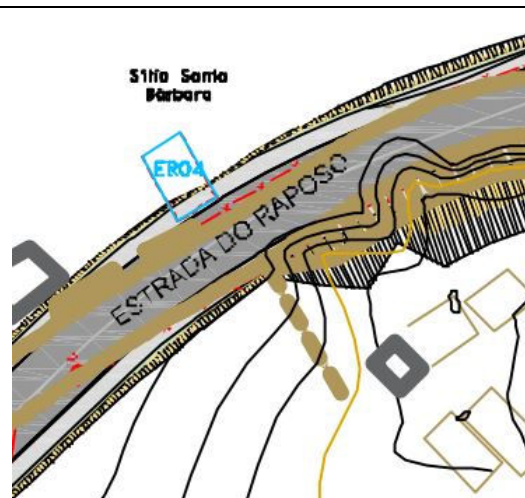


Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2167

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	66.99m²
Uso/Situação:	Guarita

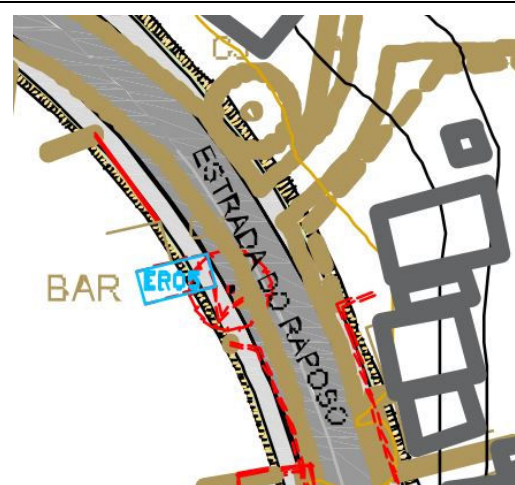
Identificação: ER04

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2193

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	39.03m²
Uso/Situação:	Residencial

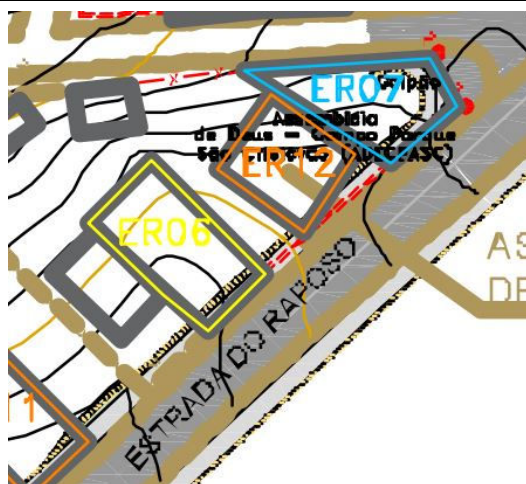
Identificação: ER05

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2200

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	23.75m²
Uso/Situação:	Comercial (venda)
Observação:	Parece abandonado

Identificação: ER07

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1592

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	113.03m²
Uso/Situação:	Outros - galpão

Identificação: ER08

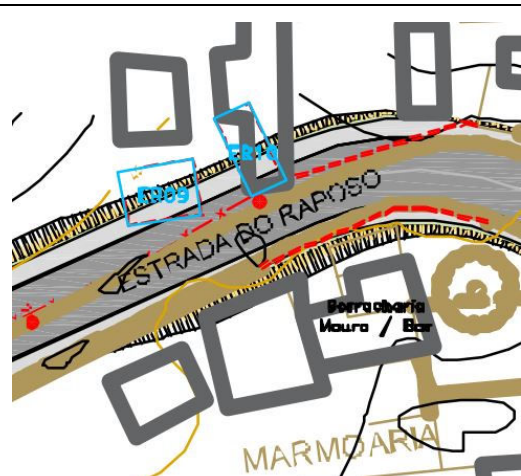
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2216

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	71.76m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: ER09



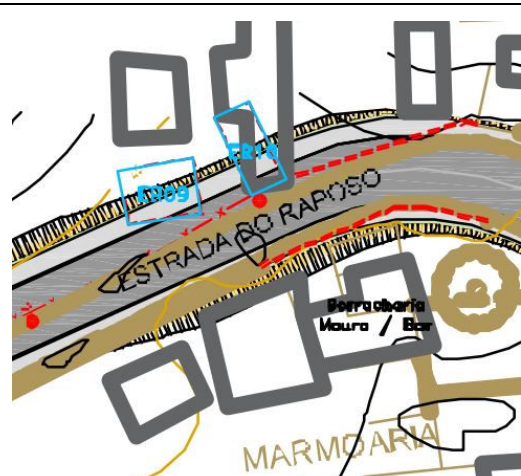
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2223

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	48.74m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: ER10



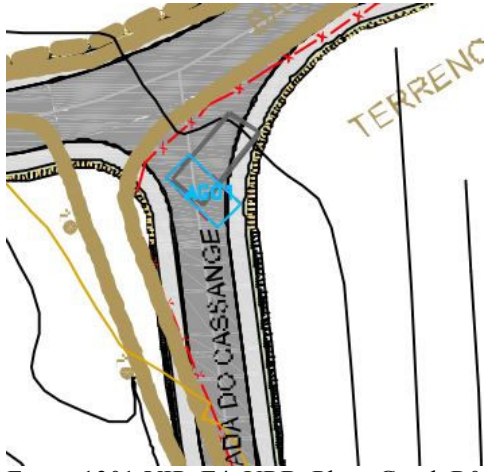
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0

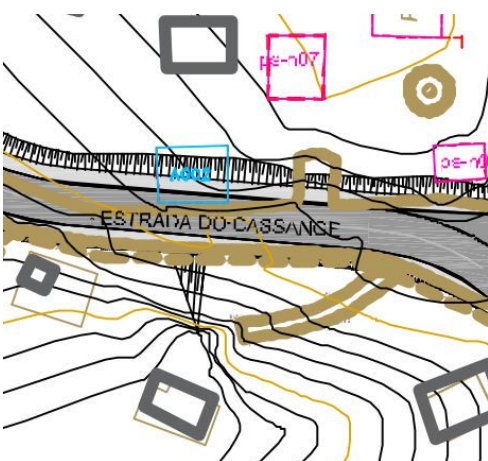


Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2223

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	37.26m²
Uso/Situação:	Residencial

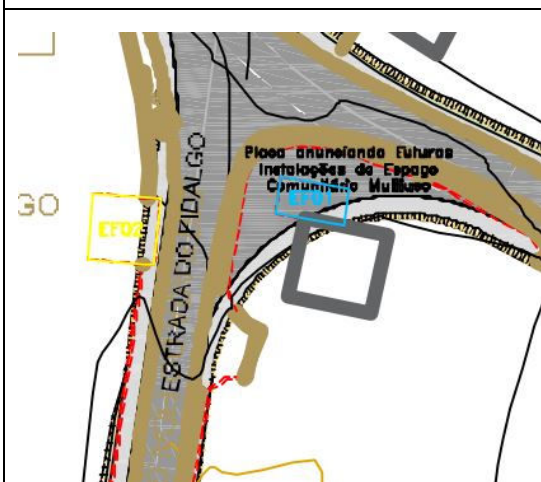
2.3 Estrada do Cassange

Identificação: AG01	
 Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0	 Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2165
Logradouro:	Estrada do Cassange
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	29.53m ²
Uso/Situação:	Não Identificado

Identificação: AG02	
 Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0	 Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2253
Logradouro:	Estrada do Cassange
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	80.09m ²
Uso/Situação:	Comercial (oficina)

2.4 Estrada do Fidalgo

Identificação: EF01



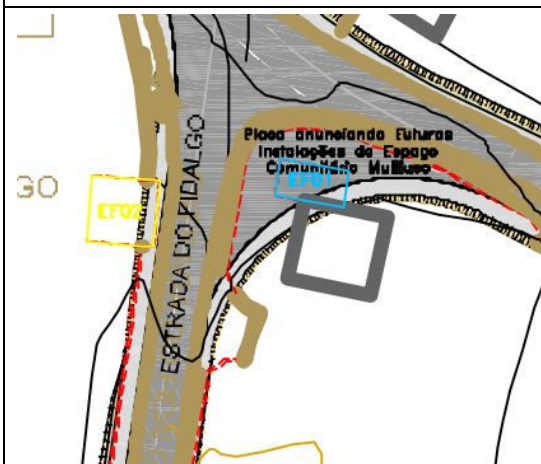
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2149

Logradouro:	Estrada do Fidalgo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	36.05m ²
Uso/Situação:	Institucional - Centro Comunitário

Identificação: EF02



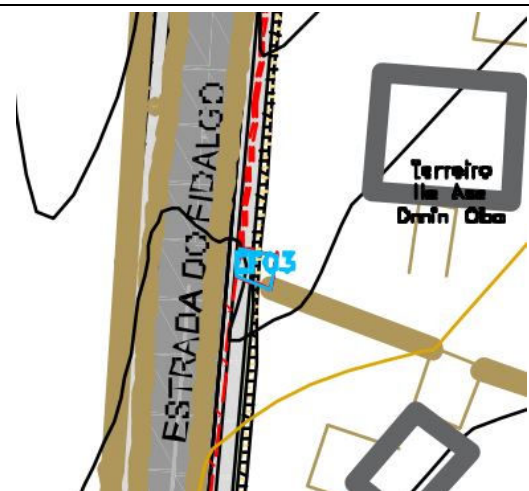
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2150

Logradouro:	Estrada do Fidalgo
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	125.98m ²
Uso/Situação:	Misto – Residencial e Igreja

Identificação: EF03



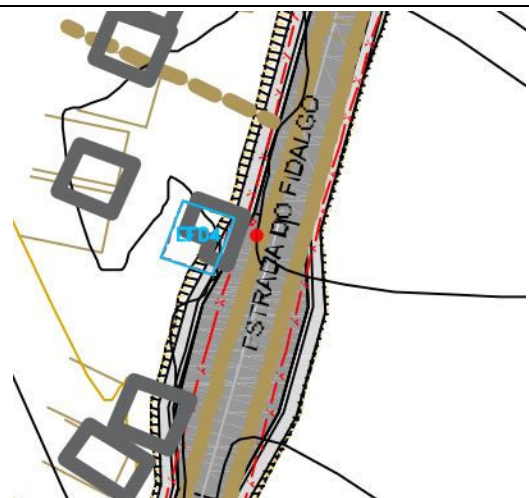
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2137

Logradouro:	Estrada do Fidalgo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	8.56m ²
Uso/Situação:	Não Identificado

Identificação: EF04



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0

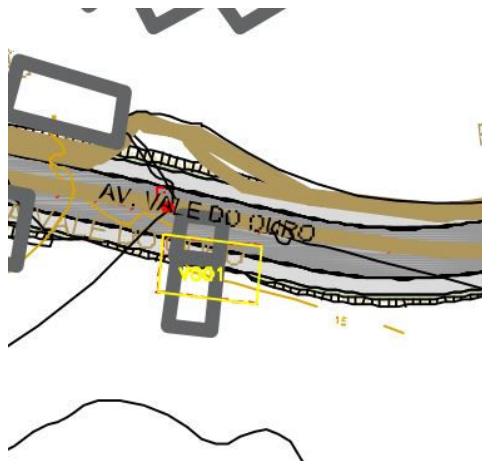


Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2125

Logradouro:	Estrada do Fidalgo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	42.23m ²
Uso/Situação:	Residencial

2.5 Av. Vale do Ouro

Identificação: VO01



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2112

Logradouro:	Av. Vale do Ouro
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	168.62m²
Uso/Situação:	Não identificado

Identificação: VO02



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0

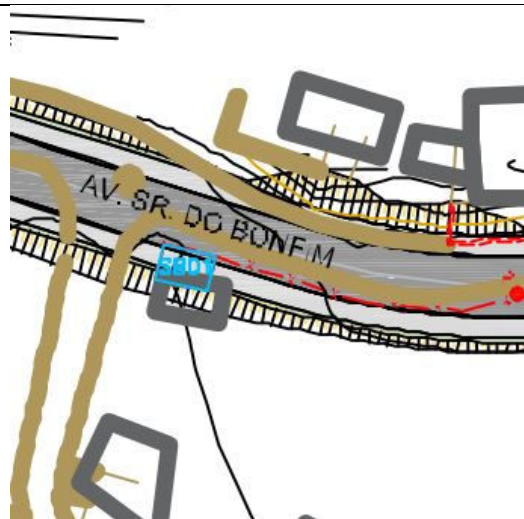


Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2089

Logradouro:	Av. Vale do Ouro
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	32.92m²
Uso/Situação:	Residencial

2.6 Av. Sr. do Bonfim

Identificação: SB01



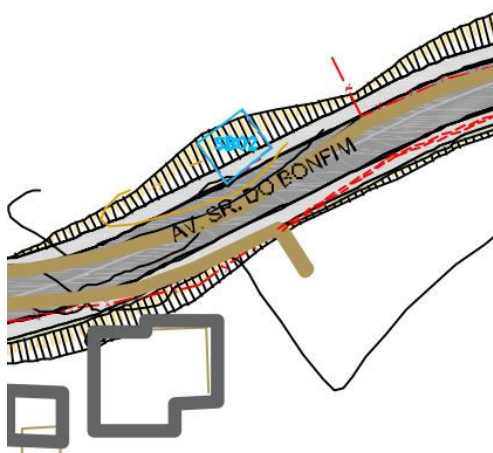
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2053

Logradouro:	Av. Sr. do Bonfim
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	20.14m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: SB02



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2031

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	46.35m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: SB03

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2021

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	15.80m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: SB04

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2023

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	126.86m²
Uso/Situação:	Residencial

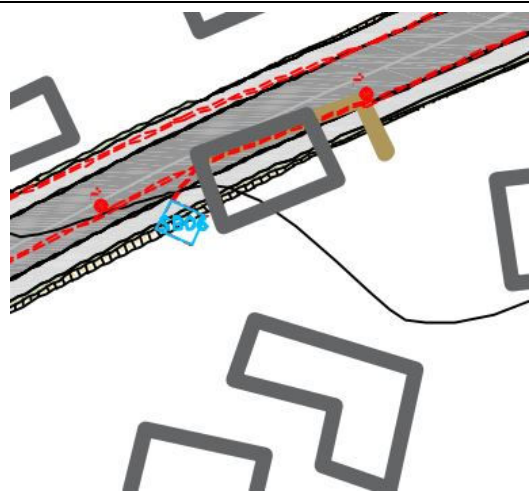
Identificação: SB05

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2023

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	64.00m ²
Uso/Situação:	Misto (Residencial e Venda)

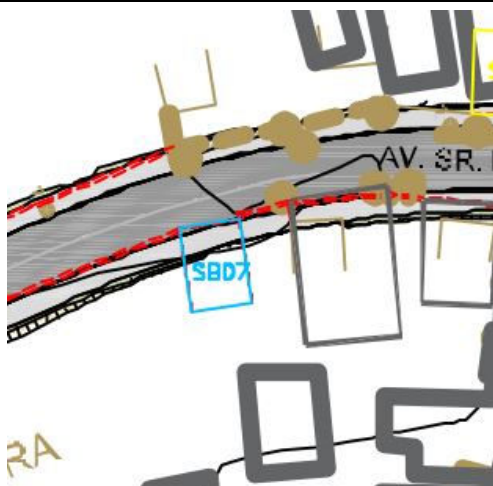
Identificação: SB06

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_13-07-08_DSC00691

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	15.52m ²
Uso/Situação:	Guarita

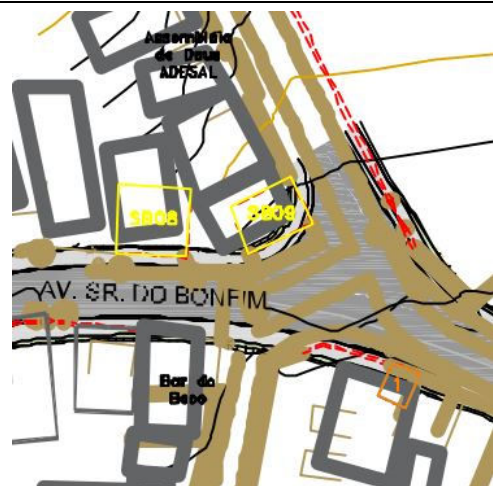
Identificação: SB07

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2018

Logradouro:	Av. Sr. do Bonfim
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	47.63m²
Uso/Situação:	Abandonado

Identificação: SB08

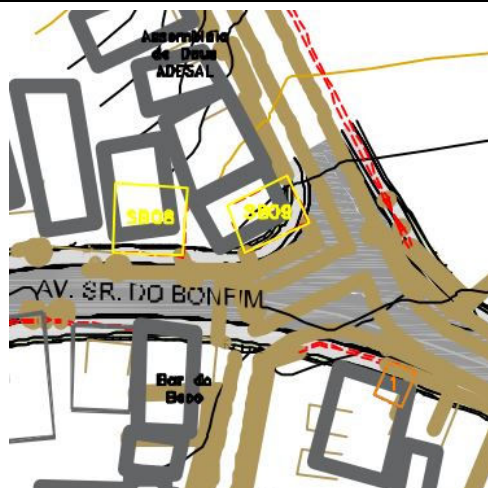
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2012

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	135.04m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: SB09



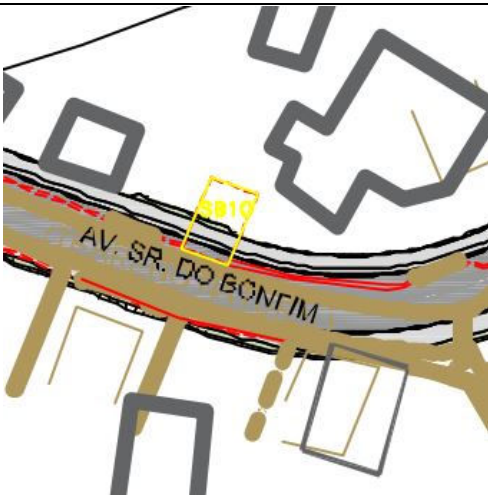
Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_2016-09-15_SAM_2008

Logradouro:	Av. Sr. Do Bonfim
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	96.48m²
Uso/Situação:	Residencial

Identificação: SB10



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_14-06-06_SAM_5028

Logradouro:	Av. Sr. do Bonfim
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	84.68m²
Uso/Situação:	Outros - Galpão

3 DESAPROPRIAÇÕES PARCIAIS

3.1 Estrada do Raposo

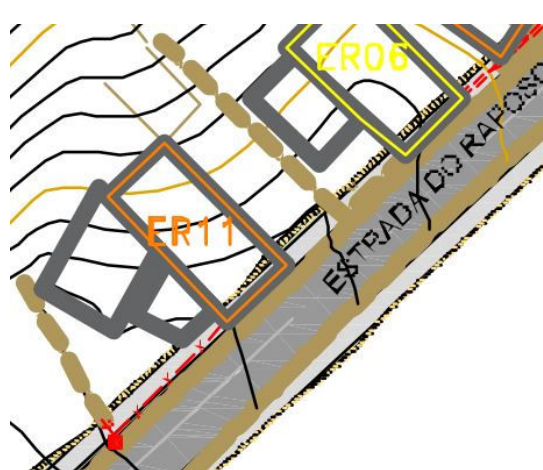
Identificação: ER06

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1595

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	262.06m²
Uso/Situação:	Residencial

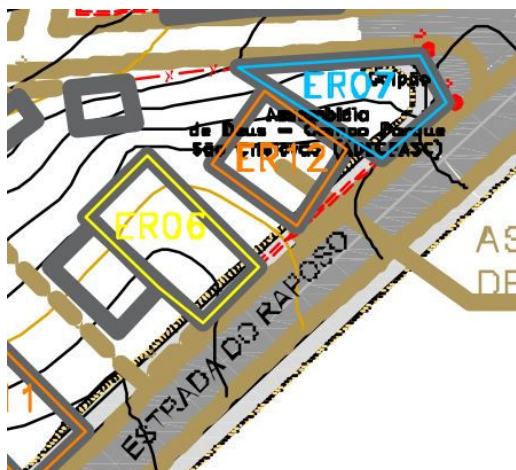
Identificação: ER11

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1596

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	2
Área ocupada pela edificação:	264,38m²
Uso/Situação:	Residencial

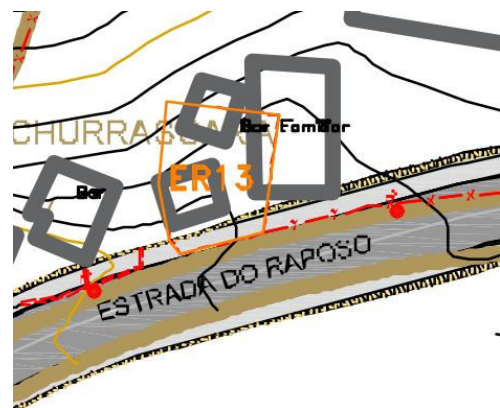
Identificação: ER12

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1594

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	92,22m ²
Uso/Situação:	Institucional - Igreja

Identificação: ER13

Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0

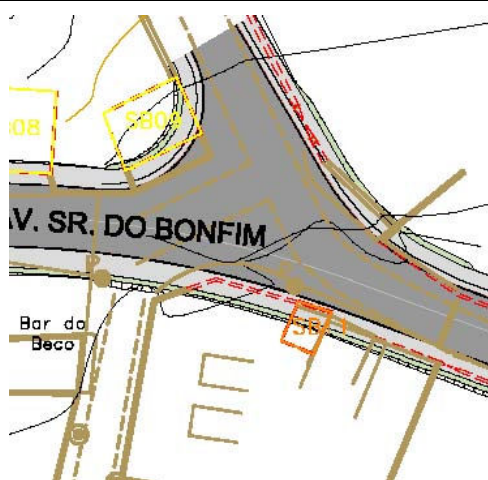


Fonte: 1301-VIP_16-07-18_SAM_1602

Logradouro:	Estrada do Raposo
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	172,58m ²
Uso/Situação:	Comercial / Restaurante

3.2 Av. Sr. do Bonfim

Identificação: SB11



Fonte: 1301-VIP_E4_URB_PlantaGeral_R0



1301-VIP_2016-09-15_SAM_2011

Logradouro:	Av. Sr. do Bonfim
Nº pavimentos:	1
Área ocupada pela edificação:	14,62 ²
Uso/Situação:	Comercial (venda)

4 QUADRO RESUMO

Grupo	Cód	Localização	Tipo	Quant	Nº Pav.	Área	Uso	Motivo
Viário Principal	VO01	AV VALE DO OURO	integral	1	2	168,62	NI	GEM
Viário Principal	VO02	AV VALE DO OURO	integral	1	1	32,92	RES	GEM
Viário Principal	SB01	AV. SR DO BONFIM	integral	1	1	20,14	RES	GEM
Viário Principal	SB02	AV. SR DO BONFIM	integral	1	1	46,35	RES	GEM
Viário Principal	SB03	AV. SR DO BONFIM	integral	1	1	15,80	RES	GEM
Viário Principal	SB04	AV. SR DO BONFIM	integral	1	2	126,86	RES	GEM
Viário Principal	SB05	AV. SR DO BONFIM	integral	1	2	64,00	MIS	GEM
Viário Principal	SB06	AV. SR DO BONFIM	integral	1	1	15,52	OUT	GEM
Viário Principal	SB07	AV. SR DO BONFIM	integral	1	1	47,63	ABD	GEM
Viário Principal	SB08	AV. SR DO BONFIM	integral	1	2	135,04	RES	GEM
Viário Principal	SB09	AV. SR DO BONFIM	integral	1	2	96,48	RES	GEM
Viário Principal	SB10	AV. SR DO BONFIM	integral	1	2	84,68	RES	GEM
Viário Principal	SB11	AV. SR DO BONFIM	parcial	1	1	14,62	COM	GEM
Viário Principal	EP01	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	2	59,90	RES	GEM
Viário Principal	EP02	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	17,73	OUT	GEM
Viário Principal	EP03	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	81,10	COM	GEM
Viário Principal	EP04	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	144,29	RES	GEM
Viário Principal	EP05	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	2	141,26	MIS	GEM
Viário Principal	EP06	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	15,54	NI	GEM
Viário Principal	EP07	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	60,00	NI	GEM
Viário Principal	EP08	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	79,83	OUT	GEM
Viário Principal	EP09	EST DAS PEDREIRAS	integral	1	1	50,15	NI	GEM
Viário Principal	AG01	EST DO CASSANGE	integral	1	1	29,53	NI	GEM
Viário Principal	AG02	EST DO CASSANGE	integral	1	1	80,09	COM	GEM
Viário Principal	EF01	EST DO FIDALGO	integral	1	1	36,05	INS	GEM
Viário Principal	EF02	EST DO FIDALGO	integral	1	2	125,98	MIS	GEM
Viário Principal	EF03	EST DO FIDALGO	integral	1	1	8,56	NI	GEM
Viário Principal	EF04	EST DO FIDALGO	integral	1	1	42,23	RES	GEM
Viário Principal	ER01	EST DO RAPOSO	integral	1	1	34,33	NI	GEM
Viário Principal	ER02	EST DO RAPOSO	integral	1	1	57,19	OUT	GEM
Viário Principal	ER03	EST DO RAPOSO	integral	1	1	66,99	OUT	GEM
Viário Principal	ER04	EST DO RAPOSO	integral	1	1	39,03	RES	GEM
Viário Principal	ER05	EST DO RAPOSO	integral	1	1	23,75	COM	GEM
Viário Principal	ER07	EST DO RAPOSO	integral	1	1	113,02	OUT	GEM
Viário Principal	ER08	EST DO RAPOSO	integral	1	1	71,76	RES	GEM
Viário Principal	ER09	EST DO RAPOSO	integral	1	1	48,74	RES	GEM
Viário Principal	ER10	EST DO RAPOSO	integral	1	1	37,26	NI	GEM
Viário Principal	ER06	EST DO RAPOSO	parcial	1	2	262,06	RES	GEM
Viário Principal	ER11	EST DO RAPOSO	parcial	1	2	264,38	RES	GEM
Viário Principal	ER12	EST DO RAPOSO	parcial	1	1	99,22	RES	GEM
Viário Principal	ER13	EST DO RAPOSO	parcial	1	1	172,58	COM	GEM

5 QUADRO RESUMO GERAL

Localização	Tipo			Motivo					Uso								Área (m2)
	Integral	Parcial	Totais	URB	GEM	EQP	INFRA*	Totais	RES	COM	MIS	ABD	NI	INS	OUT	Totais	
AV VALE DO OURO	2	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	201,54
EST DAS PEDREIRAS	9	0	9	0	9	0	0	9	6	1	0	0	0	0	2	9	649,80
EST DO CASSANGE	2	0	2	0	2	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	2	109,62
EST DO FIDALGO	4	0	4	0	4	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	4	212,82
EST DO RAPOSO	9	4	13	0	13	0	0	13	5	1	2	1	1	0	3	13	1290,31
Total Viário Principal	26	4	30	0	30	0	0	30	14	2	2	1	4	2	5	30	2464,09
BIRIBEIRA	1	1	2	0	2	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2	74,62
CARANGI	8	0	8	3	2	3	0	8	6	1	0	1	0	0	0	8	436,45
PÔR DO SOL	8	1	9	3	4	2	0	9	5	0	0	1	3	0	0	9	624,63
Total Grupo 01	17	2	19	6	8	5	0	19	13	1	0	2	3	0	0	19	1135,70
CANTO DO RIO	12	0	12	3	8	1	0	12	7	0	2	0	0	1	2	12	717,90
B IPITANGA/V SANTANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
BEIRA RIO**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total Grupo 02	12	0	12	3	8	1	0	12	7	0	2	0	0	1	2	12	717,90
Total Geral	55	6	61	9	46	6	0	61	34	3	4	3	7	3	7	61	4317,69

* O levantamento sobre desapropriações decorrentes dos projetos de infra-estrutura está em andamento.

**Os projetos para as comunidades Bosque Ipitanga, Vila Santana e Beira Rio foram desenvolvidos até o estágio preliminar, tendo em vista que dependem da implementação de intervenções para o controle dos riscos de inundação da planície do rio Ipitanga. Assim, não foram desenvolvidos quantitativos referentes a desapropriações nestas comunidades.